



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

Valéria Sanchez de Paula

Imigrantes angolanas em São Paulo

Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais

Orientação científica: Prof. Doutora Olga Magano

UNIVERSIDADE ABERTA

2018

Resumo

Este trabalho foi realizado com o objetivo de compreendermos como se dá a integração social de imigrantes angolanas em São Paulo. A cidade de São Paulo, a maior metrópole do país, é cada vez mais o destino de mulheres angolanas que imigram para estudar com intuito de regressar a Angola após o período de formação que varia de quatro a seis anos e mulheres que vêm sozinhas ou com os filhos e/ou com toda a família: marido e filhos (neste trabalho o último caso ocorreu em menor proporção), em busca de uma vida melhor, nesta situação o tempo de permanência se torna indefinido. A título de investigação realizamos pesquisa qualitativa por meio de entrevistas a quinze mulheres: sete estudantes e oito não estudantes. Num primeiro momento as mulheres compartilharam aspectos da situação anterior ao projeto migratório para o Brasil e posteriormente revelaram princípios norteadores de sua integração junto à sociedade de acolhimento. As mulheres não estudantes foram entrevistadas em um único bairro chamado Jardim Piratininga, um local que guarda peculiaridades como a de ser um bairro onde vivem centenas de imigrantes africanos. As estudantes foram entrevistadas em três bairros distintos. Em relação à vida pregressa a chegada no Brasil, as imigrantes apresentaram similitude quanto experiências de infância, memórias familiares, condições socioeconômicas de origem, no entanto, em relação ao projeto migratório, as famílias das estudantes participaram efetivamente do processo enquanto as mulheres não estudantes imigraram sem necessariamente contar com a atuação de suas famílias. As imigrantes angolanas estão parcialmente integradas à sociedade de acolhida, uma vez que até o presente momento esta não lhes permitiu desenvolver mecanismos de sobrevivência através de um trabalho digno, bem como por ser uma sociedade onde as imigrantes não conseguem consolidar laços comunitários consistentes, ao contrário são vítimas de racismo e preconceito em larga escala, culminando a soma desses elementos num estado de vulnerabilidade social.

Palavras-chave: angolanas, imigração, integração social, São Paulo.

Abstract

This work was carried out with the objective of understanding how the social integration of Angolan immigrants in São Paulo occurs. The city of São Paulo, the largest metropolis in the country, is increasingly the destination of Angolan women who immigrate to study in order to return to Angola after the period of training ranging from four to six years and women who come alone or with the children and / or the whole family: husband and children, (in this work the last case occurred to a lesser extent), in search of a better life, in this situation the time of permanence becomes indefinite. As research we conducted qualitative research and through interviews fifteen women being seven students and eight non-students were interviewed. At first, women shared aspects of the situation prior to the migration project for Brazil and later revealed guiding principles of their integration with the host society. The non-student women were interviewed in a single neighborhood called Jardim Piratininga, a place that holds peculiarities such as being a neighborhood where hundreds of African immigrants live. The students were interviewed in three different neighborhoods. In relation to the previous life of arrival in Brazil, the immigrants showed similarity as childhood experiences, family memories, socioeconomic conditions of origin, however, in relation to the immigrant project, the families of the students participated effectively in the process while the non-student women immigrated without necessarily counting on the performance of their families. Angolan immigrants are partially integrated with the host society, as it has not allowed them to develop survival mechanisms through decent work, as well as being a society where immigrants can not consolidate consistent community ties, in contrast are victims of racism and prejudice on a large scale, culminating the sum of these elements in a state of social vulnerability.

Keywords: Angolan, immigration, social integration, São Paulo.

Agradecimentos

Rendo graças ao meu bom e fiel Deus sem o qual não teria conseguido e Ele sabe disso. Amo-o porque: “ *Ele faz justiça ao órfão e a viúva, e ama o estrangeiro, dando-lhe pão e roupa*” Dt. 10.18.

Um momento como este nos lembra de que na vida é impossível seguir só sem alguém para compartilhar sonhos e nos trazer a realidade sempre que for preciso. Pois bem, ao longo da jornada tenho sido agraciada com a companhia de pessoas que fizeram e fazem os meus dias serem vividos de modo que valham a pena. Este espaço está reservado à manifestação de minha gratidão, mas desejo aproveitá-lo ainda para pedir perdão pelas falhas que certamente cometerei ao esquecer-me de alguém que de perto ou de longe tenha feito parte desta história.

Gratidão ao meu pai (*in memoriam*) que resolveu deixar-me quando ainda iniciava esse estudo, honrei-o em vida e o faço também agora, pois sei o peso e os benefícios que o cumprimento desse mandamento têm gerado em minha vida.

Minha mãe, o que dizer desta mulher, que palavras poderia usar para expressar o amor, o respeito, a honra e a gratidão que sinto por estar ao meu lado em todo tempo, sem escolher as circunstâncias. Muito obrigada.

“Porque há amigos mais chegados do que um irmão”. O texto bíblico me lembra de você Ruth (Ru) amiga/irmã, muito obrigada pelos conselhos, cuidado e amizade incondicional ao longo da caminhada.

Muito obrigada a todos os amigos e amigas que em algum momento ouviram-me dizer: puxa, gostaria muito de ir, estar, participar, mas preciso ler, escrever, estudar, entrevistar, etc., etc., pela paciência, compreensão e incentivo nas horas mais difíceis, recebam o meu mais profundo agradecimento.

A você Isabel que chegou a tempo de participar dessa conquista, muito obrigada pelas gentilezas e andanças em busca das “meninas” angolanas pelas ruas do Jardim Piratininga.

A minha querida amiga Selma que apesar de geograficamente distante está sempre perto.

Ao pastor Reinaldo, homem solícito à causa dos imigrantes, muito obrigada por ter revelado a mim este pedacinho de África em São Paulo.

Aos amigos e amigas angolanos/as, os que estão lá e os que estão cá no Brasil, vocês são “fixe”. Sou aprendiz da vossa alegria.

Às mulheres angolanas que me emprestaram suas histórias de vida, luta e sonhos; muito obrigada pela confiança, pelos risos e lágrimas que expressaram de modo tão espontâneo enquanto abriam o coração. Tenho com vocês uma dívida e procurarei quitá-la revelando o quão privilegiado o nosso país é por ter pessoas como vocês entre nós.

À querida professora Olga Magano, pelo encorajamento e atenção que me dispensou durante todo o processo. Suas intervenções foram fundamentais e sua simpatia um impulso para não desistir diante das adversidades.

Muito obrigada.

Quando um estrangeiro viver na terra de vocês, não o maltratam. O estrangeiro residente que viver com vocês será tratado como o natural da terra. Amem-no como a si mesmos, pois vocês foram estrangeiros no Egito. Eu sou o Senhor, o Deus de vocês.

Levítico 19:33,34.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I. IMIGRAÇÃO: UM ASSUNTO DO BRASIL E DO MUNDO	19
1. Metáforas da globalização	19
2. A Realidade das Migrações Internacionais no Mundo: a Imigração Africana para o Brasil	23
3. A Política de Imigração no Brasil (breve histórico).....	29
3.1 Nova lei de imigração	32
4. Panorama das Migrações em São Paulo entre os anos de 2014- 2016	34
CAPÍTULO II. IMIGRAÇÃO FEMININA.....	38
1. Imigração e Género	38
2. Imigração, cidadania e integração	41
3. Imigração feminina e vulnerabilidade social.....	44
4. As mulheres africanas no protagonismo das migrações	45
CAPÍTULO III. DESAFIOS E TENSÕES EM TORNO DA IDENTIDADE DOS IMIGRANTES EM CONTEXTOS DE IMIGRAÇÃO.....	49
1. Racismo e preconceito.....	49
2. Mulheres Imigrantes: Racismo e Discriminação	53
3. Mulheres angolanas: estereótipo de pobreza e negritude (dos tempos coloniais aos dias atuais).....	57
CAPÍTULO IV- ANGOLA QUE PAÍS É ESSE?.....	64
1. O passado pode explicar o presente: aspectos da colonização	64
2. Angola na atualidade	70
CAPÍTULO V- OPÇÕES METODOLÓGICAS	76

1. Objeto de estudo: mulheres angolanas em São Paulo.....	76
2. Da importância da análise de conteúdo.....	77
3. Os dados recolhidos.....	78
4. Percurso Metodológico	82
4.1 As entrevistadas.....	86
4.2 Da realização das entrevistas.....	88
5. Jardim Piratininga – SP (um bairro de imigração)	92
CAPÍTULO VI – APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	101
1. Caracterização sociodemográfica das entrevistadas.....	101
2. Trajetórias de vida.....	104
2.1 Infância e as sombras da guerra	104
2.2 A importância da família na hora de imigrar	106
2.3 Condições socioeconómicas antecedentes à partida	112
3. Integração na sociedade brasileira de São Paulo	115
3.1 Expressões culturais: a identificação com a cultura angolana no dia-a-dia (comer, vestir e falar).....	115
3.2 Partida e chegada: o processo	124
3.3 Das circunstâncias da migração: chegando ao Brasil	127
3.4 Habitação e relações interpessoais	131
3.5 Estranhamento e identidade social (diferenças culturais, género: mulher angolana/ mulher brasileira).....	137
3.6 Quotidiano das entrevistadas.....	142
3.7 Sobrevivência	145
3.8 Aspectos da integração.....	152
3.9 Impressão positiva do Brasil/ Brasileiros.....	156
3.10 Racismo/preconceito.....	157
4. Projetos para o Futuro.....	163
CAPÍTULO VII- DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	166
CONCLUSÃO	178
BIBLIOGRAFIA	181
ANEXOS.....	196

Índice de figuras

Figura 1 mapa Jardim Piratininga (imagem de satélite).....	93
Figura 2 (casas construídas de modo desordenado).....	94
Figura 3 "puxadinhos"	94
Figura 4 casas construídas em becos e vielas- 1	95
Figura 5 casas construídas em becos e vielas - 2	95
Figura 6 mulher angolana caminha no bairro com seu bebê	96
Figura 7 africanos andando pela avenida principal do Jardim Piratininga	96
Figura 8 mulher africana com vestido típico.....	97
Figura 9 africanos andando pelo bairro.....	97
Figura 10 mulher imigrante com sua banquinha de vendas.....	98
Figura 11 túnel de acesso ao bairro.....	98
Figura 12 vista da entrada e saída do bairro.....	99
Figura 13 túnel de acesso	99
Figura 14 loja de móveis usados.....	100
Figura 15 o bairro.....	100

Índice de tabelas

Tabela 1- Perfil socioeconômico dos progenitores das entrevistadas p.113
Tabela 2- Motivos da imigração p.125
Tabela 3- Situação presente das imigrantes (trabalho) p.148

Lista de siglas

CRAI (Centro de Referência e Atendimento para Imigrante)

CNIg (Conselho Nacional de Imigração)

DPI (Departamento de Informação da Organização das Nações Unidas)

FATEFE (Faculdade Teológica de Fé Reformada)

FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola)

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

MSCS (Missão Scalbriniana)

MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola)

UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)

OMS (Organização Mundial da Saúde)

OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico)

OIM (Organización Internacional para las Migraciones)

ONGs (Organizações Não Governamentais)

PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira)

PIB (Produto Interno Bruto)

PAANE (Programa de Apoio aos Atores não Estatais)

PLS (Projeto de Lei do Senado)

SEHAB (Secretaria da Habitação)

SMADS (Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Social)

SMDHC (Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania)

SNJC (Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania)

SEFRAS (Serviço Franciscano de Solidariedade)

UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola)

Introdução

Este trabalho é fruto da necessidade de compreender como se dá a integração de mulheres angolanas na cidade de São Paulo. Percorrendo as ruas centrais facilmente se comprova que São Paulo é uma cidade de imigração, mais que isso, é possível constatar que é o destino de africanos originários dos mais diversos países de África. Nesse contingente o número de mulheres é cada vez maior. Perdura há algum tempo o trânsito de mulheres angolanas no centro da cidade de São Paulo “trabalhadoras temporárias chamadas sacoleiras, aquelas que chegam hoje e partem amanhã, que estão sempre em trânsito, comprando num lugar para vender em outro” (Vaz, 2013, p.196). Para além destas que, de acordo com Vaz (2013, p.208), chega a ser 150 o número de mulheres angolanas que diariamente engrossam “o comércio no bairro do Bom Retiro e do Brás, numa quantidade que varia de acordo com as oscilações cambiais do dólar”, outras angolanas têm vindo para São Paulo, não para uma permanência curtíssima como a das sacoleiras, mas com intuito de permanecer na cidade por um tempo estendido caso do grupo de estudantes entrevistadas neste trabalho ou por tempo indeterminado como oito mulheres não estudantes que fazem parte desta pesquisa também, num total de quinze mulheres entrevistadas. Entre os anos de 2014 e 2016 houve um aumento no fluxo migratório de angolanos para São Paulo, em relação aos anos anteriores. O Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI) divulgou em relatório que durante três anos consecutivos os imigrantes angolanos foram os que mais procuraram os seus serviços. Infelizmente os dados são apresentados numa estatística geral, não sendo possível obter de modo distinto a quantidade de homens e mulheres que compõem os resultados. Facto é que a imigração de mulheres angolanas para São Paulo é real e digna de ser estudada sendo impossível negar a realidade de que a questão de género está estritamente ligada ao processo de migração. Os bairros centrais são os mais procurados pelos imigrantes para se acomodarem quando de sua chegada, o relatório do CRAI comprova isso e atesta que a zona Leste está imediatamente em 2º lugar na concentração de imigrantes na cidade e foi nessa área que entrevistámos 13 das 15 mulheres angolanas apresentadas nesta pesquisa. Nosso

trabalho foi construído com as mulheres que vieram para ficar, que planejaram a sua saída de Angola e hoje integram a realidade das imigrantes angolanas que vivem em São Paulo. Seria ingênuo e arbitrário supor que o assunto da imigração africana, em especial a angolana, na cidade de São Paulo não tenha sido estudado ao longo dos últimos anos, todavia, se por um lado não nos falta essa certeza, por outro, percebemos uma lacuna no que diz respeito a um olhar mais diretivo às mulheres, não as sacoleiras, que transitam em imigrações comerciais de curto prazo, sobre estas podemos encontrar alguns estudos. Também deparámos com estudos em que homens e mulheres, angolanos e angolanas participam do mesmo corpo de análise investigativo (Santos, 2005; Costa, 2016) mas buscamos evidenciar as mulheres angolanas que estão imigrando trazendo consigo histórias e apelos distintos e valendo-se do Brasil, de São Paulo, como um lugar de acolhimento e quiçá da oportunidade de ver os seus projetos de vida realizados. No que se refere a projetos de vida, no âmbito da imigração de estudantes é válido assinalar que os acordos estabelecidos entre Brasil e Angola já proveram formação acadêmica a centenas de angolanos de ambos os sexos.

As universidades no Brasil, particularmente aquelas situadas no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, como a Universidade Federal do Rio Janeiro (UFRJ), a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade de São Paulo (USP), receberam neste último quartel do século XX um número significativo de estudantes estrangeiros oriundos de diversos países latino-americanos e africanos, mediante convênios assinados com diversos organismos internacionais e universidades desses países. Mas o maior fluxo de estudantes universitários veio do continente africano, através do Programa de Estudante Convênio de Graduação (PEC-G), vinculado aos Ministérios das Relações Exteriores (MRE) e da Educação (MEC) (Fonseca 2009, p.24).

Dentre os múltiplos benefícios dos tratados educacionais entre Brasil e Angola, destacamos a produção de literatura qualificada de ambas as partes que cooperou para a aproximação cultural, científica e em boa medida emocional dos dois países; e não só despertou como vem despertando pesquisadores brasileiros a observarem o fenômeno da imigração angolana para o Brasil, o que certamente renderá boas e indispensáveis descobertas nos próximos anos. Vale lembrar que não é só por meio de acordos bilaterais que jovens angolanos têm vindo estudar no Brasil, muitos vêm e ingressam em faculdades privadas, pagam mensalidade e por vezes sofrem com a baixa qualidade do ensino que recebem nessas instituições; ainda assim, vêm ao Brasil por acreditar que a formação aqui é melhor

do que a oferecida em Angola, caso das estudantes entrevistadas nessa pesquisa que estudam em instituições particulares. Não menos empenhadas do que as estudantes em se “dar” bem” na nova cidade, as imigrantes não estudantes, aspiram uma vida melhor em São Paulo. Ao analisar o percurso migratório das mulheres angolanas entrevistadas nesse trabalho concordamos com Costa (2016, p.57) que “não é nenhum absurdo falar do imigrante africano como herói”, reitero que não é nenhum absurdo falar das imigrantes angolanas como heroínas. O autor assevera que:

Parece-nos, contudo, que o imigrante não entra para a empreitada já investida desse seu papel de herói/ator consciente das suas próprias façanhas heroicas, pois o ato de imigrar é algo que decorre de um posicionamento muitas vezes visto como pusilânime. Ou seja, no ato de imigrar não está definido um plano que organizará posteriormente suas ações, os únicos elementos consistentes em sua bagagem são a incerteza, o medo do desconhecido que se mistura de modo confuso com a coragem um tanto ingênua de um desbravador (Costa, 2016, p.54).

O trecho acima prefigura o retrato das mulheres que encontramos nessa pesquisa, ou seja, imigrantes cuja vida flutua entre o medo do que está por vir e a certeza de que a batalha será vencida. Entretanto, não podemos desconsiderar o que Santos,(2005) sustenta:

Muitos conseguirão atingir seus objetivos, no entanto, nem todos serão contemplados ao final desta busca. As dificuldades do dia a dia: falta de emprego, moradia, saudade dos familiares, solidão, preconceito, enfim, muitos são os fatores que contribuem para esse sentimento de não pertencimento, comum àqueles que estão longe de seu lugar de origem, mesmo estando rodeados de conterrâneos, mesmo estabelecendo novas relações de convívio e de amizade (Santos, 2005, p.72).

Muitos projetos imigratórios fracassam não por culpa do imigrante, mas pelos desajustes sociais a que são submetidos e por vezes sucumbem na sociedade de acolhida por que, utilizando uma expressão de Bauman (2017) chegam, permanecem e vão embora como pessoas que não passaram de “estranhos à nossa porta”.

Minha aproximação com o tema

Muito antes de iniciar este trabalho, conheci o país de origem das entrevistadas, posso afirmar que pelas condições em que encontrei o país naquele ano (2007) tratava-se literalmente do período pós guerra, bem diferente do que já pode ser visto hoje. Os danos causados pelas décadas de conflito eram visíveis por

toda parte, nas infraestruturas e na estrutura emocional dos angolanos e angolanas que sofriam com as lembranças do passado recente. Apesar de aparentemente não ter ido numa boa época, encantei-me com Angola, melhor dizendo, por aquilo que descobri de Angola visitando Luanda e o Kwanza Sul. Se pudesse resumir algo admirável que trouxe de volta ao Brasil, não hesitaria em responder: a resiliência da mulher angolana. Fiz amizade com angolanas nessa ocasião. A partir daí meu contacto com Angola passou a ser contínuo, outras viagens aconteceram a ponto de morar em Angola numa dessas incursões, propriamente no ano de 2014. O intercâmbio se intensificou quando retornei ao Brasil em 2015. Certa ocasião conheci um jovem angolano que me apresentou uma instituição de formação religiosa onde residiam muitos angolanos e da qual ele fazia parte. Desde então fiquei próxima a esse grupo, a maioria rapazes, para ser precisa, na ocasião havia apenas duas moças. O facto de conhecer não apenas o país, mas em alguns casos até o bairro de origem de alguns internos me deixou numa boa condição de amizade com o grupo. Tenho livre acesso ao seminário teológico onde estudam. A escola mantém convênio com igrejas cristãs de Angola, o que possibilita a vinda de estudantes regularmente para o Brasil, dessa forma a permanência é rotativa, todos os anos há formandos e ingressantes na Faculdade Teológica de Fé Reformada (FATEFE). Descobri que os angolanos em São Paulo vivem como uma grande família, possuem consistentes redes de relacionamento com seus compatriotas, independente da causa pela qual imigraram, dessa forma estudantes ou não estão sempre em sintonia uns com os outros. Conhecem-se, interagem e se ajudam na medida do possível. Foi assim que diante da oportunidade de investigar de modo sistemático um assunto relacionado às relações interculturais optei por Angola, ou melhor, por imigrantes angolanas. O recorte veio primeiro pela quantidade de mulheres africanas que passei a ver circulando pelas ruas de São Paulo, comprovando que a cidade estava se modificando com a chegada dessas imigrantes. Através dos estudantes do seminário descobri que o fluxo de mulheres angolanas para São Paulo é contínuo e que além de se fixarem no centro da cidade muitas chegam e vão residir na zona leste. Por isso, rumámos para zona leste e lá interagimos com treze mulheres, estudantes (5) e não estudantes (8) estas e mais duas residentes em outras localidades foram à base de fomento para a pesquisa

de campo. Em segundo lugar, a escolha foi motivada pela ausência de abordagens sobre a singular imigração de mulheres angolanas para São Paulo. Muitas pesquisas tratam o assunto na generalidade, com isso, acabam por ocultar o facto de que há novos contornos que carecem ser apurados em relação à imigração angolana para o Brasil, estudá-los sob a perspectiva feminina é um deles considerando não apenas a mulher que imigra para acompanhar o marido, mas mulheres que imigram individualmente evento cada vez mais frequente e diverso em sua essência.

Apesar dos indiscutíveis avanços no que diz respeito à acolhida de refugiados e imigrantes no Brasil, a citar a nova e já em vigor Lei de Imigração, bem como o aumento significativo de organizações não governamentais (ONGs) e diversas iniciativas da sociedade civil representadas por igrejas, escolas, empresas, etc., com intuito de dar boas vindas e prover acolhimento aos que chegam diariamente, o caminho da integração social é árduo e trilhá-lo exige perseverança do imigrante e/ou refugiado. Isso porque durante muito tempo o assunto esteve guardado: desde 1980 refúgio e imigração foram assuntos tratados no âmbito da política de segurança nacional brasileira, agora, reaparecem diante da crise mundial de deslocamentos, imigração por sobrevivência ou pelo desejo das pessoas construírem projetos de vida para além de suas fronteiras de origem. As iniciativas são válidas, mas insuficientes; e infinitamente menores do que as forças que operam para dificultar ou ignorar a realidade por que passa a questão migratória no Brasil. Em relação às imigrantes angolanas um peso duplo está sobre elas: o facto de serem mulheres e negras. Dessa forma concordamos com Ricci & Silva (2018) ao afirmarem que o Brasil:

apesar da sua formação cultural, étnica e racial diversa, tem reproduzido, historicamente, uma estrutura social racista e xenofóbica, como pode ser observado na trajetória da política migratória nacional, bem como na resistência à aprovação da Lei 13.445/2017 e nos episódios cotidianos de agressões físicas e morais contra as minorias (Ricci & Silva, 2018, p.37).

Para compreendermos o processo de integração das imigrantes angolanas em São Paulo consideramos acertada a metodologia escolhida neste trabalho, a entrevista em profundidade constituiu um instrumento privilegiado de análise da realidade. O contado com as entrevistadas “humanizou” a investigação e possibilitou “ver por dentro”. Nas palavras de Lalandia:

Entenda-se humanização no sentido em que introduz o contacto directo com o objecto de estudo, introduz a subjectividade dos actores e o contacto face a face do investigador com a humanidade desses actores em contextos de interacção (Lalanda, 1998, p.873).

Adentrarmos na realidade das entrevistadas, primeiro através do resgate de suas experiências na terra de origem e depois as transpusemos para a sociedade de acolhimento para então aferir seu grau de integração no novo espaço social. Um exercício de “olhar um conjunto de pequenos fragmentos de vida e de os situar num contexto mais alargado, em particular quando nos detemos nos momentos de transição do ciclo da vida” (Lalanda, 1998, p.877).

Dividimos o trabalho em sete capítulos. No capítulo I apontamos a interligação entre a globalização e seus impactos na esfera migratória. Do deslumbramento da partida às tensões da chegada (Ianni, 1996). Vivemos um momento ímpar na história, as quase duas primeiras décadas do século XXI são matéria prima para análise da nova configuração migratória que “tomou conta do mundo”. O Brasil de modo particular guarda nas páginas de sua memória a história da imigração africana que pode ser descrita em três momentos. Neste capítulo fazemos um breve recuo histórico a fim de salientar a política de imigração no Brasil, com isso é possível perceber os avanços e/ou retrocessos dessa política ao longo dos anos. O capítulo faz menção à nova Lei de Imigração, aprovada em 2017 que substitui o antigo Estatuto do Estrangeiro, uma luta travada há anos pela sociedade civil representada por órgãos de defesa dos Direitos Humanos e Cidadania. Por fim, apresentamos um panorama das migrações em São Paulo entre os anos de 2014-2016, com resultados que colocam a metrópole em estado de alerta: São Paulo é cada vez mais uma cidade de imigração, não podendo prescindir desse fato.

Dedicamos o capítulo II à questão da imigração feminina. Facto incontestável é que cada vez mais as mulheres estão imigrando por diversos motivos: estudo, trabalho, fuga de violência e maus tratos, ambição por uma vida melhor dentre outros. Se por um lado isso é positivo por aparentar autonomia e usufruto de direitos como liberdade e movimentação geográfica, ou seja, direito de ir e vir, por outro estudos comprovam que as mulheres imigrantes são majoritariamente expostas a

situações vulnerabilidade em seus movimentos migratórios. Inserimos dados neste capítulo sobre o protagonismo da mulher africana nas migrações.

Uma das esferas mais tenebrosas e impeditivas para um processo harmonioso de integração é operacionalizada pela tríade: racismo, preconceito e discriminação. O capítulo III foi dedicado à temática das tensões em torno da identidade dos imigrantes direcionando o olhar para os prejuízos identitários sofridos pelos imigrantes por conta dessa tríade. O objeto de estudo deste trabalho são as mulheres angolanas, portanto a questão do género merece destaque; por isso, ainda neste capítulo fizemos uma abordagem sobre a estereotipação da mulher angolana em dois níveis: pobreza e negritude.

No capítulo IV esquadrihamos de modo conciso a história de Angola, a fim de observar como os ideais da época colonial permanecem presentes na sociedade angolana contemporânea. Acreditamos que o passado é ferramenta auxiliadora na compreensão do tempo presente. Trazemos ainda um panorama da situação presente de Angola baseado em dados do Programa de apoio aos atores não estatais (PAANE 2015). Portanto, conhecer o país de origem das entrevistadas corrobora para o entendimento das motivações que as têm feito partir de seu país natal e ingressar em novas situações, em novos países, em novas vidas.

No capítulo V descrevemos a metodologia aplicada para obtenção de resultados. O perfil do trabalho requereu o desenvolvimento de pesquisa qualitativa, uma vez que nosso intuito era compreender e explicar como se entrelaçam as dinâmicas e as relações sociais das imigrantes em contextos de integração, para tanto, recorreremos ao recurso da entrevista em profundidade orientada por um guião de entrevista elaborado para orientar a entrevistadora a conduzir as entrevistadas através de proposições intrínsecas a conjuntura migratória incluindo as situações que envolveram as condições pré e pós viagem. Considerando a individualidade de cada entrevistada não fizemos do guião um instrumento rígido para e na recolha de dados, pois quando a subjetividade do entrevistado é levada em conta o entrevistador está ciente de que pode reformular, acrescentar ou excluir questões em prol do ganho que estes ajustes podem trazer ao resultado final.

O capítulo VI foi dedicado à apresentação e análise dos dados recolhidos pautados pela apreensão da trajetória de vida de cada uma das entrevistadas, momento significativo e imprescindível na construção dos perfis das imigrantes que apontaram trajetórias e caminhos em Angola e no Brasil. A temática concernente à integração social de mulheres africanas em São Paulo é escassa e em se tratando especificamente de angolanas podemos afirmar que é nula; por isso, não foi possível estabelecer parâmetros de comparação com outros trabalhos.

No Capítulo VII é feita a discussão de resultados que baseada na análise dos dados apresentados no capítulo anterior apresenta subsídios bastante para indicar a parcialidade da integração das imigrantes Angolanas em São Paulo.

Na conclusão apontamos questões subjacentes ao trabalho, refletimos sobre a necessidade da continuidade da abordagem do tema e também a urgência da implementação de políticas e estratégias de acolhimento que integrem de facto as angolanas.

CAPÍTULO I. Imigração: um assunto do Brasil e do mundo

Neste capítulo fazemos alusão às metáforas da globalização e das implicações no contexto imigratório. Trazemos um panorama sobre as imigrações no mundo com especial atenção à imigração africana/angolana para o Brasil. Lançamos mão de um breve histórico sobre a política imigratória brasileira e um retrato da imigração na cidade de São Paulo.

1. Metáforas da globalização

A magnitude do tema imigração sempre levará o pesquisador a fazer ponderações, escolhas e recortes históricos, isso porque a história da humanidade foi e vai sendo construída debaixo do vislumbre das chegadas e partidas de coletivos ou indivíduos que por razões as mais variadas encontram no “retirar-se” a solução ou salvação para suas vidas. Uma digressão ao ano 1448 a.C (aproximadamente) nos colocará em contacto com a história do povo hebreu que segundo o relato bíblico sofrera opressão por 400 anos sob o jugo dos faraós; após esse período de sofrimento e “estrangeirismo” o povo finalmente é conduzido pela perspectiva de alcançar uma terra próspera e segura, narra-se então a história do êxodo, que por definição significa emigração de todo um povo ou saída de pessoas em massa. A busca pela felicidade e pela sobrevivência sustenta a ideia de que o ser humano foi criado para movimentar-se, deslocar-se sempre que julgar necessário ou quando for obrigado a fazê-lo. As imigrações devem ser consideradas em cada momento da história por que não podem ser percebidas fora dela. Dessa forma se olharmos para o fenómeno migratório contemporâneo, final do século XX e primeira quinzena do XXI, encontraremos suas especificidades e de modo seguro podemos associá-lo aos sinónimos processos de globalização, mundialização e planetarização que rege o mundo. Neste estudo remeteremos à ideia de globalização por entender que ela supre a necessidade de explicar no âmbito político, económico, social, antropológico o processo de mudança que atravessa o planeta nas últimas décadas. Nesse sentido Ianni (1996, p.14) afirma que “a descoberta de que o globo terrestre não é mais apenas uma figura astronômica, e sim histórica, abala modos de ser, pensar, fabular”. A literatura da globalização produziu um sem número de expressões que passaram a povoar o

imaginário dos indivíduos, bem como os textos científicos, filosóficos e artísticos: “aldeia global”, “fábrica global”, “nave espacial”. São elocuições metafóricas que podem ajudar a explicar o problema da globalização. (Ianni, 1996, p.15). Duas chamam particular atenção: “aldeia global”, este termo foi criado na década 1960 pelo filósofo canadiano Hebert Marshall McLuhan, (1972, p.50) para quem o mundo deveria funcionar como uma aldeia, ou seja, toda a comunidade interligada e desfrutando das mesmas “possibilidades de comunicação, informação e fabulação abertas pela eletrônica”. Daí decorrem pelo menos duas sugestões: a harmonização e a homogeneização progressivas, ou seja, o funcionamento e a mudança da vida social seriam movidos pela técnica e as barreiras geográficas seriam encurtadas de modo a promover plena integração entre províncias, nações e regiões, bem como culturas e civilizações (idem, p.16). Do ponto de vista geotecnológico é pertinente afirmar que as distâncias foram e tornam-se a cada dia mais abreviadas por força da tecnologia representada em primeira instância pela internet, contudo, o mesmo não se pode dizer da promoção da harmonia e homogeneização entre os povos, uma vez que o mesmo veículo que une por vezes é utilizado para separar e hostilizar seres humanos. As redes sociais podem operar como instrumento facilitador da discriminação contra pessoas que partilham características identitárias comuns como a cor da pele, nacionalidade, opção sexual, religião dentre outros, ou seja, as redes podem se tornar ambiente propício para difusão e manifestação de ideologias (Baptistela & Caldas, 2015, p.4). Muitas vezes atitudes discriminatórias que em seu grau mais elevado redundam em ódio declarado aos imigrantes ocorrem por conta das “suposições”, ou seja, um grande vetor do ódio reside no facto de se interpretar a priori, de modo precipitado e equivocado, as motivações das pessoas, fazer uma interpretação distorcida da realidade. Uma das mais declaradas suposições é a de que em princípio os imigrantes, sobretudo os advindos de países pobres ou fora do eixo euro-americano chegam para “roubar”, ocupar postos de empregos dos nacionais, onerar serviços públicos de saúde e educação e implantar uma cultura estranha à nacional. Outra metáfora é a da “nave espacial”. Muito oportuna aos mecanismos ligados à imigração e suas antíteses: o conhecido e o incógnito; a origem e o destino; a aventura e a desventura. Essa nave muito bem representa os milhares de

imigrantes e refugiados africanos que principalmente nos primeiros anos desse século têm se lançado nessa “aventura” movidos pelo desejo de encontrar um porto seguro no Brasil, dados da Polícia Federal¹apontam que imigração de africanos aumentou 30 vezes entre o ano de 2010 e 2012. Muitas vezes “o deslumbramento da travessia traz consigo a tensão do que pode ser impossível” (Ianni, 1996, p.19), para esse caso há outra metáfora aplicável, trata-se da “torre de Babel”, “a nave pode ser babélica”, os indivíduos podem ter “dificuldade para compreender que se acham extraviados, em declínio, ameaçados ou sujeitos à dissolução” (ibidem). Nesse sentido é pertinente pensar que, num mundo de transformações que afetam quase tudo o que fazemos e que nos empurra em maior ou menor escala para uma “ordem global que ainda não compreendemos na sua totalidade, mas cujos efeitos já se fazem sentir em nós” (Giddens, 1999, p.19), imigrar, na esfera da globalização é lançar-se por vezes na dimensão das incertezas e também dos riscos. Se, por um lado, a globalização tornou-se propulsora dos deslocamentos “espontâneos” por conta da ruptura de fronteiras, produzindo a sensação de liberdade de ir e vir sem obstáculos, fazendo com que muitas pessoas (migrantes) ampliem sua perspectiva de mundo, por outro lado, as regras impostas pelo liberalismo denotam que “a globalização apresenta dificuldades e morosidades no cumprimento de suas promessas” (Martine, 2005, p.3). Neste aspeto podemos falar na diferença entre teoria e prática liberal. Sobre isso, Pellegrino (2003) afirma:

o projeto liberal em matéria de circulação de capitais e mercadorias, sustentado por grande parte dos Estados centrais, entra em contradição com os severos controles impostos à livre mobilidade dos trabalhadores e à fixação das pessoas nos territórios nacionais desses Estados (Pellegrino, 2003, p. 8 apud Martine, 2005, p.5).

Independente da nomenclatura utilizada para definir esse tempo de mudanças nas sociedades contemporâneas Santos (2002, p.164) admite que “a incerteza, o paradoxo e o risco marcam o futuro das nossas sociedades”. No caso concreto das migrações internacionais há de se acentuar que o impulso provocado por intermédio da globalização no que diz respeito à saída, não acompanhou

¹ <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/imigracao-africana-no-brasil-aumenta-30-vezes-entre-2000-e-2012,bcdedc77d62e5410VgnCLD2000000dc6eb0aRCRD.html>

necessariamente o aumento das oportunidades porque “os países que atraem migrantes bloqueiam sistematicamente sua entrada” (Martine, 2005, p.8).

Um conceito bastante interessante a respeito da globalização assevera que esta não está acabada, ou seja, enquanto os países mais poderosos não cumprirem a promessa de prover ao mundo subdesenvolvido crescimento e desenvolvimento económico e social, a globalização pode ser descrita como inacabada (idem, p.5). Entretanto, o mundo segue e em movimento, todos os dias milhares de pessoas deixam suas terras e países de origem, as grandes capitais se tornaram verdadeiras cidades globais, as migrações quer voluntárias ou forçadas multiplicam-se com a velocidade das tragédias sociais (fome, desemprego, anulação de direitos humanos fundamentais), e outros assombros que tomam conta do mundo como guerras e aumento da pobreza. Nas palavras de Martine: “A desigualdade de forças dos diferentes atores junto com ausência de uma governabilidade global dificultam muito a resolução dessas tensões” (ibidem). A impressão que se dá é de que não há o maior interesse por parte das potências centralizadoras e promotoras dos desajustes mundiais de que a situação encontre um ponto de reversão. Na verdade o que vemos hoje é a teoria do container social² em pleno funcionamento: a submissão das sociedades ao Estado, ou seja, ordem social significa ordem do Estado. Dessa forma as sociedades modernas se transformam em sociedades afastadas umas das outras; não é sem razão que na linguagem quotidiana e também na científica se ouve falar em uma sociedade “francesa”, “americana”, “alemã”, etc. (Beck,1999, p.52). O mundo se transformou em containeres- Estado, que precisam ser escondidos e resguardados de acordo com o tesouro que escondem. Quaisquer tentativas de descrever com precisão e carácter definitivo o que é globalização por certo terminariam por utilizar as palavras de Santos: “a globalização é muito difícil de definir” (1995, p.20). O seu carácter pluri-

² A ideia de container social de Beck consiste na tese de que as sociedades constituem-se como comunidades delimitadas e subordinadas ao poder de um Estado Nacional que por sua vez exerce seu poder soberano dentro de uma esfera territorial delimitada. Beck,U. (1999). O que é globalização? São Paulo, Paz e Terra p.52.

dimensional pode conduzir perspectivas na extensão económica, política, ambiental, religiosa, cultural, social, antropológica, geográfica e migratória.

2. A Realidade das Migrações Internacionais no Mundo: a Imigração Africana para o Brasil

Dados do relatório de migração internacional da ONU 2015³ revelam que o número de migrantes em todo o mundo cresceu muito nos últimos quinze anos, atingindo um número de 244 milhões de pessoas em 2015. Em 2010 foram 222 milhões e no ano 2000 o número foi de 173 milhões de migrantes. Os dados apontam ainda que quase dois terços de todos os migrantes internacionais vivem na Europa, ou seja, 76 milhões seguidos por 75 milhões a viver na Ásia. Em terceiro lugar destaca-se a América do Norte que hospedou 54 milhões de migrantes internacionais. Em seguida vêm África, América Latina e Caribe, Oceania respectivamente com 21,9 e 8 milhões de pessoas hospedadas. As mulheres representam um pouco menos da metade dos migrantes internacionais. A percentagem caiu de 49% em 2000 para 48% em 2015. Trinta e quatro milhões de africanos migraram em 2015, número que representa 14% do total dos 244 milhões de migrantes internacionais mencionados anteriormente. Apesar das estatísticas num âmbito global apontarem os africanos com certa inexpressividade em relação às migrações internacionais, um olhar sobre a imigração africana para o Brasil traz dados reveladores. Um deles diz respeito ao aumento no número de africanos que vieram para o Brasil num prazo de cinco anos.⁴ Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) associados a informações da Polícia Federal, estimavam 10.600 africanos emigrados para o Brasil no ano de 2010, cinco anos depois este número quadruplicou e o número de imigrantes africanos saltou para 40.600. O facto pode encontrar justificativa na política migratória brasileira que se comparada às da União Europeia que possui regras menos rígidas, além do que:

O Brasil apresentou, até 2014, um melhor desempenho econômico, a abertura de novos postos de trabalho, a universalização do sistema de saúde, o acesso às universidades públicas e a educação básica gratuita. Também a legislação trabalhista vigente no país

³http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/MigrationReport2015_Highlights.pdf. Acesso em 27 de maio de 2017.

⁴ <https://pt.scribd.com/document/348740173/Encarte-Revista-Semana-Da-Africa-Na-UFRGS-2016>

costuma atrair estrangeiros para o nosso mercado de trabalho. Assim, no período, a migração de africanos para o Brasil revela-se uma alternativa interessante, apesar dos altos custos da travessia do Atlântico e das barreiras lingüísticas (Uebel, 2015, p.1).

Acrescentam-se a isso, afinidades culturais e lingüísticas no caso dos países africanos de língua portuguesa, os tratados de amizade e convênios educacionais firmados entre o Brasil e estes países, bem como a instalação de empresas brasileiras nestes territórios. Entre os anos 2010-2015 a maior parte da imigração recebida pelo Brasil foi proveniente do continente africano com destaque para os angolanos 27,3%; guineenses 6,8%; cabo-verdianos 6,3% e moçambicanos 6,1% perfazendo o total de 46,5% das imigrações nesse período (Uebel, 2015, p.1).

No caso específico de Angola postulamos que além das razões citadas anteriormente, muitos angolanos vieram para o Brasil para fugir da guerra civil (e de suas consequências) que assolou o país por quatro décadas. Facto é que quando se fala em imigração angolana para o Brasil, esta pode ser abordada em três fases distintas: migração forçada ou obrigatória, migração de fuga I e migração de fuga II. No período de 1700 a 1810, o Brasil importou cerca de 1,9 milhões de escravos oriundos do continente africano, dos quais 1,3 milhões de Angola. Este período pode ser caracterizado como o primeiro momento da imigração a forçada ou obrigatória, uma vez que os angolanos não tinham a menor condição de opinar sobre sua própria vida, ou seja, eram trazidos à revelia para o Brasil. Zamberlam, (2004, p.32) afirma que no período colonial: “A legislação portuguesa proibia a entrada de qualquer estrangeiro. Estimulava a migração forçada (escravos africanos), cujo regime e proteção jurídica era similar ao dos animais”. A ideia de que durante o período escravagista a vinda de escravos africanos para o Brasil pode ser caracterizada como um período de imigração forçada é defendida por Benjamim (2008):

A colonização do Brasil somente foi possível com a migração forçada dos africanos. Portugal tinha uma reduzida população, que não poderia vir a povoar os grandes espaços do Brasil. A escravidão do índio demonstrou-se insuficiente para realizar o trabalho produtivo da nova colônia. Foram então trazidos da África milhares de homens e mulheres, num período de quatro séculos (Benjamin, 2008, p.241).

Para Cunha (2014, p.1) o deslocamento de africanos para o Brasil durante o período colonial configura “um movimento migratório de grande escala e impacto,

tanto para o território de origem quanto para o que os recebeu”.⁵ A segunda fase pode ser datada com início no ano de 1957 atingindo o seu ápice em 1958, período que coincide com crises político-militares em Angola, e a terceira relaciona-se diretamente com o facto dos imigrantes assumirem o carácter de refugiados durante o período da guerra civil e nos anos que a sucederam (Ribeiro, 1995, p.124-126).

Concernente às relações entre Brasil e Angola, estas podem ser analisadas desde o período colonial, considerando as diferenças significativas no modelo de colonização por Portugal, uma vez que Angola se tornou o fornecedor de escravos para o Brasil; mais adiante já no século XX, as relações se estreitam em nível cultural e em termos diplomáticos, ajustam um pouco mais o vínculo quando o Brasil se torna o primeiro país a reconhecer a independência de Angola em 1975 (Patarra & Fernandes, 2011, p.76).

Não somente por conta da imigração africana, aqui um parênteses necessário⁶ (no continente americano, o Brasil foi o país que importou mais escravos africanos. Entre os séculos XVI e meados do XIX, vieram cerca de 4 milhões de homens, mulheres e crianças, o equivalente a mais de um terço de todo comércio negreiro), mas de todo o histórico que envolve a formação do povo brasileiro é possível afirmar que o Brasil é um país de imigração. É certa também a afirmação de que “a cultura brasileira tem a marca da pluralidade étnica” (Reale, 2004, p.46). O que podemos identificar como genuinamente brasileira é a população indígena que aqui vivia à época do “descobrimento” no ano de 1500. Então chegaram os portugueses, mais tarde os africanos, os italianos, os alemães, os espanhóis, os poloneses, os árabes (libaneses e sírios), japoneses, etc. Diante disso é possível admitir que não há possibilidade de se compreender o Brasil, se não através de uma visão do fenómeno migratório expandido, ou seja, considerando evidentemente suas matizes primárias: o português, o negro e o

⁵ <http://museudaimigracao.org.br/escravidao-africana-como-migracao-forcada/> (texto publicado especialmente para a exposição: escravidão africana como migração forçada. 19/11/2014.

⁶ Dados obtidos no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. www.brasil500anos.ibge.gov.br. Acesso em 31/05/2017.

índio, sem jamais excluir “o afluxo formidável de outras fontes fornecedoras não só de nova gente, mas de novas formas de vida” (Reale, 2004, p.45). Ao longo de um pouco mais de cinco séculos de história, a questão migratória no Brasil pode ser contada com alguns parênteses: que as portas sempre estiveram e/ou estarão abertas para todos indistintamente é um deles. Isso porque o adjetivo ‘indesejado’ sempre esteve presente no mundo dos imigrantes “que, por não corresponderem aos padrões adotados como ideais, foram excluídos dos espaços-símbolos do progresso e da civilização” (Carneiro, 2003, p.44). Dada a extensão da história do Brasil e com ela a escalada das migrações podemos tomar os anos de 1888 e 1889 como referência de uma política imigratória que ganha forma nesse período que corresponde respectivamente à abolição da escravatura e da proclamação da República. Nessa época século XIX dois fatores culminam na transformação qualitativa de migrantes dirigidos ao Brasil: a passagem da migração africana forçada, para migração de força de trabalho livre, e a de origem europeia. O sistema económico do Brasil sofre então uma transição de sistema económico escravocrata para um sistema capitalista de produção que se inicia com o advento da lavoura cafeeira (Levy, 1974, p.50). Diante da nova conjuntura que vai se delineando, em 1890 foi promulgado o Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, regulamentando a introdução de imigrantes no Brasil, a publicação original foi esta:

DA INTRODUCÇÃO DE IMMIGRANTES⁷

Art. 1º É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos à acção criminal do seu paiz, exceptuados os indigenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admittidos de accordo com as condições que forem então estipuladas.

Como se vê apesar da abertura para imigração há claras restrições para entrada de africanos e asiáticos. Segundo Demartini (2011, p.52) além da problemática surgida com a “liberdade” dos negros e mestiços, outra preocupação das autoridades dizia respeito a definição das correntes imigratórias desejáveis, e as indesejáveis. Vale lembrar que o projeto imigrantista tinha em perspectiva a

⁷ O decreto pode ser lido na íntegra no site da câmara dos deputados setor de legislação informatizada. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 30/05/2017.

construção de uma nação branca, fato que colocava o imigrante de origem branca em franco favoritismo. O artigo 3º do mesmo decreto dá a polícia dos portos autoridade para impedir o desembarque de mendigos e indigentes. Dessa forma o imigrante era bem-vindo ou não de acordo com as exigências que eram impostas “pelos ordenadores da sociedade brasileira” (Carneiro, 2003, p.23). O perfil do imigrante estimado nessa época era, sobretudo o imigrante branco, as elites republicanas pretendiam trazer para o Brasil o melhor dos imigrantes e o melhor para dar continuidade a política de branqueamento da sociedade era o branco. Os negros, agora “ex-escravos” são abandonados sem condições de sobrevivência, tornam-se proletários, mendigos e desclassificados. Segundo Ianni (2003):

Os negros estavam incapacitados para um reajustamento positivo ao sistema econômico-social. Continuavam segregados num mundo pobre de cultura e de oportunidades, envolvidos num falso ócio ou obrigados a sobreviver do trabalho braçal, herança dos tempos da escravidão. Viam-se muito mais identificados com o processo de branqueamento da população do que com sua própria negritude (Ianni apud Carneiro, 2003, p.30).

Na sociedade brasileira do século XIX havia um ambiente favorável ao preconceito racial, dificultando enormemente a integração do negro. De facto, no Brasil republicano, predominava o ideal de uma sociedade civilizada, que tinha como modelo a cultura europeia, onde não havia a participação senão da raça branca. Esse ideal, portanto, contribuía para a existência de um sentimento contrário aos negros, pardos, mestiços ou crioulos, sentimento este que se manifestava de várias formas: pela repressão às suas atividades culturais, pela restrição de acesso a certas profissões, as “profissões de branco” (profissionais liberais, por exemplo), também pela restrição de acesso a logradouros públicos, à moradia em áreas de brancos, à participação política, e muitas outras formas de rejeição ao negro⁸ (IBGE, 2007). Pode-se dizer que esses elementos que sentenciaram a população negra, a princípio escrava e depois desfrutando de uma liberdade fictícia, estão bem vivos hoje e afetam tanto aos negros brasileiros quanto aos imigrantes africanos que continuam ao longo da história desembarcando no Brasil.

⁸ IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Publicação revista e atualizada sobre a construção do território nacional e dos principais elementos que conferem identidade ao “caldeirão étnico-cultural” chamado Brasil.

No século XX o Brasil inicia e intensifica uma campanha de nacionalismo exacerbado que teve como mote: *promover o homem brasileiro e defender o desenvolvimento económico e a paz social do país*. O país atravessava um momento de efervescência política, económica, cultural, ideológica e social, o nacionalismo adquire força e ganha centenas de adeptos e passa a ser o referencial ideológico de diversos grupos políticos. Um facto que se repercute na sociedade atual e tem influência direta na questão das imigrações data dos anos 1930 e refere-se ao **mito da democracia racial** no Brasil. O conceito apresentado por Freyre (1930) lançou as bases para se acreditar que o Brasil era um país sem cor e onde todas as pessoas indistintamente gozavam das mesmas possibilidades de ascensão social. Por mais de 50 anos, políticos, intelectuais e representantes das classes dominantes argumentavam que os “imigrantes deveriam romper com seus vínculos de origem para renascerem com identidades renovadas”(Carneiro,2003,p.35). Esse processo de integração/assimilação culminou com a miscigenação racial tão característica do povo brasileiro, mas que ao mesmo tempo trouxe e até hoje traz tantos problemas, sobretudo para estes descendentes miscigenados que pertencem às classes menos favorecidas socialmente. O mito da democracia racial fez a pauta do racismo desaparecer durante a ditadura militar e vigorou por anos nas produções intelectuais brasileiras trazendo prejuízos incalculáveis que são sentidos nos dias atuais nas práticas de uma sociedade segregacionista.

Tecendo um ponto sobre a questão da assimilação, este é um termo emprestado da biologia que explica como a fim de se alimentar, um organismo vivo assimila elementos do ambiente e, assim, transforma substâncias “estrangeiras” em seu próprio corpo, fazendo-as “similares” a si- dessa maneira, o que costumava ser diferente torna-se semelhante (Bauman & May, 2010, p.228). No caso dos estrangeiros/migrantes “a assimilação pode ser apresentada como uma missão de proselitismo, em grande medida da mesma maneira como o pagão deve ser convertido a uma religião verdadeira” (idem). Aqui reside um dos maiores desajustes relacionados à imigração, ou seja, o desejo de ver o “outro” pensando, agindo, comendo e se vestindo da mesma forma que “eu”. Numa atividade de descaracterização da cultura alheia, expressando muitas vezes desprezo e falta de

entendimento de que uma cultura não tem sentido de existir se destruir outra, da mesma forma o individual só atinge sua complementaridade através do contato com o “outro”, com a sociedade que o cerca num exercício contínuo de alteridade que por sua vez faria das identidades diversificadas motivo de aprendizagem e crescimento, assim não precisaríamos concordar com Bauman (2005, p.38) ao dizer que “em nosso mundo de *individualização* em excesso, as identidades são bençãos ambíguas. Oscilam entre o sonho e o pesadelo, e não há como dizer quando um se transforma no outro”. A questão migratória no Brasil é complexa, desde o início esteve atrelada a interesses políticos e económicos das elites que dirigiam o país e que, portanto, tratava os imigrantes apenas como negócio. Sobre essa questão Levy (1974, p.51) afirma “sem dúvida, a principal e mais imediata pressão sobre a política imigratória do país, era a que derivava dos interesses dos fazendeiros e, particularmente, dos cafeicultores”. Questões relacionadas a direitos humanos e bem estar social não eram assuntos prioritários e que só começaram a vir à tona nos anos que correspondem ao término da segunda guerra mundial. Um dos maiores historiadores do Brasil, Sérgio Buarque de Holanda legitima em 1936 o conceito do “homem cordial” apresentado no livro *Raízes do Brasil*, a expressão foi usada para definir aspectos do carácter do povo brasileiro como hospitalidade e generosidade. De facto, ao longo das últimas décadas essa “marca” foi compondo o imaginário da sociedade brasileira, e automaticamente sendo transferida para o imaginário dos imigrantes; todavia a realidade em muitas ocasiões denota uma cordialidade movida apenas por aparências uma vez que “a simples cordialidade não cria bons princípios”. Holanda, acrescenta:

Nossa forma ordinária de convívio social é, no fundo, justamente o contrário da polidez. Ela pode iludir na aparência- e isso se explica pelo fato de a atitude polida consistir precisamente em uma espécie de mímica deliberada de manifestações que são espontâneas no “homem cordial” (Holanda,1991, p.106-107).

3. A Política de Imigração no Brasil (breve histórico)

A eclosão das duas grandes guerras mundiais ocorridas nas décadas dos anos 20 e 30 do século XIX modificaram a forma com que muitos países passaram a olhar para o imigrante. Houve um retrocesso em relação à compreensão dos

direitos dessa população e muitos países passaram a estabelecer restrições (Milesi, 2007, p.2). No Brasil, as Constituições de 1934 e 1937 corroboraram a tendência restritiva. A de 1934 estabeleceu a lei de cotas no parágrafo 6 do artigo 121, lê-se:

A entrada de imigrantes no território nacional sofrerá as restrições necessárias à garantia da integração étnica e a capacidade física e civil do imigrante, não podendo, porém, a corrente imigratória de cada país exceder, anualmente, o limite de dois por cento sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinqüenta anos. (Brasil, 1934).

O espírito nacionalista e o recrudescimento do governo republicano em relação à entrada de imigrantes “ indesejáveis” no país faziam-se presentes em declarações como do então presidente Getúlio Vargas: “a aglomeração de braços em nossos centros industriais viria ser fator de perturbação e constituiria ameaça para o trabalhador nacional e estrangeiro, já localizado no país” (Geraldo,2009,p.178).

A Constituição de 1937 apresenta mais controle ainda, mantém a lei de quotas, veda a “concentração de imigrantes em qualquer ponto do território da União, devendo a lei regular a seleção, localização e assimilação do alienígena”. Controla com severidade a entrada de imigrantes de “certas” raças sob a justificativa de promover “a garantia da integração étnica e capacidade física e civil do imigrante”. O primeiro Estatuto do Estrangeiro é estabelecido no Brasil pelo Decreto-Lei 941/69, de 18/10/69, e não deixa dúvida sobre a política do regime militar quanto ao tratamento do estrangeiro: buscam-se exigências extralegis, fazendo com que os governantes de plantão mudassem ao seu arbítrio, as regras em relação à admissão de estrangeiros (Milesi, 2007, p.3).

Em 1980, sob o Regime Militar (1964-1985), entra em vigor a Lei nº 6815/1980 que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil e cria o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) e dá outras providências, também conhecida como Estatuto do Estrangeiro, lei que durante quase três décadas motivou acirradas discussões entre governo e órgãos da sociedade civil que militam a causa dos refugiados e imigrantes. A principal alegação é de que a Lei tratava os imigrantes e a imigração como uma questão de segurança nacional, ou seja, acabava por atribuir aos imigrantes “indesejados” a culpa por uma série de problemas que afetam a sociedade; devendo portanto, precaver-se contra infortúnios que eventualmente possam ser causados por essas pessoas. No artigo 7º inciso II a Lei

é bastante clara e não concedia visto ao estrangeiro: “considerado nocivo à ordem pública ou aos interesses nacionais”. De modo geral, a lei era composta por 149 artigos, divididos em 13 títulos, referentes a tipos de visto; direitos e deveres dos estrangeiros; questões relativas à deportação, extradição e expulsão, naturalização, entre outras (Brasil, 1980). Sobre a legislação Siciliano (2013), afirma que:

excetuando-se os acordos regionais e bilaterais de livre circulação, é bastante restritiva à imigração, pois exige que o imigrante esclareça previamente os motivos de sua viagem e comprove documentalmente o alegado. Além disso, não permite, via de regra, a alteração de tipo de visto, tampouco a regularização de imigrante que, por algum motivo, tenha sua estada considerada como irregular (Siciliano, 2013, p.49).

Schwinn & Costa (2015, p.3) utilizam a expressão “acervo autoritário” ao referirem-se ao Estatuto do Estrangeiro. De facto, a Lei foi redigida em plena época da ditadura civil-militar e detém as prerrogativas “que dá ao Estado total discricionariedade sobre a condição do estrangeiro” (idem). Mais uma vez o imigrante é visto nesse escopo como ameaça à ordem pública, à segurança e a paz. Para Milesi (2007, p.3) a melhor definição é: “resquício de um período sombrio” ao falar sobre o Estatuto que era o principal instrumento regulatório dos imigrantes no território nacional. Dessa forma, o que se percebe é a necessidade e a urgência de uma legislação que desmistifique a visão herdada de um passado amedrontado “através da adoção de uma política migratória baseada nos direitos humanos” (idem). Chama-nos a atenção que apenas oito anos depois de promulgada a Lei 6815/80 foi aprovada também a Constituição Federal de 1988, e em seu artigo 5º, aliás, o mais citado pela sociedade como um todo; estabelece que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”, há aqui um evidente contra-senso, pois na prática aos imigrantes é vedada a oportunidade de participar em nível de igualdade com os cidadãos nacionais (art.5º). Infelizmente o Brasil acumula histórico de casos em que imigrantes e refugiados não tiveram o direito à vida garantidos sendo vítimas fatais do racismo e da intolerância.

3.1 Nova lei de imigração

A dinamicidade histórica marcada por mudanças no cenário brasileiro com o influxo de imigrantes adentrando o território nacional nos últimos anos demandava presteza na modificação da legislação em vigor que não mais atendia às reais necessidades dos cidadãos imigrantes do tempo presente. Dessa forma um apelo passou a ecoar por todo o território nacional de modo que a sociedade civil representada por órgãos de defesa dos Direitos Humanos e Cidadania despertam para o fato de que o Brasil:

é um país cuja história e cultura foram moldadas pelas contribuições de diferentes povos que chegaram em nossas terras, voluntária ou forçosamente e que todos eles, de diferentes maneiras, contribuíram para enriquecer a identidade do nosso país. (Milesi, 2007, p.6).

À vista disso uma nova Lei de Migração foi proposta no Projeto de Lei do Senado (PLS 288/2013),⁹ do senador licenciado Aloysio Nunes Ferreira, no momento (ano 2017) ministro das relações exteriores (PSDB-SP), para substituir o Estatuto do Estrangeiro (Lei 6815/1980) adotado durante o regime militar. O texto já havia sido aprovado em 2015 no Senado e remetido à Câmara dos deputados. Em dezembro de 2016, retornou para a análise do Senado. Nas palavras do relator do texto, senador Tasso Jereissati (PSDB-CE): “a antiga lei era defasada e enxergava o migrante como uma ameaça, alguém que somente seria aceito na sociedade se trouxesse vantagens econômicas, sem receber contrapartida pela contribuição ao desenvolvimento do Brasil”.¹⁰ A lei foi sancionada em 25/05/2017, porém com 20 trechos vetados pelo presidente da República Michel Temer. Um dos principais foi o veto à anistia a imigrantes que entraram no Brasil até 6 de julho de 2016 e que fizeram o pedido até um ano após o início de vigência da lei, independente da situação migratória anterior. O veto foi justificado porque, de acordo com presidente, o dispositivo concederia “ anistia indiscriminada a todos os imigrantes”, retirando a autoridade do Brasil de selecionar como será o acolhimento

⁹ Agência Senado, 19/04/2017

¹⁰ Agência Senado 25/05/2017

dos estrangeiros. A sanção da lei coloca o Brasil na vanguarda dos países que qualifica o cidadão imigrante a ser considerado um “ser humano”, detentor de deveres, mas não menos de direitos.

A aprovação da Lei provocou manifestações contrárias por todo território nacional. Os motivos alegados pela oposição de parlamentares e sociedade civil vão desde considerar que é possível uma descaracterização cultural do país, poderá ocorrer uma invasão indiscriminada de pessoas desqualificadas, verificarem-se perdas e concorrência de empregos, e também pode ocorrer sucateamento dos serviços públicos de saúde e educação, ou seja, em virtude do aumento da demanda a qualidade do atendimento pode diminuir prejudicando diretamente aos nacionais. Muitos atos de xenofobia foram praticados nos dias que antecederam à votação da lei no Senado Federal bem como de quando encaminhada ao presidente da república fim de sancioná-la. O quadro de repúdio nos faz lembrar uma expressão de Bauman (2017, p.22)“lógica distorcida” ocasionada pela “ impotência e incapacidade de resistir à debilitante precariedade de nosso lugar no mundo”. E acrescenta:

Essa lógica distorcida, a mentalidade por ela gerada e as emoções que ela libera fornecem campos altamente férteis e nutritivos que atraem muitos políticos em busca de votos para neles se alimentar. É uma chance que um número crescente de políticos detestaria perder. Explorar a ansiedade causada pelo afluxo de estranhos - que, segundo se teme, vão empurrar mais para baixo ainda os salários que já se recusam a crescer e prolongar ainda mais as filas já longas de pessoas que procuram (sem resultado) empregos teimosamente escassos. (Baumann, 2017, p.22).

Num brevíssimo resumo estas são as conquistas da nova lei: a abordagem da migração a partir da noção de direitos humanos e não como um caso de segurança pública, ou seja, a não criminalização das migrações e o combate à xenofobia. A facilitação do processo para obtenção de documentos para legalizar a permanência do imigrante no Brasil, bem como o acesso ao mercado de trabalho regular e serviços públicos. A não detenção dos imigrantes pelo facto de estarem de modo irregular no Brasil e a permissão para que os imigrantes se manifestem politicamente, para fins pacíficos, tendo direito garantido de associarem-se a reuniões políticas e sindicatos.

4. Panorama das Migrações em São Paulo entre os anos de 2014- 2016

A imigração para o Estado de Paulo foi consequência direta do processo iniciado em meados século XIX, período onde aconteceu a substituição dos escravos por mão de obra livre nas grandes plantações de café e acelerado por volta de 1850 por conta das restrições impostas ao comércio escravagista. A política imigrantista em São Paulo visou basicamente a inserção em massa de imigrantes para o trabalho na cafeicultura predominantemente sob o regime republicano (Santos,1995; Paiva, 2013). Importa dizer que milhões de europeus promoveram um êxodo durante o século XIX e primeiras décadas do século XX, milhares deles se direcionaram ao Brasil. Os motivos que justificam tamanha imigração podem ser arrolados como: sociais, políticos, económicos, étnicos e culturais que compunham a Europa da época. No caso específico de São Paulo, a grande maioria dos imigrantes veio da Europa latina: italianos, portugueses e espanhóis, seguidos posteriormente pelos japoneses (Paiva, 2013, p.63). O componente migratório para a cidade de São Paulo, fez dela um caso único no Brasil, ou seja, desde o final do século XIX a pluralidade cultural foi sendo configurada através das contribuições dos imigrantes na construção do espaço urbano. Andar pela cidade hoje, é andar pelo mundo, território de pluralidades e paisagem diversa “São Paulo é o produto de deslocamentos humanos que fazem com que ela esteja em contínua transformação” (idem, p.71). A Organización Internacional para las Migraciones (OIM) relata que:

El paisaje urbano de la ciudad de San Pablo há venido experimentando transformaciones causadas por câmbios em su estructura demográfica y económica. Por um lado, La ciudad há recuperado uno de sus rasgos singulares hasta comienzos del siglo XX: su característica de “ciudad de inmigración, multicultural, y com capacidad de integrar a diferentes comunidades de migrantes. (OIM, 2015, p.16,17).

São Paulo é uma “cidade global”, que atrai populações de todas as partes do globo. Povos, línguas, nações, etnias e culturas se concentram no mesmo lugar. É esta cidade que muitas angolanas têm escolhido para vir fazer negócio, caso das muambeiras do Brás¹¹, para estudar, trabalhar ou simplesmente conhecer por

¹¹ Muambeiras também chamadas de “sacoleiras de Angola”, são mulheres que vêm para São Paulo comprar artigos de consumo: roupas, cabelos, chinelos, etc., para revender em seus país.

causa da aproximação que tem com o Brasil. Contudo, não é de mais dizer que para muitos angolanos vir para São Paulo é dar um salto na vida, progredir, sair da mesmice, ou seja, a percepção da inalteração do quadro sócio-econômico do país faz com que muitos ampliem seus horizontes e saiam em busca de novos destinos e oportunidades. O “mito da metrópole pode ser entendido como motivador dos interesses daqueles que buscam melhores condições de vida, ainda que na condição de estrangeiro” (Santos, 2005, p.72). Fatores como a identificação cultural e linguística operam a favor do movimento migratório de Angola para o Brasil. Desde a década de 1990 houve um crescente fluxo da comunidade angolana para o Brasil em virtude da guerra civil que à época assolava o país. Muitos cidadãos recorriam à embaixada brasileira, uma das poucas que concediam vistos e solicitavam vistos de estudante, que posteriormente já em solo brasileiro se transformavam em pedido de refúgio. Mesmo com a declaração do fim da guerra em Angola em 2002 muitos angolanos permaneceram no Brasil e se estruturaram na região do Brás em São Paulo. O Brasil e nomeadamente a cidade de São Paulo são um dos destinos escolhidos por mulheres migrantes provenientes de Angola nos últimos anos para atender “um novo fluxo migratório de mulheres angolanas, pejorativamente denominadas sacoleiras que compram produtos brasileiros (roupas e acessórios femininos principalmente) para serem revendidos em Angola” (Teles,2013,p.12). Magalhães, Bógus & Baeninger, (2017, p.402) elucidam que a concentração espacial em São Paulo de fluxos migratórios mais antigos, como de peruanos e bolivianos, foi seguida pelos refugiados sírios e por fluxos africanos de menor volume, como os de angolanos e guineenses. “A cidade revela atualmente, enorme diversidade no que se refere à existência de redes migratórias, construindo um espaço fértil para o estudo das migrações e do refúgio internacional”.

Para termos ideia de como a cidade de São Paulo está lidando com as questões de migração e refúgio nos últimos anos, vale dizer que em 2014 foi inaugurado o Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI-SP), que é um equipamento público municipal de referência na atenção à população

imigrante da cidade de São Paulo, independente de sua situação migratória e documental. Este serviço foi viabilizado pela atuação conjunta das Secretarias Municipais de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) com apoio da Secretaria Nacional de Justiça e Cidadania (SNJC/MJC), Secretaria de Assistência Social e Desenvolvimento Social (SMADS), que detêm a competência sobre os centros de acolhida municipais. Também fazem parte da parceria o Serviço Franciscano de Solidariedade (SEFRAS) e a Missão Scalabriniana (MSCS). O CRAI (SEFRAS) disponibiliza atualmente sete pessoas em seu atendimento: uma coordenadora, um assistente de projetos, um assistente social e quatro atendentes. O atendimento é feito em português, inglês, espanhol, francês, árabe, lingala e quíchua. Entre os anos de 2014-2016 foram realizados 6842 atendimentos. O relatório anual do ¹²CRAI 2015/2016 aponta Angola como o país com maior número de atendimentos: 516, seguido por República Democrática do Congo com 104 atendidos e Nigéria com 72. Foram atendidos cidadãos de 33 diferentes nacionalidades. Dentre os atendidos constatou-se que 79% das pessoas são de cor preta e que 49% dos imigrantes possuem ensino médio completo e 16% têm ensino superior. A população imigrante que chegou a São Paulo nesse período é relativamente jovem: está na faixa dos 30-39 anos. Quanto ao gênero, 66% são homens e 34% mulheres. A situação de moradia dos imigrantes é complexa: 41% residem em casas de aluguel ou pensões que em geral cobram um preço elevado pela hospedagem e cuja estrutura por vezes é caracterizada por condições mínimas de higiene e conforto. 22% dessas pessoas vivem em centros de acolhida e 17% estão na lamentável situação de rua. Apenas 1% dos imigrantes possuem casa própria. A situação migratória na cidade de São Paulo apresenta 57% dos imigrantes com solicitação de refúgio; 8% com visto temporário; 10% com visto permanente; seguidos de outros tipos de situação: visto de estudante, refugiado, indocumentado/irregular; visto de turismo. Quanto ao local de residência, o relatório aponta que a maioria dos imigrantes reside no centro da cidade, isso pode ser justificado pelo facto de que é no centro que se encontram os centros de acolhida e outros serviços como hospitais e ONGs que prestam apoio à população imigrante.

¹² <https://drive.google.com/file/d/0B9SpKaBc24AoX20wNF9fTm05LUU/view>

Em segundo lugar, é para a Zona Leste de São Paulo que muitos se dirigem, isto pode ser explicado pelo facto de que nos últimos anos, sobretudo africanos têm formado núcleos de convivência e moradia nos bairros dessa região, que é considerada uma região pobre em oposição às zonas norte e sul que agregam bairros considerados de classe média e alta.

Não seria exagero dizer que imigração é um tema inesgotável, no caso exclusivo do Brasil há um longo caminho para ser trilhado, nesse momento novos capítulos de sua história estão sendo escritos, a nova lei de imigração, apesar de não propor muitas novidades pode inserir o Brasil em um novo tempo consolidando o que há muito se espera: que o Brasil mereça o título de país de imigração por implementar e potencializar políticas migratórias justas, eficazes e duradouras.

CAPÍTULO II. Imigração feminina

Neste capítulo apresentamos a questão da imigração sob a perspectiva de género com algumas estatísticas e reflexões sobre a condição da mulher no processo migratório no que tange a vulnerabilidade social e suas implicações no processo migratório e o protagonismo de mulheres africanas nas migrações.

1. Imigração e Género

Não obstante a expansão do movimento migratório feminino, muito pouco ainda se sabe sobre os percursos das mulheres imigrantes, mas elas estão hoje por toda parte. Por exemplo, na Europa Ocidental vivem cerca de vinte milhões de estrangeiros (5,1% do total da população residente), dos quais metade são mulheres (Wenden, 2005 apud Wall, Nunes & Matias, 2005, p. 1). No caso do continente africano, a extrema pobreza, a desertificação do território, as doenças e os conflitos bélicos provocaram um aumento vertiginoso da mobilidade feminina que passou de 42%, em 1960, para 47,4%, em 2005 (Marinucci, 2007, p.3). De acordo com Morokvasic (1984, p. 886 apud Assis, 2007, p. 2) o contexto da crise económica mundial tem sido marcado por uma progressiva desindustrialização e por um mercado de trabalho sexualmente segregado. Dessa forma, as mulheres migrantes internacionais inserem-se no setor de serviços domésticos e trabalham como donas de casa ou empregadas domésticas. Essa afirmação suscita um questionamento: por que as mulheres decidem migrar? Para Dutra & Botega (2014, p.21) as mulheres ao redor do mundo migram como alternativa para escapar de situações de pobreza e exclusão do mercado de trabalho. Nesse sentido é possível compreender que a migração constitui um meio para mudar as condições de vida, ou seja, é responsável pela mobilidade social tanto da própria migrante como também o pode ser de sua família. De acordo com Chaves (2009, p.12) a migração feminina incorpora facilmente o desejo de liberdade. Nessa perspectiva a mulher sairia do seu núcleo familiar em busca de autonomia num outro destino. Neste caso, migrar, seria sinónimo de uma potencial situação de independência. De qualquer forma um facto que precisa ser considerado no âmbito das questões que envolvem a mobilidade das mulheres ao redor do mundo diz respeito de como as informações e evidências do movimento migratório feminino vem sendo demonstrado. Muitas

pesquisas apresentam apenas dados quantitativos em relação às diferenças existentes entre a imigração de homens e mulheres, ou seja, não problematizam questões fundamentais como construção, condição e manutenção da imigração (UNFIPA, 2006), pontos que devem ser considerados e fundamentados sob a ideia de que homens e mulheres sofrem de forma distinta os impactos da migração (Pessar, 1999, apud Peres, 2004, p.4). Os autores Neves, Nogueira, Topa. Silva & E.G (2016, p.730) referindo o pensamento de Nolin (2006) afirmam que as migrações, são em si mesmas, processos genderizados, facto que inviabiliza o desenvolvimento de estudos sobre o assunto se não contemplarem as questões de género. Apontando um exemplo de Portugal, Abranches (2007, p.10) assegura que salvo exceções, os estudiosos da imigração e da etnicidade têm ignorado as relações de género, dessa forma “as relações de género, e a situação das mulheres imigrantes em particular, têm ficado à margem desse interesse”. Para a autora a falta de compreensão sobre o assunto acentua a criação de estereótipos na sociedade de acolhimento, “abrangendo uma grande parte, se não a totalidade dos domínios da vida” (Topa, Nogueira & Neves, 2010, p.369).

A imigração feminina constitui o objeto deste estudo com especificidade para as mulheres angolanas que ao longo de quase duas décadas do século XXI saem do continente africano em direção ao Brasil e, de modo particular, procuram a cidade de São Paulo para recomeçar suas vidas ou darem continuidade a algum projeto iniciado em sua terra de origem.

De modo geral ao longo dos tempos a história das migrações teve o “rosto” masculino em perspectiva, ou seja, os homens sempre foram vistos como aqueles que saíam em busca de uma vida melhor para si e, em tese, para a sua família. A força ativa das migrações era desencadeada por homens enquanto as mulheres, tradicionalmente, viam-se como migrantes passivas, coadjuvantes. Todavia, esse panorama está sendo redefinido, uma vez que nos últimos anos, cada vez mais mulheres se animam a migrar. As razões, não diferem totalmente das dos homens, ou seja, as mulheres migram em busca de trabalho, de capacitação educacional que lhes proporcione melhores condições de vida para si e respectivamente para sua família, migram ainda para fugir da violência e da violação de direitos relacionados com a questão de género (Luna, 2015,176). As mulheres migram

porque além de direito, pode constituir um desejo de simplesmente mudar, conhecer o novo, descobrir novas formas de vida, de estar e fazer-se no mundo. Sob esse aspecto valem as impressões de Garcia (2007):

A viagem é um agente transformador em potencial. Viajar abre a possibilidade para uma visão mais acurada do mundo, descobertas subjetivas que nascem no contato com outras terras e gentes (...) se a experiência da migração é um dilaceramento também é, ao mesmo tempo, promessa do absolutamente novo: oportunidades, possibilidades, construção de um futuro sem a mediação do passado (Garcia, 2007, p.379).

As condições em que as questões migratórias se configuram para homens e mulheres são diferentes. Boyd, 2006 afirma que na maioria dos lugares o termo “migrante” evoca imagens de homens, enquanto a expressão “migrantes e suas famílias” introduzem mulheres e crianças na imagem¹³. Para Chaves (2009, p.3) “um dos reflexos desse enfoque é a colocação da mulher em plano secundário em seu deslocamento”. A consequência imediata disso é que “o estudo da migração por sexo continua considerado superficialmente, não faz parte da agenda, e o padrão dos estudos migratórios perpetua o masculino”. (idem). De facto esta é uma lacuna que deve ser preenchida, pois comprovadamente objetos de estudo não faltam para isso. Se não, vejamos, um relatório da ONU (2016)¹³ aponta que em 2015 as mulheres representavam 48, 2 por cento de todos os migrantes internacionais no mundo, demonstra ainda diferenças consideráveis nessa percentagem em várias regiões. No Norte, as mulheres constituíram 51,9% de todos os migrantes em 2015. Esta estatística nos leva a tomar emprestada a expressão de Chaves (2009, p.3) “senhoras do seu destino” ao se referir a mulheres que em condição migratória pretendem e buscam encontrar melhores condições de vida. Muitas dessas mulheres chegam aos países de destino com melhor nível educacional e maior qualificação do que as mulheres que migraram no final do século XIX e início do século XX (Assis, 2007, p.750). Nesse caso concordamos com Neves; Nogueira; Topa; Silva & E.G; (2016, p.730) quando afirmam que “no cenário atual de feminização da imigração, as mulheres imigram cada vez mais por

¹³ O relatório completo pode ser lido em: <http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/MigrationReport2015.pdf> Acesso em 08/05/2017.

sua conta e risco, em busca de emancipação e autonomia pessoal e econômica”. Dada a relevância do estudo envolvendo a temática migratória feminina carece de especial atenção, aqui no Brasil. Por exemplo, não se pode negar que “no contexto das pesquisas sobre migrações internacionais, as análises feitas desde uma perspectiva de gênero- vem ganhando sistematicamente um maior espaço no debate acadêmico e político” (Dutra, Santin & Botega, 2014, p. 10). A esperança é que nos próximos anos tenhamos trabalhos que contribuam para a compreensão das dinâmicas que envolvem a feminização das migrações sob pena de que a falta de compreensão sobre o assunto, acentue a criação de estereótipos na sociedade de acolhimento (Topa; Nogueira & Neves, 2010,p.2). Uma dessas necessidades diz respeito à análise do processo migratório de mulheres africanas que têm chegado ao Brasil nos últimos anos. Para além das migrações de África para o Brasil serem centenárias, a escassez de pesquisas que vislumbrem a questão de gênero em particular de mulheres oriundas de África é tarefa necessária e premente. Estudos pontuais que contemplam a imigração africana por vezes são encontrados sob a perspectiva geral da imigração, ou seja, a não especificidade no tocante a mulher se faz sentir. Cumpre dizer que abordar a temática feminização da migração de acordo com Lopes (2011) é:

Mais do que falar de um aumento numérico da presença feminina nos fluxos migratórios, até porque as mulheres sempre estiveram presentes nos fluxos migratórios. A feminização da migração reflete atuais mudanças dos fluxos migratórios, isto é, a mudança qualitativa das motivações das mulheres nos processos migratórios, dos mecanismos de migração e da sua visibilidade no fluxo migratório (Lopes, 2011, p.12).

2. Imigração, cidadania e integração

Imigração e integração são palavras que podem conter ideias de saída e chegada respectivamente. Integração pressupõe ideia de inclusão e acomodação e esse processo “se inicia num âmbito local, já que é ao nível local que mais naturalmente ocorrem as interações fundamentais entre os recém-chegados e as comunidades de acolhimento” (Papademetriou, 2008, p.57). Para Rodrigues; Sala & Siqueira (2018, p.317) “o processo de integração local representa um grande desafio para migrantes (vulneráveis) e refugiados uma vez que precisam inicialmente enfrentar a barreira cultural que envolve o desconhecimento da língua

nacional, bem como de costumes, valores e crenças”. Um ponto a ser considerado é que a literatura especializada vem enfatizando a necessidade de se avançar com estudos qualitativos que possam vocalizar os protagonistas que vivenciam o denominado processo de integração. (Rodrigues; Sala & Siqueira, 2018, p.468). Este trabalho deu voz às mulheres angolanas a fim de captar princípios subjetivos envolvidos em seus processos de integração social. Partindo do pressuposto de que o processo de integração se desdobra em processos de adaptação, participação e estabilidade na sociedade de acolhimento, é preciso que esta sociedade considere o imigrante como uma pessoa de direito e não obstrua o exercício de sua cidadania, ao contrário, promova condições legítimas e dignas de integração. Importante notar que o termo cidadania, amplamente difundido na contemporaneidade, surge carregado de significações que remetem para direitos de pertencimento, participação efetiva nas ações e decisões sociais, políticas, bem como garantias de liberdade e mobilidade. Remonta sua concepção moderna nos escritos de T. H. Marshall (1967) que dividiu o conceito de cidadania em três partes ou elementos: civil, política e social. Sendo o elemento civil composto dos direitos necessários à liberdade individual: liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, pensamento e fé, direito à justiça. Por elemento político se deve entender o direito de participar no exercício do poder político e o elemento social refere a tudo o que vai desde o direito a um mínimo de bem-estar econômico e segurança ao direito de participar, por completo na herança social e levar a vida de um ser civilizado de acordo com os padrões que prevalecem na sociedade. As instituições mais intimamente ligadas com ele são o sistema educacional e os serviços sociais (Marshall, 1967, p.64). O modelo tradicional de cidadania em sua essência atrela o Estado ao Cidadão e vice-versa. A Declaração dos Direitos dos Homens (1948) instaurou um Estado de Direito em que os governantes não podem usar do poder arbitrariamente, mas devem pautar seus governos por leis que estabeleçam os direitos e deveres dos cidadãos. Covre, (2002, p.5) assevera que cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno e que deve ser construído coletivamente, atendendo todos os níveis de existência dos homens no universo. Nesse sentido, quando olhamos para o contexto brasileiro e tomando essa definição um grande abismo é aberto entre o dever ser e o que de fato o é. Ao pensarmos nas questões

referentes às migrações ou dos processos de integração de imigrantes certa preocupação nos ronda: como pessoas advindas de contextos sociais por vezes mais complexos do que os encontrados no Brasil, terão garantidos seus direitos de cidadãos e preservada sua cidadania sem interferências que maculem sua dignidade? De acordo com Castro (2005):

Vive-se o paradoxo hoje do discurso sobre direitos humanos, cidadania, o reconhecimento de identidades diversas e ambiências de violências institucionais, desigualdades globalizadas, controles por perspectiva de segurança nacional, e direito de Estado que atropela direitos mínimos de privacidade e de integridade biopolítica de cidadãos. Violações digeridas pela opinião pública como necessárias, pois dirigidas contra um outro, um estranho, como um possível terrorista, um estrangeiro, um migrante que está em situação “irregular” termo que já demarca fronteiras (Castro, 2005. p.5).

Ramos (2013) cita Touraine (1996) ao falar da tragédia do enfraquecimento da consciência de cidadania, perda que afeta a autonomia humana, assumindo sua forma mais violenta:

A consciência de cidadania enfraquece-se porque muitos indivíduos se sentem mais consumidores do que cidadãos e mais cosmopolitas do que nacionais ou, pelo contrário, porque alguns se sentem marginalizados ou excluídos da sociedade- com efeito, têm o sentimento de que, por razões econômicas, políticas, étnicas ou culturais, não chegam a participar dela (Touraine apud Ramos, 2013, p.62).

Um resgate preciso da noção de direito e dignidade bem referido por Castro (2005) “Ora, no âmbito de uma cidadania ativa, realiza-se o sujeito. É quando gênero, raça e nacionalidade passam a ser linguagens culturais e políticas de outros estilos de vida”. Passam a ser aceitos sem impeditivos, sem restrições capazes de paralisar o exercício pleno da cidadania indo do respeito a plena participação social (Castro, 2005, p.6). “A cidadania é um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade” (Marshall, 1967, p.76). Dessa forma integrar-se a um novo social é passaporte para desfrutar igualmente dos direitos e deveres propostos pela sociedade em que se está inserido. Há um perigo eminente na não integração, Buarque (1993) propõe a ideia de apartação social, diz respeito a um processo onde o outro é colocado à parte, separado como um desigual. Em 1950 foi estabelecida na África do Sul a Lei do Registro da População, que mantinha os grupos sul-africanos separados e classificados em três categorias:

os africanos ou negros, os de cor ou mestiços e os brancos, esse sistema recebeu o nome de apartheid que no idioma africâner significa separação, apartação, o termo fora emprestado por Buarque por servir de base, guardadas as devidas proporções para manifestar níveis de desigualdade presentes na realidade brasileira.

3. Imigração feminina e vulnerabilidade social

Um levantamento do Banco Mundial, publicado em 26 de novembro de 2007, pela agência Reuters Brasil afirma que a migração feminina está aumentando na América Latina e no mundo, embora as mulheres sejam mais vulneráveis a abusos que os homens e ganhem menos que eles (Assis, 2007, p.746). Um documento de análise e avaliação da plataforma de ¹⁴Ação de Beijing publicado pelo departamento de informação das Nações Unidas em maio de 2010, assegura que a maioria dos 1500 milhões de pessoas que vivem com um dólar por dia ou menos é constituída por mulheres. Além disso, o fosso entre homens e mulheres apanhados no ciclo de pobreza não parou de aumentar na última década, um fenómeno que tem sido referido como a feminização da pobreza. São constatações apresentadas pelo Departamento de Informação da Organização das Nações Unidas (DPI, 2000): No mundo inteiro, as mulheres ganham em média ligeiramente menos de 50% que os homens. As mulheres que vivem na pobreza vêm-se muitas vezes privadas do acesso a recursos de crucial importância, como o crédito, terras e heranças. Não se recompensa nem reconhece o seu trabalho. As suas necessidades em termos de cuidados de saúde e alimentação não são prioritárias, carecem de acesso adequado à educação e aos serviços de apoio e a sua participação na tomada de decisões, tanto a nível doméstico como na comunidade, é mínima. Para Romio:

decerto, é imprescindível concentrar estratégias de superação em um grupo social reconhecidamente mais afetado pela pobreza e atuar sobre as dimensões que precarizam as condições de vida desta população". (Romio, p.129, 2013).

¹⁴ <https://www.unric.org/pt/actualidade/27555-declaracao-e-plataforma-de-accao-de-beijing-quinze-anos-apos-a-sua-adopcao>

Apesar de todo o avanço da tecnologia e da comunicação, ainda hoje (século XXI) é possível identificar traços característicos da discriminação e preconceito por que passam muitas mulheres ao redor do mundo, evidentemente em algumas partes mais em outras menos, mas de acordo com Dutra (2013, p.179) “algumas experiências caracterizam as mulheres de determinadas origens sociais do mundo todo”. Dentre estas características citamos: “desemprego, condições de precariedade, falta de reconhecimento, segregação ocupacional, vulnerabilidade” (p.179). Obviamente a convivência num contexto calcado por desajustes e dissabores irromperá o desejo de mulheres imigrarem para uma vida melhor, contudo, o desejo não será necessariamente sinónimo de mudança efetiva de um estado negativo para um positivo, isso porque muitas vezes na nova sociedade as mulheres enfrentarão dificuldades próprias do complexo processo de migração como afirma Ramos (2009, p.5) a migração é “um processo complexo, contraditório, uma experiência de perda”. Assim é plausível pensar que o indivíduo migrante está propenso a vivenciar situações traumatizantes em menor ou maior grau de acordo com a sociedade e cultura de acolhimento. A análise pormenorizada sobre a condição da mulher numa esfera global adverte a não sermos tão otimistas sobre os motivos que provocam o aumento vertiginoso da imigração feminina pelo mundo. No caso de Angola o desencadeamento de uma guerra civil que perdurou por 27 anos “destruiu grande parte da infraestrutura de Angola e provocou massacres e movimentos massivos na população, tanto de dentro como de fora do território nacional” (Baptista, 2008, p.12). Um desajuste dessa magnitude pode deixar por décadas consequências de ordem social, política e económica numa nação, obrigando muitos dos seus cidadãos a partirem em busca de abrigo e recomposição de suas vidas além fronteira.

4. As mulheres africanas no protagonismo das migrações

Em relação aos motivos que impulsionam a imigração feminina, um aspecto que gostaríamos de considerar pela importância que representa à causa imigratória feminina, diz respeito ao fenómeno do movimento da “fuga de cérebros” femininos, ou seja, a fuga de cérebros no continente africano até hoje se dava

predominantemente entre homens, no entanto, as mulheres contribuem cada vez mais para o movimento de “fuga de cérebros” de África. (Capuano & Marfouk, 2013, p.297). Embora as mulheres representem quase um em cada dois migrantes (49%), suas migrações costumam ser atribuídas à reunião familiar e diriam respeito a pessoas não qualificadas, mas de acordo com pesquisas realizadas por Capuano & Marfouk (2013)¹⁵ entre 1990 e 2000, o número de mulheres migrantes altamente qualificadas de todo o mundo aumentou 73 por cento, de 5,8 para cerca de 10,1 milhões. Para a África, o número de mulheres migrantes com baixa e alta qualificação aumentou em 33% por cento e 113 por cento, respectivamente. Ao mesmo tempo, a percentagem das mulheres migrantes não qualificadas aumentou só 22%. Os dados resultantes do estudo atestam que as mulheres não somente constituem uma ampla parte da migração africana (44%) para países da OCDE [Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico], como mais de metade delas são formadas no ensino superior. O fenómeno quase não é visível na Europa, onde, com exceção do Reino Unido e, em menor medida, da Alemanha e da Áustria, a percentagem de formadas entre a população de migrantes não ultrapassa os 20%. Ao contrário da América do Norte e da Austrália, onde mais de 60% das migrantes africanas cursaram o ensino superior. Essa proporção é maior também entre as migrantes da Ásia (44%). A comparação é relativa ao ano de 2000, a única até o momento que permite comparar de maneira válida todos os países da OCDE. Em todo o mundo, com exceção da África Central, essa proporção foi superior à dos homens. A razão dessa explosão deve-se em parte ao facto de que o acesso das mulheres ao ensino superior aumentou mais rápido do que o dos homens. Em nível mundial, a população das mulheres instruídas aumentou 68% - até 105% nos países menos desenvolvidos – ao passo que a dos homens aumentou 42% (71% nos países menos desenvolvidos). Para a grande maioria dos países africanos, o fenómeno de fuga dos cérebros afeta mais as mulheres do que

¹⁵ <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13876988.2013.813122> African Brain Drain and Its Impact on Source Countries: What Do We Know and What Do We Need to Know?

os homens. Em certos países, como a República Democrática do Congo, Nigéria ou Tunísia, o índice de emigração das mulheres qualificadas é dez vezes superior ao dos homens qualificados. Sabendo que a número de mulheres formadas na África dentro da população ativa é muito baixa (2,4%), pode-se imaginar a dimensão da perda para os países de origem. Essa emigração pesa sobre os países de origem de forma talvez mais grave do que a dos homens. Pois se provou que a educação das mulheres é um elemento essencial do desenvolvimento, com reação em cadeia sobre a mortalidade infantil, educação das crianças e sua saúde. Além disso, mesmo que de forma geral elas sejam menos bem remuneradas do que os homens migrantes, as mulheres transferem uma proporção maior de sua renda para os países de origem. O exemplo do Marrocos é prova disso: a contribuição das marroquinas que emigraram para um país da OCDE representa 5,4% do Produto Interno Bruto (PIB) desse país onde 11% da população vive em uma família beneficiada por uma transferência. E entre essas migrantes, 20% são formadas, contra 18% dos homens. Apesar dos dados objetivos Capuano & Marfouk reforçam a necessidade de mais pesquisas sobre a mobilidade internacional de africanos qualificados, uma vez que a coleta de dados ajudaria os formuladores de políticas a controlar e monitorar suas perdas de trabalhadores qualificados. Além disso, a migração de trabalhadores altamente qualificados representa uma perda de capital humano não apenas para os países de origem, mas pode resultar em uma duplo perda de capital humano, se, devido à falta de emprego no mercado de trabalho do país de destino, esses migrantes altamente qualificados acabam em empregos que exigem um nível de educação mais baixo. No caso específico de Angola, Lopes Rodrigues & Simas (2013), afirmam que:

apesar da economia angolana em expansão e a desaceleração econômica no Ocidente, o país continua a enfrentar 'fuga de cérebros' dos seus cidadãos altamente qualificados, especialmente do pessoal médico, aos países desenvolvidos que ainda oferecem altos salários e melhores condições de trabalho. Esta mobilidade internacional de pessoal altamente qualificado e especializado de Angola, embora não um novo fenômeno migratório, actualmente está em ascensão e tem sido desde o fim da guerra civil em 2002. O fenômeno está frustrando os esforços de desenvolvimento e reconstrução do governo e, o país agora está a recorrer ao recrutamento de estrangeiros expatriados frequentemente caros em sectores críticos da economia como campos médicos e técnicos (Lopes Rodrigues & Simas, 2013 apud Carciotto, 2014, p. 150).

França & Padilla (2013) fazem alusão à escassez de estudos sobre migrantes qualificadas, alegando que este "é um sintoma das práticas de

invisibilização que continuam a atuar nas questões relativas às mulheres”. Portanto, percebe-se que a defasagem de investigações sobre a feminização da imigração qualificada associa-se à falta de exploração das questões imigratórias que envolvem as mulheres de modo geral, ou seja, qualificadas ou não. De acordo com França & Padilla: “é fundamental investigar tal fenómeno para desenvolver respostas adequadas, identificar boas práticas, evitando assim o desperdício de talentos e possibilitando a igualdade de géneros” (2013,p.1).

CAPÍTULO III. Desafios e tensões em torno da identidade dos imigrantes em contextos de imigração.

O capítulo três foi escrito para abordar a problemática do racismo, preconceito e discriminação a que são submetidos muitos imigrantes e os prejuízos derivados de tais práticas. Refletimos sobre racismo, discriminação e estereótipos em torno da mulher africana.

1. Racismo e preconceito

Para além de parecer uma tarefa simples posto à fluidez em que ocorrem os deslocamentos na era da globalização, deslocar-se levando consigo uma identidade particular pode ser muitas vezes uma experiência difícil e isso porque “a imigração implica, para lá da deslocação geográfica, uma experiência biográfica de ruptura e descontinuidade” (Monteiro, s.d., p.3). Com este mesmo princípio de ruptura, Vieira (2008, p. 6) assegura que viver numa nova sociedade não é de todo fácil porque resulta um corte com a antiga forma de pensar e viver, “causando aquilo que Bastide (1955 apud Vieira 2008, p.6) chamou de “princípio de corte”. A era da globalização representa também a era do “ressurgimento do nacionalismo” que dentre outras manifestações inscreve-se na “necessidade” de promover a (re) construção da identidade com base na nacionalidade, invariavelmente definida por oposição ao estrangeiro” (Castles, 2005, p.44). Bauman foi contundente ao afirmar que “a identidade é um monte de problemas, e não uma campanha de tema único” (Bauman, 2005, p.18). De acordo com o autor quando se está parcial ou totalmente deslocado sempre haverá “alguma coisa a explicar, desculpar, esconder ou, pelo contrário, corajosamente ostentar, negociar, oferecer e barganhar” (p.19). A identidade em si não constitui problema, no entanto, a manifestação da identidade dos imigrantes nas sociedades de acolhimento pode suscitar grandes desafios e provocar tensões, sobretudo porque “a identificação é também um fator poderoso na estratificação, uma de suas dimensões mais divisivas e fortemente diferenciadoras” (p.44). Nesse sentido um dos entraves que repousam no caminho dos imigrantes diz respeito aos conflitos enfatizados pela diferença não como fator de aproximação mas de distanciamento. Em muitas sociedades europeias e não só, em países da América Latina como o Brasil, por exemplo, muitos continuam a

mostrar atitudes negativas em relação aos imigrantes. Os meios de comunicação não raras vezes cooperam para que a identidade do imigrante seja colocada em “risco” e o fazem quando enfatizam os “perigos e males” que estes indivíduos podem trazer à sociedade civil organizada. Vala (2003, p. 47) afirma que “cerca de 70% dos europeus, e uma percentagem igual de portugueses, considera que os imigrantes contribuem para aumentar a criminalidade e a insegurança”. Esse facto contribui para o pensamento de que pertencer a outra raça ou etnia além de indesejável é agente desencadeador de intolerância e preconceito em países que por vezes utilizam-se de um discurso anti-discriminação em suas plataformas políticas, mas que em boa verdade “legitimam os comportamentos discriminatórios que ocorrem na vida quotidiana ou em contextos institucionais” (idem). A incidência de casos relacionados com intolerância, racismo e xenofobia parece aumentar na proporção em que também aumentam as imigrações pelo mundo. Os alvos do racismo ao longo da história são diversos: negros, índios, judeus, mestiços bem como os “mitos que o legitimam (inferioridade intelectual ou moral, periculosidade, incompatibilidade de culturas, etc.) (...), e nos modos de atuação “extermínio, perseguição, expulsão, segregação ou exclusão simbólica” (Cabecinhas, 2010, p. 6). Um dos efeitos devastadores do preconceito é aquele que sufoca, que nega a manifestação da identidade “por identidades aplicadas e impostas por outros (...) que estereotipam, humilham, desumanizam, estigmatizam” (Bauman, 2005, p.44). Inúmeros são os estudos cuja abordagem está ancorada nos mecanismos que envolvem as dificuldades por que passam os imigrantes em seu processo de incursão numa nova sociedade o que por vezes acarreta adversidades em torno das questões identitárias; se não vejamos: se um dos princípios que sedimenta e reorganiza a identidade migrante é a relação estabelecida com a sociedade de acolhimento qualquer desequilíbrio entre esta e aquela pode frustrar o projeto de integração e aniquilar totalmente o sentimento de pertença e expor as múltiplas fraturas existentes que constituem uma barreira para o fluir da alteridade. A título de exemplo podemos afirmar que Brasil e Portugal ainda não superaram os sentimentos de intolerância e estranhamento em relação aos imigrantes de origem africana. Por isso, concordamos com Bauman ao sustentar que: “a identidade é uma luta simultânea contra a dissolução e a

fragmentação” (Bauman, 2005, p. 84). É justamente isso que o racismo e a intolerância ao “diferente” pretendem: diluir identidades, fragmentá-las a ponto de enfraquecê-las e descaracterizá-las. Para além do racismo declarado Vala (2003) apresenta outra forma de racismo a que denomina “racismo subtil ou novos racismos”. Esta expressão de racismo “escapa à censura social”, todavia de modo implícito afirma a inferioridade do outro, “mas explicitamente se mostra igualitário”. É o caso de sair às ruas no Brasil ou em Portugal, por exemplo, e interpelar cidadãos locais a respeito de sua visão em relação aos imigrantes africanos, por certo (e algumas pesquisas já evidenciaram isso) muitos dirão que não têm nada que desabone a presença desses imigrantes na sociedade. Nesse caso, Vala auxilia na compreensão de que muitas vezes “a discriminação não é apresentada, e talvez nem seja mesmo sentida, como um ataque a pessoas de um outro grupo, mas como uma proteção do nosso grupo” (Vala, 2003, p. 48). Em outras palavras não é necessário atacar o diferente o que configuraria discriminação, cumpre de modo sutil afirmar que somos melhores que o diferente. O processo migratório traz em sua pauta questões relacionadas com a qualidade de vida. Na verdade este assunto encontra eco em muitas definições, para a Organização Mundial da Saúde OMS (2002), por exemplo, “a qualidade de vida é um conceito holístico que reúne o conjunto de recursos sociais, individuais e físicos necessários ao indivíduo para a realização dos seus objetivos e aspirações” (Franken, Coutinho & Ramos, 2009, p.421). Ao deixar o seu país de origem a pessoa imigrante espera encontrar no país de destino condições mínimas para estabelecer e projetar sua vida futura. “As dimensões da qualidade de vida incluem saúde física e mental, a integração social, a moradia, o tempo livre, o lazer, a educação, o ambiente, as relações interpessoais e o bem-estar geral” (M.Kurtz, Wyatt & J.C. Kurtz 1995 & Harding et.1980, apud Franken, Coutinho & Ramos, 2009). De facto, estes são elementos fundamentais que colaboram, dinamizam e asseguram aos imigrantes o direito de ter uma vida saudável num contexto diferente do que até então viviam. Outros aspectos já foram identificados em pesquisas sobre qualidade de vida, nesse caso, são “valores não materiais, como amor, liberdade, solidariedade, inserção social, realização pessoal e felicidade” (Minayo, 2000 apud Franken, Coutinho & Ramos, 2009, p.421). Se por um lado estas definições sinalizam princípios de carácter positivo, por outro “é

possível dizer que desemprego, exclusão social e violência são, de forma objetiva, reconhecidos como a antítese da qualidade de vida” (idem). Diante disso é plausível afirmar que quando desencadeado no contexto das imigrações, o racismo funciona como um instrumento que pode provocar marcas severas e não só frustrar como obstruir a qualidade de vida de indivíduos migrantes que sofram de preconceito por causa de sua origem, neste caso os imigrantes negros. Sobre os imigrantes Maalouf (2005, p.235) diz: “que não sejam alvo das discriminações, das humilhações, do paternalismo, da condescendência cada vez que mostram seu rosto ‘marcado’”. Em se tratando dos imigrantes de origem africana não só o rosto, mas a própria história os tem estigmatizado. “Acima de tudo, um imigrado é sedento de dignidade” (idem). Qualidade de vida e dignidade são sinónimos de um ideal perseguido por milhares de imigrantes, mas em boa medida nem sempre encontrado na sociedade de acolhimento provocando prejuízos de ordem não só material, mas também psíquica.

a diversidade cultural poderá sustentar o reconhecimento positivo da diferença, do Outro mas poderá, também, servir de suporte para acentuar as diferenças entre as majorias e minorias e desencadear atitudes de discriminação, racismo e exclusão (Ramos, 2009, p.3).

De acordo com Vilhena (2006, p. 5) “para o sujeito negro oprimido, os indivíduos brancos, diferentes em suas realidades psíquicas, econômicas e sociais assumem um caráter universal onde somente a “brancura” é percebida e mitificada”. A consequência da interiorização desses ideais é a provável “alienação e a negação da própria natureza humana” (idem). No imaginário social de muitos países europeus, os negros, ou a sua imagem, sempre estiveram associados ao que é ruim ou de pouca qualidade. A expressão “futuro negro” ou “humor negro” denota, por exemplo, como o preconceito é manifestado na linguagem. Seguramente esse tipo de violência trará consequências para o processo de subjetivação do indivíduo. Há muitos elementos que corroboram para a predisposição ao racismo. Silva (2012, p. 38) fala a respeito das “causas psicodinâmicas que indicam a introjeção de forças sociais e estruturas psíquicas fundamentais para a manifestação do preconceito”. As situações advindas de crises econômicas têm feito os imigrantes sentirem na pele nos últimos anos um aumento de ataques racistas, ou seja, tornaram-se “o bode expiatório de problemas

econômicos e sociais” dos países para as quais têm imigrado. A justificativa para tanto, é que estes imigrantes desestabilizam a economia do país, “roubam” o trabalho dos nacionais além de “desviar” recursos que em tese devem ser destinados para a implementação de ações que promovam o desenvolvimento sócio económico local. Um sofrimento psíquico originado em um facto histórico e banalizado - o racismo- desencadeia uma construção deletéria (que destrói, que causa dano). Este processo é perverso porque busca visibilizar o que não está visibilizado, não está admitido, ou seja, por vezes o racismo não é admitido não só pelas pessoas, mas, sobretudo por governos que insistem em não admiti-lo como a espinha dorsal da sociedade (Sampaio, 2010, p.54). Os imigrantes que são afetados diretamente pelo racismo sofrem pela “impossibilidade de cura e de superação do trauma; como resultado: eu vivo, sinto, sofro. Mas a dor é ignorada pelo outro, posto tê-la naturalizado” (Sampaio, 2010, p. 57). À vista disso é aceitável reconhecer o racismo como uma chaga que desencadeia o adoecimento seja psíquico ou físico, porém que não mina apenas as pessoas de cor preta ou parda,¹⁶ mais que isso é capaz de solapar o conjunto da sociedade, uma vez que dela são retiradas as muitas oportunidades de engrandecimento por intermédio do talento que emana da diversidade (Sampaio, 2010, p.57).

2. Mulheres Imigrantes: Racismo e Discriminação

A abordagem de género em imigração perpassa obrigatoriamente pela pauta do racismo, preconceito e uma variedade de estereótipos aos quais as mulheres imigrantes são submetidas, umas apenas pelo facto de serem mulheres outras com um “agravante”: ser mulher e ser negra. Diagnósticos do Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios apontam que:

(...) há os relatos de situações em que as mulheres migrantes sofrem preconceito e discriminação no decorrer de sua jornada migratória, seja devido à sua nacionalidade, por sua religião e práticas culturais ou simplesmente por ser mulher. Neste contexto, é comum perceber a associação das mulheres a imagens que as objetificam, inferiorizam e reduzem

¹⁶ Pardo é um termo usado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para configurar um dos cinco grupos de "cor ou raça" que compõem a população brasileira, junto com brancos, pretos, amarelos e indígenas. ... O percentual de pardos é o que mais cresce na população brasileira.

seus comportamentos a estereótipos, o que torna possíveis situações de discriminação social e violência simbólica, e evidentemente dificultam sua inserção e integração na sociedade de destino. (CSEM, 2011, p. 3-4).

Para além de ser o país que apresenta a maior população negra fora de África, no Brasil há um forte processo de desvalorização dos elementos das cosmovisões de matrizes africanas. Os valores da cultura branca europeia, elitizada, ainda são vistos como superiores, promovendo entre os afrodescendentes uma imagem negativa, acompanhada de baixa estima. Dessa forma temos visto no Brasil a perpetuação de um processo de exclusão, sustentado por um complexo mecanismo social (Franklin, 2000, p.12 apud Santos, 2005, p.87). Nas palavras de Kaly (2001, p.105): “O racismo e a discriminação baseada na tonalidade da cor da pele estão sempre na vida cotidiana”. O escritor José Saramago diz que todo o indivíduo traz consigo “nódoas de emigração” (Cutti,2012, p.1). Aplicado ao Brasil, podemos afirmar que somos um povo miscigenado, constituído pelo entrelaçamento de culturas e cores indígenas, europeias e africanas. Ao longo do tempo fomos identificados como um povo acolhedor, mas preconceituoso também. “Percebemos que o preconceito, a intolerância, rejeição e xenofobia, quando não expressos, estão latentes. Ademais, nem todo imigrante atrai os mesmos holofotes” (Cutti, 2012, p.1). Muitos estudos que têm tomado a questão da imigração africana para o Brasil como linha de pesquisa apontam a vertente do racismo, preconceito e discriminação na sociedade “acolhedora” como um dos grandes entraves enfrentados pelos imigrantes, quer sejam homens ou mulheres.

“Eu me sentava ao lado de alguém e a pessoa mudava de lugar. Numa sala com 200 alunos. Só dois eram negros. Não te agridem porque a lei não permite, mas você é olhado de um jeito que diz: aqui não é o seu lugar. O negro migrante é alvo de duplo preconceito. Quando você é negro brasileiro te olham como incapaz. O imigrante africano já é visto como exótico, mas carregamos o peso do estereótipo de que africanos são agressivos ou preguiçosos”. O trecho integra o relato de Nádía Ferreira concedido a BBC News Brasil em 20/11/2016.¹⁷ Incentivada pelo

¹⁷ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38034668>

pai, a africana que vive no Brasil há 15 anos, veio para estudar e descreve uma série de preconceitos que sofreu dentro e fora da universidade. Ao que tudo indica e resguardadas as devidas proporções, Nádia viveu o “sonho dantesco”, expressão que remete ao poema “o navio negreiro” (1869) do poeta brasileiro Castro Alves que viveu e combateu o preconceito racial através de sua criação literária marcada pelo abolicionismo (David, 2014, p.242). A seguir um trecho da obra prima o navio negreiro:

Era um sonho dantesco... ela dizia,
Poisando a fronte cândida e serena
Na branca mão artística e pequena,
Imaginando o sonho que seria.

Que estranha criancice! Que loucura!
Como podia aquela mente pura
Compreender o sonho gigantesco?!

(In: David, 2014, p.242).

Tratar os negros como uma subclasse e em decorrência disso desenvolver todo o tipo de preconceito consolidou uma ideologia que além de deixar vícios culturais justifica ainda hoje as injustiças sofridas por negros e pobres (Chiavenato, 2011, p.152-153). Um dos maiores exemplos desse preconceito pode ser encontrado nos escritos de Raimundo Nina Rodrigues que defendia a ideia de que só o branqueamento salvaria o Brasil. Em seu livro *Os africanos no Brasil*, declara:

A Raça Negra no Brasil, por maiores que tenham sido os seus incontestes serviços à nossa civilização, por mais justificadas que sejam as simpatias de que a cercou o revoltante abuso da escravidão, por motivos, por maiores que se revelem os generosos exageros dos seus turiferários, há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo.

(Rodrigues, 2004, p.21 apud Chiavenato, 2011, p.153).

A complexidade da questão racial no Brasil permite refletir quão problemática e desgastante pode ser para um imigrante de origem africana chegar a esta terra. O mito da democracia racial difundido no Brasil encobre o racismo velado que cresce a cada dia no país associando a imagem do negro à África e esta como apenas como sinónimo de miséria, doença e guerras, uma perpetuação do colonialismo que é todo tipo de relação social em que o outro é considerado inferior, ou seja, naturalmente inferior, portanto subumano; não é propriamente um sujeito ou sujeita de direito humano. No Brasil a discriminação racial existe quer em relação

ao indígena, quer em relação aos afrodescendentes e também em relação a outras minorias como ciganos, por exemplo. Reconhecer a existência do racismo é condição necessária para lutar contra ele. A pobreza e a marginalidade a que são submetidas grande parte das mulheres negras reforça o preconceito e a interiorização da condição de inferioridade, tal situação coíbe em muitos casos a reação e luta contra discriminação (Silva, 2003). A questão do racismo e preconceito é complexa, e deve ser encarada como um elemento atual e não descartável das discussões em torno das migrações e refúgio na sociedade brasileira contemporânea. O encontro com o Outro coloca desafios e pode implicar dificuldades tanto aos migrantes como aos nacionais (Ramos, 2014, p.231). Um estudo desenvolvido entre estudantes angolanas e guineenses na cidade de São Paulo constatou que as estudantes sofreram grande impacto ao descobrir a realidade do Brasil, ou seja, a imagem do país veiculada nas novelas brasileiras estava muito aquém da realidade que encontraram em solo firme (Quinteiro, 2016, p.132). O “mito da metrópole”, segundo Santos (2005, p.73) é o motivador dos interesses daqueles que optam por sair do seu país e mesmo assumindo a condição de estrangeiro acreditam que encontrarão melhores condições de vida. A frustração chega quando percebem que a realidade encontrada é bem diferente da imaginada, dessa forma muitos desfazem seus sonhos e antecipam seu regresso.

Estudos sobre a imigração feminina na cidade de São Paulo devem ser construídos e explorados tendo em vista a importância que a presença dessa categoria imigrante representa com todas as suas especificidades para a cidade e para o Brasil de modo geral. Historicamente as informações sobre a presença feminina nas imigrações para São Paulo tratam a questão apresentando informações relacionadas ao trabalho nas indústrias e no comércio, dessa forma ficam excluídas discussões sobre a “importância das mulheres imigrantes dos vários grupos que foram chegando ao contexto paulista desde o século XIX, em toda a sua complexidade” (Demartini, 2016, p. 154), das quais as africanas têm grande representatividade.

3. Mulheres angolanas: estereótipo de pobreza e negritude (dos tempos coloniais aos dias atuais)

Sobre o continente africano um dos maiores escritores angolanos afirma que:

O continente africano é enorme e diversificado, em todos os pontos de vista. Não se pode generalizar sobre a mulher africana. Ela como tal não existe. Existem sim muitos tipos de mulheres africanas. Mesmo no caso angolano, que acaba por ser um dos países mais homogêneos, há diferenças entre mulheres urbanas e rurais, mulheres que vivem no litoral e no interior, na cidade ou no campo, etc. Temos uma Constituição e leis que tornam a mulher igual ao homem em todos os direitos. O problema nas leis é que nem sempre são cumpridas... Ou demoram tempo a serem integralmente cumpridas. (Pepetela, 2015).¹⁸

A literatura angolana engajada se apresenta como rica fonte de recursos que auxiliam detectar e expor estereótipos e vicissitudes as quais a mulher africana foi e por vezes ainda é submetida, isso porque acreditamos que “a literatura não só narra as relações de poder como pode estruturar uma crítica sócio-política da sociedade”. (Filho, 2015, p.118). Em sua essência a literatura colonial fazia propaganda e exaltava a missão nacional portuguesa, que entre outras coisas identificava o conceito de “raça com o de nação, e ambos exaltavam a ideia da interdependência entre o enaltecimento das virtudes civilizadoras dos colonizadores portugueses e a inferiorização dos africanos” (Pinto, 2010, p.159). Essa inferiorização encontrou referência no ¹⁹darwinismo social que na definição dos aptos e não aptos catalogava os africanos como indígenas, seres humanos em estado de evolução. Silva (2012) relata que:

Essas obras não tinham função prática, a não ser quando tencionavam reforçar os que defendiam a manutenção do tráfico ou fornecer argumentos aos que pregavam sua abolição. (...) Esse desejo de saber mais foi crescentemente servido por textos em que o africano deixava de ser visto com simpatia e até mesmo, em alguns casos, admiração. Ao contrário do que se dera nas narrativas escritas nos dois primeiros séculos de encontros, não revelavam qualquer esforço para compreendê-lo. Os africanos passaram a ser descritos como preguiçosos, volúveis, estúpidos, supersticiosos, mentirosos, inconstantes, dissimulados, ladrões, gananciosos, violentos, rancorosos, vingativos, traiçoeiros. (Silva, 2012, p. 13).

¹⁸ http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/09/cultura/1428592198_608072.html

¹⁹ Os escravistas usaram a teoria para demonstrar que uma das “espécies humanas” não evoluiu a “espécie negra”. “Criou-se o darwinismo social”, que segundo o ensaio de Juan Comas para a Unesco, *Os mitos raciais*, nada têm a ver com Darwin (Chiavenato, 2012, p.152).

No livro *Princesa Negra. O preço da civilização em África* de autoria de Luiz Figueira, é possível encontrar o personagem Ângelo, um português que se instala ao leste de Angola e se apaixona pela princesa Mutango “a quem oferece roupa feminina ocidental na convicção de, por essa via, ‘civilizar’ uma ‘selvagem’ (Pinto, 2010, p.162). A ideia de selvageria e exotismo ainda perpassa o imaginário de muitos no mundo ocidental, impressiona-nos a atualidade dessa literatura apesar de centenária. Em outra publicação de Luiz Figueira: *Miragem Africana. O preço da civilização em África*, os protagonistas são um jovem casal português Josefina e José Augusto, a intenção nesse livro é apresentar a imagem da mulher civilizadora, branca, submetendo os africanos ao estatuto de serviçais:

Oriunda da Beira Baixa, como eu, Josefina é saudável. As febres ainda não tinham entrado com ela, graças aos meus conhecimentos da vida africana, mormente em climas insalubres como este. [...] Além disso, a vida em África é mais fácil! Há criados para tudo! São baratos. Os pretos aprendem depressa as lides caseiras, os afazeres domésticos... [...] Cada qual tem, pelo menos, um cozinheiro e o seu ajudante; [um] criado para lavar a louça e outro que serve à mesa. O que arruma, lava a casa e faz as camas. O aguadeiro e ainda o criado aprendiz, o auxiliar ou rapaz dos recados. (Figueira, 1935, p. 21 apud Pinto, 2010, p. 165).

No pensamento do estudioso Alberto Oliveira Pinto (2010, p.160) “a mulher africana foi sempre encarada pelos colonos portugueses tão somente enquanto um instrumento de dominação, sobre os espaços e sobre os homens colonizados”. Para Souza & Costa (2016):

a ideia clara do racismo, do preconceito de gênero, da predominância dos costumes europeus, do branco colonizador como pessoa de direitos em detrimento do colonizado está atrelada a um discurso simbólico e carregado de significados (Souza & Costa, 2016, p.176)

Se por um lado a literatura colonial portuguesa tinha como mote apresentar a mulher africana num papel de subalternidade, dependência e rigidez, para assim comprovar a superioridade da mulher branca, colonizadora e gentil, por outro, na literatura também podemos encontrar a denúncia dos estigmas que foram incorporados à mulher africana ao longo dos tempos: “As mulheres rurais de Moçambique (**e as de Angola, grifo meu**) há muito que estão sendo devoradas por um sistema de patriarcado que as condena a uma situação marginal e de insuportável submissão” (Couto, 2012, p.1). As tentativas de silenciamento

sociocultural das mulheres é tema recorrente na produção literária de muitos intelectuais africanos (Couto, 2012; Peppetela, 2015) que abordam questões sobre o confronto entre a cultura tradicional africana e a modernidade e preocupam-se em evidenciar na sua obra a “grande problemática da influência do colonizador português sobre a milenar cultura africana” (Santos & Oliveira, 2016, p. 2). Obviamente precisamos ter o cuidado de confrontar a ficção com inferências suscitadas pelas leituras bibliográficas e com a própria história de Angola, entretanto, no tocante aos estereótipos de negritude e pobreza atribuídos às mulheres africanas pode-se afirmar que a literatura para além do seu caráter ficcional se aproxima muito do verossímil. Nesse sentido concordamos com Filho (2015, p.120): “temos de admitir que, em determinados assuntos, a literatura possa ser também considerada como uma leitora privilegiada dos acontecimentos históricos”.

Uma visão contemporânea da mulher angolana pode ser encontrada na obra de Pepetela um dos maiores escritores angolanos, que através de sua literatura engajada consolidou-se o maior crítico da sociedade angolana. Em seu livro *o Tímido e as mulheres* (2013), Pepetela apresenta personagens femininas que não se assemelham ao perfil da mulher antes da independência angolana, ou seja, nessa obra as mulheres “apresentam perfis comuns, são donas de casa, zelam pelo bem-estar da família e amam suas rotinas. Contudo, não representam estereótipos coloniais” (Pereira, 2016, p.17). Parece haver uma predisposição na moderna literatura angolana para descrever a mulher como de facto ela é, ou seja, suprimindo-se os estereótipos que coisificam e anulam sua identidade enquanto revelam sua beleza e força. “As mulheres da ficção da literatura angolana contemporânea caracterizam-se principalmente pela luta incessante pela sobrevivência, por uma profunda ligação à família e aos valores da ética e do trabalho” (Macedo, 2008, p.125).

Desmistificando a imagem da mulher frágil e submissa reverenciada por sua coragem e amor à terra, a rainha Njinga²⁰ ou “Ginga”²¹ assumiu um papel determinante na história de Angola. Responsável por uma verdadeira revolução sociopolítica e cultural é certo dizer que há séculos Njinga inspira as mulheres africanas a enfrentar os desafios do quotidiano que por vezes impõe cargas às mulheres. A chegada dos portugueses ao Ndongo no final do século XVI transformou o contexto local. A paisagem política, social, económica e cultural da região sofreu mudanças por causa das guerras de conquista, do tráfico negreiro e a emergência de novos mercados económicos. Njinga foi uma mulher culta e letrada que falava além de sua língua materna a dos portugueses com quem negociava. Dotada de grande habilidade diplomática negociava com holandeses e portugueses a integridade do seu reino. A Njinga também é atribuída a responsabilidade de inspirar muitas mulheres durante o período da luta pela independência de Angola. Dentre elas: Deolinda Rodrigues²², Irene, Engrácia, Vastok, Inga, Mambo Café, Rodeth Gil e Rita Tomás. No imaginário popular de Angola ainda hoje Njinga ocupa lugar de destaque sendo simultaneamente símbolo de identidade, de resistência e de coesão social. Em Angola, no Brasil, em África e em muitos países, ela é ainda hoje uma figura histórica incontornável (UNESCO, 56p.). Mesmo diante de visões confrontadoras persiste nos dias atuais a tendência de se homogeneizar a mulher africana, atribuindo a todas de igual modo adjetivos que reforçam aspectos negativos sobretudo os que colocam a mulher numa condição de incapacidade ou incompatibilidade de assemelharem-se aos homens. Em certa medida parece haver uma descrença de que uma mulher africana possa

²⁰ Njinga a Mbande (1581-1663), rainha do Ndongo e do Matamba, marcou a história de Angola do século XVII. Foi uma negociadora e diplomata fora do comum.

²¹ Na língua portuguesa, o verbo gingar refere-se a um movimento corporal. Em sentido figurado, o verbo evoca a leveza perante os obstáculos, nomeadamente nas negociações, referindo-se à rainha Njinga.

²² Conhecida pelo seu martírio na luta contra a libertação nacional. Foi uma combatente incansável dos direitos humanos. Sempre esteve na linha de frente na luta ao lado dos seus camaradas angolanos.

revelar habilidades literárias, conhecimento político e filosófico e até governar uma nação, por exemplo. No caso específico da mulher angolana, a falta de conhecimento sobre seu modo de vida, sua inteligência e competência para lidar com questões culturais, sociais, políticas, económicas podem perpetuar a discriminação dentro e fora de seu país. Muitas mulheres angolanas apesar de nunca terem frequentado a academia podem ser consideradas intelectuais orgânicas, ideia defendida por Gramsci, (Monasta, 2010, p.23), segundo a qual qualquer indivíduo que no uso da sua razão é capaz de abstrair, fazer uma reflexão crítica pode ser enquadrado na categoria de intelectual orgânico. Ventura (2014, p.100) concorda com Gramsci e afirma que o conceito de intelectual orgânico se encaixa na mulher angolana e acrescenta que não é fácil ser mulher em Angola: “são discriminadas... ser mulher em Angola é ser dona de casa, que sustenta a família, que suporta o marido agressivo, por vezes é polígamo uma condição própria e cultural nos países de África” (Ventura, 2014, p.100). Para falar de um facto presente na vida da mulher angolana, a violência de género é um inimigo a ser combatido em Angola. De acordo com Moura (2009, apud Nascimento, 2014, p. 36) o conflito bélico arrastado por décadas no país foi responsável pela instabilidade das famílias e após a guerra o governo não conseguiu implantar um sistema de reintegração de ex-combatentes, facto que contribuiu para um aumento nos casos de violência doméstica, dado que os homens começaram a se entregar ao álcool como forma de aliviar suas frustrações: desemprego e sentimento de inferioridade por não terem nenhum papel ativo para desempenhar, além de ver suas mulheres assumindo a liderança económica dentro da família. As violências contra as mulheres são permanentes e assumem formas distintas. Estão presentes entre a paz e a guerra. Há uma violência estrutural: violência coletiva e organizada desencadeada através da guerra, que permanece em tempo de paz, provocando outras formas de violência direta (Moura; Araújo; Rafael & Santos, 2009, p. 98). Dessa forma, violência, pobreza e segregação colocam muitas mulheres angolanas em situação de constrangimento social. A violência contra as mulheres em Angola muitas vezes extrapola as paredes de suas próprias casas quando estas mulheres para garantirem o sustento da família saem em direção às ruas para comercializar os mais diversos tipos de produto, com jornadas de trabalho que podem chegar a

14 horas. Estas mulheres estão sujeitas aos mais diversos tipos de violência: são perseguidas por ladrões, pior do que isso, pela própria polícia que as reprime por estar praticando uma “ilegalidade”, ou seja, negociando seus produtos no mercado informal. Nesse sentido podemos afirmar que são violentadas socialmente quer por sua baixa escolaridade quer pelo seu reduzidíssimo poder económico. Outra violência praticada contra a mulher angolana diz respeito à alfabetização ou melhor a falta dela; o índice de analfabetismo no país é muito alto e atinge principalmente as mulheres, apesar de o governo declarar quase a extinção de pessoas analfabetas no país, entretanto, na prática não é bem assim. A educação em Angola é precária, o sistema é deficitário e as meninas recebem menos educação do que os meninos. Dados do PAANE II (Programa de Apoio aos Atores não Estatais, 2015) compilado no Diagnóstico de Género de Angola apontam que “os rapazes em idade escolar podem esperar receber 14 anos de educação, enquanto para as meninas são estimados 8,7 anos²³. Sobre as meninas pesa o fardo da acumulação dos estudos com o trabalho doméstico, ou seja cuidados com os irmãos mais novos, carregar água e lenha e venda de produtos” (p.45). Se por um lado a educação é um direito legal, constitucional que garante a meninos e meninas estar e permanecer na escola recebendo formação básica, não significa que na prática esse direito seja respeitado. O que se vê em Angola é que a igualdade formal não tem impacto na vida real de muitas mulheres. Dessa forma é possível concordar com Pereira (2006, apud Nascimento 2014, p.33), de que as desigualdades entre homens e mulheres em Angola só serão superadas pelo sistema educacional e pela inserção da mulher no mercado de trabalho formal. Importa dizer que o governo deve ampliar os repasses orçamentários aos Ministérios da Educação e da Promoção da Mulher além de prover maior diálogo com a sociedade civil e colocar a mulher angolana nas estruturas centrais e locais do governo. É indiscutível o aumento da participação da mulher angolana na renda e recursos familiares, todavia, o incremento de sua laboração não é seguido de

²³ Anos de escolaridade esperados se os padrões da taxa de matrícula prevalecerem ao longo da vida (anos de escolaridade esperados).

participação na esfera pública de decisão e da gestão comunitária (Nascimento, 2014, p.40). Diante das constatações de racismo, desigualdade, violência e invisibilidade da mulher angolana em sua própria sociedade, a questão da igualdade de género ou dos desafios para a promoção da igualdade de género no país deve ser colocada em pauta. De acordo com o diagnóstico realizado pelo PAANE II, 2014, o aumento de trabalho remunerado pela mulher exercido fora de casa não representa em sentido inverso a diminuição do trabalho não remunerado realizado em casa, ou seja, a carga de trabalho da mulher é difícil, é composta por uma jornada dupla, uma vez que na sociedade angolana a responsabilidade pelo trabalho doméstico é principalmente da mulher, quer no meio urbano quer no meio rural. Angola é um país onde o sistema de relações de género é fortemente marcado pelo patriarcado que é um sistema de autoridade masculina que legitima a opressão das mulheres, sob a égide de proteção, ou seja, na concepção dos homens é seu dever “protegê-las” posto serem mulheres. Nesta perspectiva o discurso alimenta a ideologia paternalista em que pese a mulher ser submissa e sempre explorada. Nesse sentido, o patriarcado vem disfarçado de proteção e trata as mulheres como incapazes. “O conceito de patriarcado é o regime da dominação - exploração das mulheres pelos homens” (Saffioti, 2004, p.44). Todavia, engana-se quem pensa que as mulheres aceitam essa dominação sem resistência, o movimento feminista angolano é prova disso. “As mulheres africanas sempre resistiram e lutaram contra a opressão. As zungueiras desafiam todos os dias a ordem patriarcal estabelecida”. (Aurea Mouzinho, angolana, ativista do Ondjango feminista no programa mulheres direitos e participação, 9 de agosto, 2016).

CAPÍTULO IV- Angola que país é esse?

Neste capítulo assumimos a perspectiva de que o passado de Angola ou a ideologia da raça superior disseminada por séculos de colonização portuguesa influencia a vida dos angolanos ainda hoje no século XXI.

1. O passado pode explicar o presente: aspectos da colonização

Três palavras podem ser diretamente associadas à história de Angola: colonização, guerra e modernidade, e seguidas de outras três: corrupção, racismo e desigualdade delineiam a paisagem desse país cuja colonização europeia/portuguesa impôs uma marca de sujeição que perdurou por séculos e que ainda se faz sentir. Alfredo Bosi (1996, p.12) fornece bases etimológicas para a compreensão do que é colonização: “Colo é a matriz de colônia enquanto espaço que se está ocupando, terra ou povo que se pode trabalhar e sujeitar”. E ainda:

O traço grosso da dominação é inerente às diversas formas de colonizar e, quase sempre, as sobredetermina. Tomar conta de, sentido básico de colo, importa não só em cuidar, mas também em mandar. Nem sempre, é verdade, o colonizador se verá a si mesmo como um simples conquistador; então buscará passar aos descendentes a imagem do descobridor e do povoador, títulos a que, enquanto pioneiro, faria jus (Bosi, 1996, p.12).

O final do século XV é marcado pelo que fora denominado “as viagens de descoberta” iniciadas por Portugal, Espanha e Itália. No caso específico de Angola os portugueses chegam à terra em 1482. As sociedades que viriam a construir a nação angolana eram no início constituídas por sociedades tribais organizadas como estados “reinos”. Dois desses reinos Ndongo e Matamba se fundem e dão origem ao que se passou a conhecer como Angola. No século XVI os portugueses se estabelecem em Angola e dá-se início a primeira forma de conexão Brasil-Angola, originada pela exportação de escravos, dessa forma Angola passa a ser o principal mercado abastecedor de escravos para o Brasil. Em 1576 é fundada São Paulo da Assunção de Luanda que se consolida como ponto estratégico no comércio entre África, Europa e América. Uma intensificação da colonização ocorre no século XIX quando se inicia a colonização do interior e as fronteiras são definidas, sobre isso Silva (2008) afirma:

A ex-província ultramarina, como até então era designada, foi criada na base da régua e do esquadro, como resultado das decisões da Conferência de Berlim (convocada entre novembro de 1884 e janeiro de 1885), segundo as quais a África meridional teria de ser dividida em territórios que estariam sob direção da França, da Inglaterra, de Portugal, da Bélgica e da Alemanha (Silva, 2008, p.96).

No plano económico, inicia-se a exploração intensiva de diamantes, incrementa-se a produção de café, cana-de-açúcar, sisal, milho e outros produtos agrícolas, todos destinados unicamente para exportação. Além desses produtos acontece a exploração dos minérios de ferro. “África é objeto de disputa porque seus recursos minerais e sua posição estratégica são vitais para as economias ocidentais” (Zorgbibe, 1996, p.39). No caso de Angola isso pode ser elucidado pela Lei Orgânica do Ultramar (1953) que estabeleceu a vida social e económica das províncias ultramarinas, alguns dos objetivos da lei eram realizar a “exploração metódica dos recursos e potencialidades naturais dos territórios; o povoamento do território, sobretudo pelo fomento da colonização por famílias nacionais” (Castelo, 2013, p.522). No início dos anos 1950 há um despertar de consciência sobre as vicissitudes que o povo angolano sofria sob o jugo do colonizador. Todavia é em 1961 que se inicia a resistência ao colonialismo através da luta armada, e somente após 14 anos de uma sangrenta luta armada é que Angola conquista a tão esperada independência. Sobre o processo de colonização há aspectos que merecem consideração uma vez que são agentes que favorecem à compreensão do que foi esse período em Angola bem como de suas consequências e intervenções na vida do povo angolano com reminiscências atuais. Nas palavras de Silva (2008, p.193) “a colonização da África foi vista pelas metrópoles como a ‘glória nacional’ e a missão ‘civilizadora’”. A ideologia colonial de acordo com Neto (1997, p.340) “revestiu-se mais de uma linguagem paternalista, onde a Europa aparece salvando a África de si mesma”. A exploração do africano é justificada como sendo um bem para ele mesmo, uma vez que o empreendimento colonial desencadeará esforços para trazer os incivilizados à civilização, retirando-os da barbárie em que vivem e removendo o atraso tecnológico e moral que os rodeia (idem). Em certa medida é possível dizer que a visão dos europeus daquela época era bastante distorcida em relação à população africana, uma vez que as atribuições dispensadas a ela ensejavam valores pejorativos como “uma raça menor e carente de lei”, que não era capaz de discernir a mão direita da esquerda. Muito da literatura colonial traz

em seu escopo o ideário marginal do povo africano revelado em expressões como “Todos são portugueses, irmãos, filhos de Deus, uns mais civilizados”, (Jorge, 1961, p.26), no caso, os menos civilizados não desfrutavam das mesmas regalias que os oficialmente superiores. Ainda para elucidar essa visão, Meneses (2010, p. 72) afirma que no imaginário europeu colonial o africano era um “súdito indígena situado eternamente num plano temporal anterior ao alcance do conhecimento do ocidente”. E acrescenta que o grande objetivo da missão colonial era: “Libertar os indígenas da barbárie, transformá-los em seres mais evoluídos ao ensinar-lhes os tempos da modernidade, preenchendo-lhes o seu mundo vazio” (ibidem, p.72). Eis a missão lusitana, transfigurar-se na “imagem Dei” redentora para os africanos de Angola. O português “criou’ um mundo em África para justificar seus intentos, ações e domínio, não apenas no âmbito económico, político, mas também sócio-cultural. Ancorados na ideologia do “lusotropicalismo”²⁴ de Gilberto Freyre (1940) os colonizadores encontram caminho fácil para fundamentar a ideia de que:

A cordialidade característica do português nas suas relações com os povos e as raças de cor, cordialidade favorecida ou, talvez se possa dizer melhor, condicionada pelo extenso e profundo mestiçamento a que o levaram, no Brasil e noutras áreas (**Angola, grifo meu**), predisposições especialíssimas desenvolvidas nele desde tempos remotos e estimuladas pelas circunstâncias, também especiais, que lhe rodearam o esforço de conquista e de colonização realizado nos trópicos (...) (Freyre, 2010, p.29).

O período que correspondeu à “missão” colonizadora em Angola foi sustentado por ideias de igualdade entre “civilizados” e “selvagens” a fim de aplacar qualquer tentativa que pusesse o caráter e o verdadeiro interesse do colonizador em jogo. Para Neto (1997, p.328) “o discurso colonial foi tão insistente, nos meios acadêmicos, na imprensa, na literatura, nas pregações religiosas, nos manuais escolares (...), que ainda hoje se projeta nas afirmações de muitos ex-colonizadores e ex-colonizados”. Em essência, o discurso era esse:

²⁴ De modo geral pode-se definir o luso tropicalismo como a capacidade dos portugueses se adaptarem aos trópicos, não por interesse político ou económico, ao contrário por empatia inata e criadora, como consequência de sua própria origem étnica híbrida, justificando assim a possibilidade de um ajustamento e convívio na interpenetração de culturas. Gilberto Freyre foi um defensor do colonialismo, suas ideias equivocadas sobre África lhe renderam muitas críticas e não menos desilusão em muitos africanos.

De todas as nações europeias, assim afirma Freyre, Portugal tem sido a mais bem-sucedida em transplantar para os territórios conquistados o espírito essencial de pátria, e em manter tanto em colonos quanto em nativos um sentimento racial comum. (Jr.,2010, p.125).

“A ideia da multirracialidade estava já no seu corpo, que era um mosaico de raças” (Ferronha 1969, p.163 apud Neto, 1997, p.328). “De fato, não se encontra em Portugal o menor preconceito de raça, nem vestígio dele. Misturamo-nos sempre com os outros povos.” (Barros,1937). Em sua performance a colonização bem pode ser ilustrada pelo pensamento moderno ocidental que Santos (2007,p.3-4) chamou de abissal e que consiste em linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: “deste lado da linha e do outro lado da linha”, no segundo caso, “o outro lado da linha”, desaparece enquanto realidade ,torna-se inexistente, sem relevância.É pujante falar sobre a colonização porque nesses episódios um lado da linha desaparece em detrimento do outro. A história de Angola durante muito tempo foi a história de uma linha só (a do colonizador), nesses casos, a recomposição do outro lado da linha pode levar séculos para voltar a originalidade, comprometendo gerações e provocando desajustes que podem ser irreversíveis. “O outro lado da linha” (Angola) desaparece nas palavras de Jorge (1961, p.56): “A terra angolana identificou-se com o homem que a descobriu, a desbravou, a civilizou, desmoitando palmo a palmo o seu território agreste e hostil”. Entenda-se identificação como dominação cultural. O que houve de facto foi a apropriação e esta envolve incorporação, cooptação e assimilação (Santos, 2007, p.9).

Esse tipo de colonização (com ares de romantismo e benevolência) é bastante cruel, na verdade todos os tipos o são. Obviamente não há de se pensar que os portugueses em sua totalidade que chegaram a Angola, sobretudo na época de maior impacto colonialista, ou seja, de fixação e expansão de domínio ocorridos nos séculos XIX e XX, eram perversos e homicidas, no entanto, é pouco provável que conseguissem permanecer alheios ao discurso e contexto de supremacia branca colonizadora que se solidificava a cada dia. O orgulho de ser português, um bom português se disseminava: “do povo cândido e cristão, amoroso, meigo, melancólico, impregnado de Deus e da natureza, (...) é o maior lírico do mundo, o maior poeta de Portugal” (Jorge, 1961, p.27). Diante de tamanha civilidade e

distinção era imperativo ao colonizador promover as categorias selvagens ao nível mais altruísta que pudesse alcançar, ou seja, torná-las semelhantes ao seu possessor. Isso foi feito com apelos legais através do “atestado de assimilação”, por meio do qual se daria ao nativo o estatuto de cidadão português, deixando à margem todos os valores e costumes africanos (Silva, 2008, p.193). Tomando a acepção da palavra assimilar como aquilo que incorpora algo por completo, isso era, em síntese, o que se pretendia, ou seja, que os africanos colonizados introjetassem os modos genuinamente nobres dos seus senhores no falar, no vestir, no portar-se perante a sociedade, O princípio assimilacionista degenera os valores de uma cultura considerada periférica enquanto eleva a de outra qualificada como superior. O projeto de assimilação criou e acentuou de modo tendencioso diferenças entre os angolanos, isto é, dividiu pessoas em categorias, mais e menos: importantes, civilizados, visíveis, singulares, preparados, dignos, etc. Essa história é recente e há sequelas dela espalhadas ainda hoje em Angola. A concepção de superioridade por parte de alguns negros que obtiveram a diplomação em se parecer com um branco, por vezes é sentida no tecido social. Essa empreitada certamente constituiu um grande malefício à cultura angolana uma vez que o que aconteceu foi que ao “negar os valores do ‘outro’ - avaliado como um estranho à realidade nacional-, o grupo dominante garante valores positivos para os seus membros. Daí a segregação estar a um passo da exclusão” (Carneiro, 2003. p.23). Não sem razão Neto (1997, p.342) afirma que “a assimilação era uma eficaz barreira jurídica e cultural à ascensão social da maioria da população negra, já que os brancos eram automaticamente considerados civilizados”. Em 1926, oficialmente promulgado o Estatuto do Indigenato,²⁵ estabelecia os deveres e “direitos” dos “indígenas” e os possíveis caminhos para a assimilação, ou seja, apontava os passos a serem dados pelos “indígenas” que desejassem obter a assimilação, isto é, tornar-se um “cidadão”.

²⁵ O “Estatuto dos Indígenas” (vigente de 1926 a 1961) foi um dos pilares da doutrina colonial, com implicações profundas ao nível económico, político e social.

A versão de 1954 exigia que os negros e seus descendentes comprovassem por meio de documentos e por incursões oficiais às suas casas, que detinham a ilustração e os hábitos individuais e sociais requeridos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses. Dentre os requisitos esposas e filhos menores deviam provar proficiência na língua, além de comportamento e hábitos europeus, para garantir do estatuto do chefe de família (Neto, 2010, p.6). Com esse estatuto, a discriminação racial no império português foi consagrada legalmente, pois todo branco era legal e naturalmente “cidadão” e “civilizado”. Do outro lado negros e mestiços viam-se em apuros uma vez que sem a concessão desse “benefício” ficavam impedidos de trabalhar e ter acesso aos sistemas básicos de saúde, educação, à propriedade e mesmo a uma simples carta de condução veicular (Nascimento, 2013, p.30). Consenso para muitos autores, e também para angolanos sobreviventes dessa época ou descendentes deles cujos relatos hoje podem ser assistidos, lidos ou ouvidos, partilham a certeza de que a “missão colonial” no decorrer de sua jurisdição forjou situações a fim de fazer transparecer ao mundo uma visão diferente, ou seja, uma pretensa igualdade entre colonizadores e colonizados. Assim é que construiu algumas escolas para os negros, casas populares para populações indígenas e até admitiu alguns poucos negros nos serviços de administração pública e no exército (Oliveira, 2008, p.185). Todas essas atividades abastecidas com bastante propaganda ideológica. Esse quadro pretende denotar uma política embasada por um “espírito de justiça social” do colonizador. Na verdade durante este período a “justiça social” nunca fora desfrutada pelo povo angolano, pelo contrário “o quadro montado pela colonização europeia tornou-se insuportável” a ponto de fortalecer “a tomada de consciência dos africanos, a luta por sua liberdade e autodeterminação” (Oliveira, 2008, p.185). Na continuidade da história, a chegada da década de 60 marca o início do projeto de libertação nacional, e mais precisamente de 1961 a 1974, o país foi palco das lutas de libertação contra o colonialismo português e dos processos para a independência. Persici (2010, p. 63) afirma que: “o impulso de libertação nacional levou os angolanos a uma mudança de estratégia em relação aos portugueses, as massas não queriam ser mais exploradas, mas serem donas do território e do país”. Três grupos assumiram a luta pela libertação de Angola: Movimento popular de

libertação de Angola (MPLA). Frente nacional de libertação de Angola (FNLA) .União Nacional para a independência total de Angola (UNITA), todavia defendiam ideologias diferentes, marcados por rivalidade “esses movimentos monopolizavam e impulsionavam o conflito civil em Angola”(Persici, 2010, p.67) que se estendeu de 1975 a 2002. Sobre este período (o da guerra civil) Silva (2008) conclui:

A guerra em Angola não tem nenhuma justificativa. Não é uma guerra estruturada, moderna, mas uma guerra de desestabilização, destruição, chacina, sangrenta, com mais de mil mortos diários, por isso maior que a guerra da Bósnia. (...) Temos hoje o maior número de mutilados de guerra do mundo, crianças sem braços, pernas, ombros. (Silva, 2008, p.198).

Para Silva (2013, p.46) “este conflito foi reconhecido internacionalmente como a guerra mais sangrenta e sofisticada de todas as guerras africanas”. A afirmativa de que o passado pode explicar o presente, coaduna-se ao caso de Angola, pois após quatro décadas de intensos conflitos, Angola reergueu-se da destruição devido ao rápido crescimento económico, contudo, é um país repleto de desigualdades sociais (Silva, 2013, p.47) que continua escrevendo sua história sob uma linha só, ou seja, a dos que dominam e inviabilizam a linha dos que são dominados. Nas palavras de Sango (2008; 2010):

A principal característica do processo pós-independência é que, ao contrário do que muitos imaginam, a nossa elite continuou e continua a guiar a sua conduta na base dos mesmos paradigmas usados no período colonial (Sango, 2008; 2010, p.20).

2. Angola na atualidade

Angola tem tido eleições parlamentares desde 1992, a vitória em todas elas foi do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), cujo principal opositor é a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA). De setembro de 1979 a agosto de 2017 o Sr. José Eduardo dos Santos exerceu o poder na função de presidente da república, cargo ocupado agora pelo Sr. João Lourenço também do MPLA, em tese, as coisas não mudaram. Hoje, Angola faz parte de um conjunto de países que após um período de guerra iniciam um processo de reconstrução cuja preocupação de curto prazo e por um quadro de referências políticas, económicas e sociais de recorte neo-liberal, facilmente transferem a violência

armada anterior para uma violência social disseminada (Moura; Roque; Araújo; Rafael & Santos, 2009, p.96). Na visão de Sizaltina Cutaia²⁶ (2015):

A Angola que temos não é a Angola pela qual se lutou. A independência era para nos afirmarmos como povo, para podermos ser o que nós somos; era para falarmos umbundo, uma coisa que não podíamos fazer quando estávamos a ser colonizados, era para sermos angolanos, para todos participarem das riquezas e benefícios que esse país tem. Isso ainda não é uma realidade. Distribuição da riqueza ainda não começou. O slogan: crescer mais para distribuir melhor, *ainda não se aplica a nossa sociedade* (grifo meu). Precisamos de transparência na gestão da coisa pública. Educação libertadora, que forme cidadãos conscientes. Cidadania plena. Temos dinheiro para comprar partes de Portugal, mas não temos para resolver questões de ordem básica: água, luz, educação, saneamento, saúde.

(Cutaia, 2015. Entrevista concedida ao Jornal Público, em 11/11/2015).

Liberato (2016, p.1002), utiliza o termo “indisfarçável” ao falar da realidade de Angola hoje. Especificamente no caso das mulheres afirma que “o cotidiano da maioria das mulheres é marcado pela vivência no limiar da pobreza e conseqüentemente de elaboração de estratégias de sobrevivência”. Em outras palavras: em Angola não se vive, se sobrevive. Corroborando a ideia de Liberato Abreu (2006) argumenta que:

Angola é um país que reflete ambiguidades políticas de um processo de democratização descontínuo, além de se destacar pelas inúmeras violações dos direitos fundamentais da pessoa humana. É um país caracterizado por profunda desigualdade social (Liberato, 2006, p.92).

Angola é um país de contrastes, a alegria irradiada por seu povo através do riso fácil, do colorido das roupas, da música altissonante e da ginga do corpo que dança sem dificuldade num primeiro momento dão a impressão de que o paraíso é bem ali. Entretanto, a realidade é bastante diferente. Há índices que apontam e colocam em Angola na lista dos países mais corruptos, pobres e insuficientes para um ser humano viver. De acordo com dados da Transparency International ²⁷uma organização que luta contra a corrupção, Angola está no grupo dos países mais corruptos do mundo. De acordo com o índice de percepção da corrupção divulgado

²⁶ Gestora de projetos sociais

²⁷ https://www.transparency.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2016

em 2016, num universo de 176 países, Angola aparece na posição 164 com 18 pontos numa escala de 0 a 100 pontos, onde 0 representa o mais alto nível de corrupção e 100 indica total transparência. “In too many countries, people are deprived of their most basic needs and go to bed hungry every night because of corruption, while the powerful and corrupt enjoy lavish lifestyles with impunity.” José Ugaz, chair of Transparency International”. (*Em muitos países, as pessoas são privadas de suas necessidades mais básicas e vão dormir com fome todas as noites por causa da corrupção, enquanto os poderosos e corruptos gozam de suntuosos estilos de vida impunemente*). Lopes, (2004, p.5) enfatiza que um dos desafios mais críticos que a reconstrução angolana terá de enfrentar é a recuperação de um tecido social embebido numa cultura de corrupção que não penaliza práticas desviantes quer se trate de pequena ou grande corrupção, refere ainda que a “corrupção se tornou para muitos um mecanismo de sobrevivência, num contexto em que os salários reais são inferiores a 20 USD/mês” (Lopes, 2004,p.5). De facto a prática da “gasosa” (oferecer dinheiro e/ou outros valores a fim de obter benefícios que por vias legais seriam difíceis) tornou-se um fenómeno social e cultural na sociedade angolana. Na definição de Teca (2015, p.211) “o fenómeno gasosa é um meio ilícito de resolver problemas”. Não seria exagero se definíssemos a Angola de hoje com uma única palavra: corrupção. A situação é tão grave que de acordo com Corralo (2014):

na situação em que a maioria da população se encontra em Angola, concernente aos direitos humanos, não existe uma garantia que possa salvaguardar ou tutelar o interesse do cidadão, visto que, o fenómeno da corrupção se encontra tão generalizado, que o setor público está amorfo, há uma violação constante dos direitos humanos (Corralo, 2014, p.431

Uma situação que também coloca Angola em estado de atenção foi detectada por uma recente pesquisa (dezembro, 2017) realizada pelo Chr. Michelsen Institute (CMI)²⁸ que revelou que “*makey money in Angola is about connections, not hard work*” (ganhar dinheiro em Angola é sobre/por intermédio de conexões, não por trabalho duro). A pesquisa foi realizada com 316 estudantes de economia da Universidade Católica de Angola. Cerca de 98% dos estudantes

²⁸ Veja pesquisa completa em: <https://www.cmi.no/publications/6387-making-money-in-angola-is-aboutconnections>

pesquisados concordaram fortemente com a afirmação: “a desigualdade é um grande problema em Angola”; por isso, muitos vêem no “apadrinhamento” a única possibilidade de ascender socialmente, ou seja, ter a “sorte” de encontrar uma pessoa, um “boss” que o adote, proteja e lhe assegure um futuro promissor é o desejo de muitos jovens angolanos hoje. “Angola é o país em que quase 70% da população vive com menos de dois dólares por dia e onde a cesta básica para uma semana custa 50 dólares. É dos países que mais consomem champanhe per capita e onde o lixo amontoado nas ruas convive com carros de luxo”. (Henriques & Afonso, 2015). Um resumo do que pode ser Angola hoje foi proferido por Isaac:

Em 1975 não houve uma transição mas uma ruptura. Os angolanos brancos e os portugueses brancos “desapareceram” durante um longo período de tempo - regressaram mais tarde, já não com domínio político, mas com domínio económico e social. O problema é que desde 1975 não houve um programa de transformação social e muitos dos elementos do colonialismo português ainda estão vivos. Por exemplo, a questão da exclusão social refletida no fato de os pobres viverem em musseques, que se mantém. (...) Transformação social não é um país criar uma elite, uma pequena burguesia, uma minoria e ter isso como exemplo. O que Angola está a tentar fazer é a transformação social com uma minoria que vive nos condomínios, tem acesso ao crédito bancário, a bons empregos, enquanto a grande maioria que já no passado viveu excluída continua excluída nos musseques (Isaac, 2015, p.3)

A indisfarçável realidade citada anteriormente por Liberato (2016) como o indisfarçável legado colonial encontram eco na Angola do século XXI na forma de um elemento que provoca deformidade social: o racismo. Afirmamos isso porque mesmo após 43 anos da independência, “as tensões raciais em Angola ainda estão à flor da pele: vê-se no discurso, nas filas de espera, na competição pelos lugares de chefia. O privilégio branco é visível também em Angola”. (Henriques, 2015, p.1). Melo (2009) é contundente ao afirmar que:

Do ponto de vista histórico, o racismo foi introduzido no país pelo colonialismo português. Este, além de discriminar os naturais do país, promoveu uma série de políticas para dividir os angolanos, entre as quais um moderado favorecimento dos mestiços, o que gerou problemas que perduram até hoje, alguns objectivos (como puderam estudar um pouco mais, tiveram, em especial nos primeiros anos da independência, mais facilidades em termos de emprego e de cargos) e outros objectivos (complexos mútuos, adopção de estratégias raciais, etc.) (Melo, 2009, p.1).

A divisão entre os angolanos proferida por Melo (2009) distancia-se do artigo 21 alínea h da Constituição da República de Angola que apresenta como dever do Estado: “promover a igualdade de direitos e de oportunidades entre os angolanos, sem preconceitos de origem, raça, filiação partidária, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. K.P.A. (2015) elucida que:

A nossa sociedade é multirracial e existe em alguns estratos uma convivência harmoniosa e pacífica. Mas nota-se que a maioria da população negra é a população pobre, carenciada, é a população que se encontra numa situação de vulnerabilidade. Em Angola a pobreza tem cor, a pobreza tem rosto e temos de começar a olhar para isso e tentar arranjar mecanismos de integrar na sociedade aqueles que são excluídos, porque corremos o risco de criar problemas raciais que não se justificam. A pobreza em Angola é maioritariamente negra.²⁹(K.P.A. 2015, p.7).

Angola é um país de antíteses representadas por elementos psicossociais que o tempo todo se contrapõem: pobreza versus riqueza; doença versus saúde; subordinação versus poder; tristeza versus alegria; fraqueza versus força; honestidade versus corrupção. A lista poderia seguir, no entanto, estes rudimentos são suficientes para comprovar que, resguardados os factos históricos colonização, guerra, independência e que Angola é um país jovem (considerando o nascimento de sua democracia a partir do fim da guerra civil, 2002), é também um país que precisa de reorientação e reorganização dos princípios básicos que devem reger um estado democrático de direito; reconhecendo e legitimando em todas as instâncias a vida de seus cidadãos a fim de que estes gozem plenamente de seus direitos, a começar pelo mais elementar: o direito à vida. Até agora isso parece não ter acontecido em Angola. Telo (2012, p.26) enfatiza que: “no caso de Angola, apesar de ser um Estado formalmente democrático e de direito a realidade ainda está impregnada de contradições, resultado de sua trajetória histórica”. O país configura-se impraticável para a camada mais fragilizada de sua população. É desse país que têm imigrado para o Brasil homens, mulheres e jovens sobrecarregados pelos fardos de corrupção e injustiça que assolam uma nação potencialmente capaz de ser referência para todo o continente e para outras regiões do mundo afetadas por guerras e desajustes econômicos, posto ter demonstrado grande poder de superação após décadas de conflitos armados e subserviência colonial. Todavia, Angola insiste em manter uma política sócio-econômica que de acordo com Henriques (2015) transita entre o lixo e o luxo. Em relação a esta antítese é fácil prever qual a parte que cabe aos empobrecidos e qual a que “compete” à elite angolana. Muito acertado foi Henriques (2015) ao

²⁹ <https://acervo.publico.pt/mundo/noticia/houve-independencia-mas-nao-descolonizacao-das-mentes-1712736>

intitular um trabalho valendo-se de um pequeno, mas contundente discurso proferido por um cidadão angolano “Em Angola houve independência mas não descolonização das mentes”. Também em Angola é prevalente “um grande desapontamento e alguma desilusão relativamente ao governo na medida em que não tem respeitado os seus compromissos na resolução dos principais problemas que afligem a sociedade angolana” (Abreu, 2006, p.192).

CAPÍTULO V- Opções metodológicas

Neste capítulo são descritas as opções metodológicas, o percurso e estratégias de aproximação ao terreno de investigação e o trabalho de campo desenvolvido.

1. Objeto de estudo: mulheres angolanas em São Paulo

As mulheres angolanas compõem o grupo social que buscamos compreender dentro do processo migratório que acontece no eixo Angola – Brasil, precisamente Angola - São Paulo. Interessa-nos, sobretudo entender como essas mulheres têm se integrado na sociedade brasileira que, apesar da proximidade cultural, permitida pela partilha da língua portuguesa que pode ser entendida como uma ferramenta útil para integração e participação nas redes de relacionamentos que se estabelecem na nova comunidade, também impõe a estas mulheres desafios com os quais terão de lidar a partir do momento de sua chegada (Costa, 2016, p.15), situações difíceis normalmente vividas pelas pessoas em situação de migração que chegam a uma sociedade diferente da sua. A diferenciação entre o ‘Nós’ e o ‘eles’ e o estatuto de ‘estrangeiro’, de maneira usual, estigmatizam e colocam o imigrante numa condição de diferenciação e marginalidade ao invés de promover uma busca por sua integração social (Castro & Gaspar, 2018, p.877). O processo de integração pressupõe a ideia de inclusão e acomodação e esse processo “se inicia num âmbito local, já que é ao nível local que mais naturalmente ocorrem as interações fundamentais entre os recém-chegados e as comunidades de acolhimento” (Papademetriou, 2008, p.57). Para Rodrigues; Sala & Siqueira (2018, p.317) “o processo de integração local representa um grande desafio para migrantes (vulneráveis) e refugiados uma vez que precisam inicialmente enfrentar a barreira cultural que envolve o desconhecimento da língua nacional, bem como de costumes, valores e crenças”. Um ponto a ser considerado é que a literatura especializada vem enfatizando a necessidade de se avançar com estudos qualitativos que possam vocalizar os protagonistas que vivenciam o denominado processo de integração (Rodrigues; Sala & Siqueira, 2018, p.468).

Angolanas, por quê?

A história do Brasil não pode ser contada sem que África esteja nela, sem que Angola esteja presente. Para muitos brasileiros a ligação entre esses dois países deu-se há muito e por questões meramente económicas (tráfico de escravos). A realidade, no entanto, revela que Angola está no Brasil pelo legado cultural que difundiu ao longo de quase três séculos de escravidão, e permanece através dos movimentos migratórios Angola-Brasil nos séculos XX e XXI. A necessidade de fazer recortes a fim de delimitar o assunto dessa pesquisa, conduziu-me a fazer opção pelo género: mulheres. Explica-se: após uma vasta pesquisa, detectámos que as referências alusivas aos imigrantes angolanos no Brasil se fazem na maioria das vezes numa perspectiva generalizada tratando homens e mulheres como protagonistas das mesmas histórias, questões migratórias como estatísticas, resultados e/ou informações sobre angolanos são apresentados, mas sem particularizar homens ou mulheres. Assim, fala-se em imigração angolana; os angolanos; a comunidade angolana, os estudantes angolanos, etc. Com isso, o viés feminino fica oculto perpetuando a falta de informação e conhecimento sobre a imigração de mulheres angolanas para São Paulo e seus desdobramentos sócio-culturais.

2. Da importância da análise de conteúdo

Não menos importante do que qualquer etapa da pesquisa, a análise e tratamento dos dados recolhidos constitui tarefa árdua “que exige do pesquisador disciplina, dedicação, paciência e tempo” (Silva & Fossá, 2013, p.3). Na metodologia qualitativa utiliza-se a análise de conteúdo para analisar a informação recolhida através de entrevistas ou de recolha etnográfica: usa técnicas de verificação e exploração, onde busca descrever e compreender o conteúdo emitido no processo de comunicação, seja ele por meio de falas ou de textos. A análise de conteúdo é regida por procedimentos sistemáticos que devem ser trabalhados de modo exaustivo permitindo ao pesquisador alcançar os resultados desejados. Dentre as múltiplas formas de tratar o conteúdo obtido numa pesquisa qualitativa Carmo & Ferreira (2008, p.271) afirmam que na: “análise qualitativa indireta a ênfase desta análise recairá sobre o valor da temática e não necessariamente sobre elementos quantificáveis” e acrescentam: “buscará interpretar o que se

encontra latente sob a linguagem expressa” (idem). A análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos, em constante aperfeiçoamento, cuja função é analisar diferentes fontes de conteúdo que podem ser verbais ou não-verbais (Silva & Fossá, 2013). Carmo & Ferreira (2008, p.269), citam Stone (1966) sobre a definição deste a respeito da análise de conteúdo: “é uma técnica que permite fazer inferências, identificando objetiva e sistematicamente as características específicas da mensagem”. A análise de conteúdo não pode restringir-se apenas a efetuar descrições do conteúdo, pois de acordo com Bardin (1977) sua principal finalidade é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção. Desta feita acrescenta-se que: “Há na análise de conteúdo dois pólos: a rigorosidade e a necessidade de ir além das aparências. Metodologicamente, existem duas orientações que ao mesmo tempo em que se confrontam também se complementam: a verificação prudente ou a interpretação brilhante” (1977, p.29). Ferreira (1998, p.218) refere que: “uma rigorosa análise de dados é fundamental em qualquer investigação e no caso de um estudo qualitativo o investigador deverá proceder à análise dos dados à medida que procede à sua recolha”. Sobre o objeto que será analisado vale uma consideração: “a história de vida, biografia, a entrevista em profundidade, poderão representar para a investigação sociológica instrumentos privilegiados de análise da realidade” (Lalanda, 1998, p.872). Nas últimas décadas a narrativa como prática social e criadora de sentidos passa a ser vista como uma ferramenta construtivista utilizada na construção social de histórias de vida. (Santos, Oliveira & Susin, 2014, p.367). As definições, perspectivas e apontamentos sobre a análise de conteúdo em pesquisas qualitativas são inumeráveis e suportam um sem número de possibilidades coadunáveis aos objetivos propostos pelo investigador.

3. Os dados recolhidos

O *corpus*, ou seja, o conjunto de documentos escolhidos para se processar a análise de conteúdos foram devidamente tratados como se descreve a seguir, antes porém elucida-se que “o corpus da pesquisa como sugere Dahlet (2002, p.130) “é o cruzamento da problemática com a fundamentação teórica e dos dados coletados”. Os dados recolhidos por via da gravação das entrevistas (15

entrevistas) foram transcritos integralmente considerando um conjunto de normas para a transcrição de entrevistas gravadas sendo utilizados sinais para ocorrências variadas. Por exemplo, no caso de uma pausa no discurso, foram empregadas reticências, no caso de entonações enfáticas elas foram assinaladas por letra maiúscula, as manifestações emotivas: risos, choro, hesitações, silêncio, etc., foram descritas dentro de parênteses. Tais regras foram usadas a fim de auxiliarem o processo de leitura das entrevistas e também com objetivo de expressarem a dinâmica e a emotividade do processo de entrevista. O *corpus* de análise de conteúdo foi composto também por duas entrevistas concedidas por moradores do Jardim Piratininga escolhidos aleatoriamente e que gentilmente se dispuseram a falar conosco, foram conversas rápidas que tiveram duração média de 20 minutos. Anotações feitas a partir de uma breve conversa com outros dois moradores do mesmo bairro, bem como fichas de anotação pessoal contendo descrições e observações feitas no terreno da pesquisa. Este material compôs o *corpus* considerando-se a regra da exaustividade acrescida da não seletividade, ou seja, de acordo com Bardin, (1977, p.97) “não se pode deixar de fora qualquer um dos elementos por esta ou por aquela razão”. Após as transcrições e organização do material recolhido, demos início a organização das informações. Iniciamos uma pré-análise onde todas as entrevistas transcritas foram integralmente lidas, aplicando-se aqui o recurso da leitura “flutuante” de Bardin (1977), esse exercício repetiu-se várias vezes, a fim de dirimir dúvidas e buscar mais familiaridade com o texto e conseqüentemente com as protagonistas dos relatos. Para Magano (2010, p.206) “a leitura dos textos das entrevistas transcritas permite apreender as redundâncias do discurso, as suas ideias principais, os acontecimentos e as etapas de vida que o narrador considera como momentos chave da sua existência”. A leitura/releitura das entrevistas é um momento único uma vez que permite à entrevistadora retornar ao local do encontro com suas entrevistadas e começar a organizar mentalmente ações, sugestões, sentimentos, dúvidas, expressos nas falas das entrevistadas. Após o processo de leituras das transcrições, partimos para audição das gravações de posse dos textos transcritos em mãos para acompanhar, comparar e corrigir possíveis erros cometidos na transcrição, bem como para fazer as primeiras anotações relativas à entrevista em questão. Se por um lado ler o que

foi dito é um exercício que suscita pistas e abre janelas de compreensão para o investigador sobre o material que tem para explorar, ouvir a voz (literalmente) das mulheres informantes traz complementa, elucida a matéria prima que se tem para analisar, ou seja, a entrevista. Sobre isso vale dizer que uma coisa é ler o advérbio “*não*” num contexto de indignação, outra coisa é ouvi-lo por alguém no ápice da indignação. O “*não*” escrito difere do “*não*” falado. As entrevistas foram transcritas e ouvidas numa sequência cronológica, isto é, de acordo com a data de sua realização. A título de organização dos dados categorizamos em dois grupos as entrevistadas: “estudantes” e “não estudantes”, sem prejuízo da análise, pois as dimensões foram igualmente aplicadas aos dois grupos. Concluída a primeira etapa, ou seja, de posse do *corpus* da investigação; foi trilhado o caminho de uma rigorosa e profunda análise ancorada nos pressupostos teóricos. Cada entrevista transcrita produz um material extenso; daí a necessidade de fazer uma leitura global dos documentos e passar a fragmentá-los, visto que toda análise tem um objetivo específico e após o trabalho de transcrição observa-se que nem todas as informações obtidas numa entrevista serão catalogadas e exploradas analiticamente. Os 15 textos macro (entrevistas) foram fracionados em unidades de significação, ou seja, pequenos trechos dotados de informações relevantes passíveis de análise e inferências. Em algumas situações foram feitos fragmentos dos fragmentos para se conseguir uma melhor análise, uma metodologia de reconstrução. Às vezes o mesmo assunto era abordado mais de uma vez pela entrevistada, nesse caso, era necessário verificar em que momento a resposta foi mais elucidativa, qual o complemento que trazia ou se deixava lacunas, enfim, um exercício de ida e volta constante às unidades significativas. À medida que líamos os textos com o objetivo do que se pretendia encontrar e também atenda ao novo que poderia surgir elaboramos categorias de análise para facilitar a organização do material e para ir edificando os perfis biográficos das entrevistada de modo a estabelecer convergências e divergências de pensamentos, atitudes e percepções das entrevistadas sobre de si mesmas e/ou do mundo à sua volta essa fase é descrita por Silva & Fossá (2013, p.4) como “a passagem de dados brutos para dados organizados”. A construção biográfica das entrevistas ocorreu em primeiro lugar pela consideração particular concedida a cada uma delas, ou seja, apesar de

estarem todas sob um mesmo processo investigatório, regido pela mesma temática, há de considerar que cada entrevista é única, assim para 15 entrevistas validadas obtivemos 15 entrevistas diferentes. As subdivisões do todo em unidades de significação e categorias de análise contribuíram para revelar o quanto se aproximam ou se distanciam essas imigrantes em seu processo de integração social. Do processo de corte e recorte desse trabalho resultaram 34 categorias de análise descritas em ordem alfabética: Angola (impressões sobre o país de origem), Brasil (chegada, conhecimento), comunicação (interpessoal), comunidade, cotidiano, cultura angolana, diferenças culturais, dificuldades económicas, escolaridade dos pais, estranhamento, expressões/gírias brasileiras, família, guerra, identidade, identificação/origem, impressão positiva do Brasil, infância, integração/relacionamento, lazer, línguas- dialeto-língua portuguesa, memória, motivo da imigração, mulher angolana, percepção de si, plano inicial, preservação da cultura, profissão, projeto futuro, racismo-preconceito, redes, religião, responsabilidade, sobrevivência, visto-documentos. Dada a extensão do material recolhido, é imprescindível que após audições e leituras sistematizadas dos textos sejam feitos recortes que estabeleçam contextos de análise pautados pelas subdimensões que orientam a análise. “O texto pode ser recortado em ideias constituintes em enunciados e em proposições portadores de significações isoláveis” (Bardin, 1977, p.105). O material compilado nessa fase, devidamente organizado e estudado pavimentou o caminho para a fase seguinte. A terceira e última fase compreende o tratamento: inferência e interpretação dos conteúdos inscritos em todo o material analisado. É necessário ir além, vasculhar cada nuance, cada pista deixada pelas narradoras a fim de se encontrar as significações dos “estoques de conhecimento” compartilhado individualmente por elas, que também permitem através da abordagem de suas narrativas biográficas a construção de tipologias de interpretações do mundo, da vida, considerando, neste processo, como os indivíduos manuseiam o sistema de relevância e tipificação, elementos-chave no processo interpretativo cotidiano do sujeito (Schütz & Luckmann, 1973, apud Santos, Oliveira & Susin, 2014, p.374).

A análise de resultados permitiu traçar um perfil sociodemográfico das mulheres entrevistadas: quem são, de onde vêm e como estão nesse novo

momento de suas vidas. Este retrato resultou numa visão global das informações bem como da heterogeneidade de informações com as quais trabalharíamos. O guião de entrevista deu-nos suporte para organizar e categorizar as dimensões que nos apresentariam o resultado. **Primeiro:** a **trajetória social** das mulheres em questão, **segundo:** a **integração dessas mulheres na sociedade** de acolhimento. Para a análise da trajetória social foram consideradas a origem familiar e social, locais de infância, os percursos escolares, as memórias da guerra civil e situação anterior ao projeto migratório para o Brasil. O somatório desse conteúdo permitiu-nos conhecer aspectos da cultura angolana e as relações sociais das mulheres angolanas com o seu país de origem. Na segunda dimensão, ‘a integração das entrevistadas na sociedade brasileira’ foi analisada a intensidade com a qual cada uma das imigrantes se integrou ou está se integrando à nova realidade. As participantes foram motivadas a pensar sobre sua identidade social, ou seja, em que medida sua angolanidade é preservada num contexto como o Brasil. Os pressupostos da integração percorrem os caminhos da motivação e das redes acionadas para a mudança, bem como do estranhamento, das diferenças culturais, do estágio atual: trabalho, estudo, sobrevivência e projetos no país para o qual imigrou.

4. Percurso Metodológico

Ao adotarmos um modelo de análise para catalisar as informações recolhidas optamos pelo paradigma qualitativo. A abordagem qualitativa através da atitude de reflexão do fenómeno (fenomenologia) busca compreender a conduta humana, ou seja, a subjetividade do indivíduo é considerada, o estudo é realizado com enfoque em aspectos da realidade e busca entender e explicar como se estabelecem as dinâmicas e as relações sociais. Sob a perspectiva fenomenológica, Patton (1990, apud Carmo & Ferreira, 2008, p.199) apresenta como central a questão: “qual é a estrutura e a essência da experiência deste ou daquele fenómeno para os indivíduos submetidos a tal experiência?” Dessa forma é válido perguntar: quais e como são as experiências vividas pelas mulheres angolanas em seu contexto migratório em São Paulo no desenvolvimento de sua integração?

Investigar o processo migratório e a integração das mulheres angolanas em São Paulo acionará outras características da abordagem qualitativa: “descrever, compreender e explicar a precisão das relações entre o global e o local” (Gerhardt & Silveira, 2009, p.34), sim, sobretudo porque a integração ocorre ao nível local. Ao desembarcar num novo país o confronto com as implicações quotidianas da imigração ocorrem imediatamente numa cidade, circunscrevendo-se inevitavelmente a um bairro. A pesquisa qualitativa trabalha com a análise da significância dos processos e dos fenómenos que envolvem as relações e isso inclui um olhar sobre crenças, valores, motivos e, portanto não podem apresentar um carácter reducionista que prime somente por obter e operacionalizar variáveis (Minayo, 2001, p.14) que é uma característica da investigação quantitativa. Cada vez mais cresce a percepção de que “a pesquisa é uma prática válida e necessária na construção solidária da vida social” (Chizzotti, 2003, p.232), e que a opção pela pesquisa qualitativa não exige o pesquisador de ser rigoroso em seu trabalho tão pouco descuidado com questões de objetividade nem para mais nem para menos no transcurso de sua investigação. A experiência humana não pode ser diminuída em detrimento de métodos nomotéticos de analisá-la e descrevê-la (Chizzoti, 2003, p.232). Uma investigação de carácter qualitativo tem de levar em conta que “o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida são a preocupação essencial do investigador” (Godoy, 1995, p.63). Logo, perscrutar a vida de mulheres angolanas em situação migratória e em processos de integração, com as nuances envolvidas nesta decisão de imigrar necessitará de um método que considere as circunstâncias e os sujeitos enredados nelas; por isso, reforçamos a ideia de que o método ideal para não apenas descrever uma viagem, mas ir mais profundo nela é a pesquisa qualitativa. Quanto ao procedimento ou método de investigação este trabalho é pautado por pesquisa documental alusiva à temática das migrações com referência a política migratória brasileira, imigração feminina e processos que revelam os caminhos da imigração angolana para o Brasil, bem como de breve abordagem do país de origem das imigrantes: Angola.

Uma advertência deve ser feita quanto ao recurso de recolha de dados textuais, ou seja, verificar a “autenticidade e exatidão das informações e a correspondência entre o campo coberto pelos documentos disponíveis e o campo

de análise da investigação” (Quivy & Campenhoudt, 1998, p.202). Somada à pesquisa documental a observação indireta foi outra ferramenta metodológica utilizada para recolha de informações. Nesse método o próprio investigador parte rumo às informações desejadas, valendo-se de um questionário ou guião de entrevistas como instrumentos norteadores para produzir e registrar informações. (Quivy & Campenhoudt, 1998, p.164). No nosso caso elaborámos um guião de entrevistas e contactámos uma a uma as mulheres angolanas que seriam investigadas. Foram realizadas entrevistas individuais, semiestruturadas em profundidade e pelo facto da ênfase deste trabalho não recair na busca de dados quantificáveis, entendemos priorizar o aprofundamento de tópicos. De acordo com Manzini (2004, p.2) “em se tratando da entrevista semi-estruturada, deve-se ter atenção em relação à formulação de perguntas que seriam básicas para o tema a ser investigado”. Dessa maneira as perguntas básicas emitidas a partir do guião de entrevista tiveram por objetivo colher informações das imigrantes angolanas provendo material que desse condições de analisar o processo de integração a que estão submetidas no Brasil, em especial na cidade de São Paulo. Sobre a entrevista semi-estruturada vale a menção de Trivinos (1987, p.152 apud Manzini, 2004,p.2) ao afirmar que este tipo de entrevista “favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade”. Atuar no processo de levantamento de informações permitiu-me ir além dos registos gráficos e auditivos, contribuiu para elucidar fenômenos sociais que circundam as imigrantes protagonistas desta pesquisa. A entrevista permite “sentir o real” na medida em que o investigador esclarece junto do entrevistado, desde o início, os seus objetivos, a estrutura que pretende dar ao evoluir do inquérito e a finalidade a que se destina o material a recolher. Esta dimensão revela-se de importância acrescida para a conquista da sua colaboração. Como bem descreve Lalanda:

Saber que o seu discurso irá integrar um estudo alargado, uma tese ou mesmo a produção de um livro provoca em muitos casos a participação entusiasta do entrevistado e, ao mesmo tempo, compromete o investigador nessa contrapartida, ou seja, divulgar e refletir sobre o sentido, de forma explicativa, daquilo que para cada entrevistado é apenas “um caso”, um “contexto particular”. (Lalanda1998, p.881).

O guião de entrevista³⁰ foi construído para guiar a entrevistadora pelas temáticas e questões desejadas e com o cuidado de não se deixarem perder as narradoras. Ao mesmo tempo tomamos o cuidado para que o guião não se tornasse um elemento de intimidação para as entrevistadas, ao que tudo indica esse seria um exercício novo para elas (conceder uma entrevista), e ter alguém à sua frente com papéis, gravador e blocos de anotação poderia causar algum receio. Nos preocupámos ainda para que o guião não “prendesse” a entrevistadora pela necessidade de fazer as perguntas na ordem em que aparecessem porque muitas vezes algumas entrevistadas ao darem resposta à determinada pergunta acabavam por abordar assuntos que compunham a pergunta seguinte; nessa hora importa ter habilidade para não tornar a entrevista cansativa pela repetição desnecessária das questões. Conhecer bem o guião é fundamental a fim de arranjar imediatamente o fio condutor da entrevista. As questões básicas propostas pelo guião de entrevista foram organizadas em variáveis que permitiram obter das mulheres entrevistadas um panorama de seu processo migratório de Angola ao Brasil bem como do seu processo de integração na sociedade acolhedora. Foram propostas oito dimensões: 1- Situação anterior ao projeto migratório para o Brasil: buscou-se nesta dimensão conhecer a realidade vivida pelas imigrantes antes de sua decisão de imigrar, ou seja, como viviam em Angola, o que faziam e por quê escolheram São Paulo como destino. 2- Memórias: neste ponto pretendeu-se conhecer o grau de afinidade da entrevistada com a terra natal, ou seja, uma espécie de exercício diacrónico que permitiu às entrevistadas exporem memórias familiares, educacionais ou mesmo do período dramático da guerra civil em Angola; 3- Identidade social: nesse caso as questões propostas pelo guião visavam obter das entrevistadas respostas que indicassem como se sentem enquanto mulheres africanas imigrantes na sociedade brasileira e também de como se auto-identificam nesse contexto, ou seja: uma imigrante, uma estudante, trabalhadora, etc.; 4- Projeto: quanto a este elemento a intenção foi descobrir o projeto pré e pós migratório das mulheres; 5- Redes: nessa dimensão as entrevistadas falaram como conseguiram chegar ao Brasil, ou seja, quais as redes de relacionamento que

³⁰ O guião de entrevista encontra-se na página destinada aos anexos deste trabalho.

dispunham para facilitar o caminho e de como foi a chegada; 6- Situação presente: como a categoria sugere, as questões suscitadas neste item buscavam respostas que revelassem a vida das mulheres angolanas em São Paulo no âmbito de moradia, trabalho, estudo, sobrevivência; 7- Estranhamento: as indagações nessa esfera tinham a finalidade de captar das entrevistadas a sua percepção em relação às semelhanças e diferenças culturais entre Brasil e Angola; 8- Integração/acolhimento: as perguntas elaboradas nessa dimensão fizeram a rota da chegada ao aeroporto no Brasil aos dias atuais e isso incluiu: acolhimento, convivência e racismo.

Após a tomada de decisão sobre a metodologia a ser utilizada, pautada por considerações teóricas e reflexão pessoal sobre a probabilidade da evolução da pesquisa, era hora de avançar partindo para atividade prática, subsidiada pelo projeto definido, ou seja, entrevistar mulheres angolanas em São Paulo. As entrevistas foram registadas por meio de um gravador (com autorização prévia de todas as entrevistadas). Situações subjacentes à fala foram observadas e anotadas, pois não poderiam ser desperdiçadas no âmbito da interação entrevistadora/narradora. Pontuámos que “a entrevista não se resume a uma gravação. Ninguém se conta a um gravador, mas a alguém. O entrevistador é esse alguém que se faz eco de uma gargalhada ou de um soluço, alguém que reage” (Lalanda, 1998, p.881). Há, portanto, “uma relação interpessoal onde ressaltam expressões não verbais, silêncios, palavras que se dizem com mais intensidade ou, pelo contrário, se sussurram quase a medo”. (Lalanda, 1998, p.881).

4.1 As entrevistadas

As entrevistas realizadas para composição deste trabalho abrangeram imigrantes angolanas que partiram de seu país com a finalidade de estudar em São Paulo, obter formação educacional em nível superior e também mulheres que deixaram Angola por outros motivos como conquistar uma vida melhor para si e/ou promover melhores condições de educação e saúde para os filhos. No caso das estudantes configura-se temporária ou especial como defende (Garcia, 2004, p.15) a imigração a qual se submetem as estudantes, ou seja, para fins de estudo. Gusmão (2012, p.18) partilha a mesma ideia afirmando que a migração

internacional de estudantes africanos dos PALOP que buscam formação no Brasil é assumida como migração temporária e especial. O facto de ser uma migração temporária, entretanto, não desqualifica os processos de mobilidade bem como o universo contextual deste tipo de imigração, sobretudo porque “a migração estudantil, embora seja encarada e vivida como temporária, pois está sempre presente a ideia do regresso ao país de origem, implica um período de adaptação na sociedade de acolhimento” (Liberato, 2012, p.128). Vale dizer que muitos estudantes chegam a passar mais tempo no Brasil do que outros imigrantes que utilizam o país como uma espécie de dormitório ou ponto de passagem até imigrarem para outro destino exterior. Muitas estudantes como veremos neste trabalho, fazem planos de dar seguimento aos estudos, ou seja, após a conclusão de uma graduação pretendem fazer a segunda ou ainda especializarem-se em uma área de estudo. Isso nos leva a deduzir que a imigração temporária pode deter essas imigrantes por cinco, seis ou até mais anos no Brasil, e enquanto durar este período estas mulheres enfrentarão desafios pelos quais passam imigrantes que vêm para permanecer por tempo indeterminado. De modo geral, ao chegar num novo país os imigrantes buscam se associar aos seus compatriotas, uma forma de se sentirem seguros e preservar laços e traços culturais. Por conta disso muitos núcleos e comunidades imigrantes vão sendo formados pelas cidades de acolhida. Unem-se como uma família e formam redes de relacionamento.

O ponto de partida para a entrevista com as estudantes veio a partir de um contato prévio com uma ex estudante angolana que morou no Brasil por quase cinco anos e que eu conhecia bem. Antes de seu regresso para Angola, essa interlocutora ajudou-me a ampliar a rede de contatos com estudantes angolanas, à exceção de uma que conheci numa universidade por ocasião de um curso, as demais chegaram ao meu conhecimento através desta indicação. Muitos imigrantes, principalmente os que não desfrutam de uma situação migratória considerada legal por órgãos competentes, muitas vezes se sentem ameaçados pela presença de estranhos especialmente quando esses “estranhos” buscam questionar sua origem e motivos que os trouxeram até o país, o temor pode ser justificado pela iminência de uma deportação. Nesse sentido a intervenção da ex

estudante angolana encurtou a distância entre a entrevistadora e as entrevistadas tranquilizando-as a respeito do trabalho que seria realizado.

Na continuidade do trabalho entrevistei mulheres que imigraram como já exposto, em busca de melhores condições de vida para si e para os filhos, no caso daquelas que são mães. O contato com estas mulheres deu-se especificamente no bairro denominado Jardim Piratininga, região leste da cidade de São Paulo. Neste local residem muitos imigrantes de origem africana. A inserção nessa comunidade deu-se por intermédio de um interlocutor brasileiro que desenvolvia um projeto de assistência social junto às famílias angolanas e, portanto desfrutava da confiança dessas pessoas. O sr. Roberto³¹ conduziu-me à primeira das oito mulheres que foram entrevistadas no bairro (Maria, 38 anos): esta entrevistada me disse que havia muitas angolanas no bairro e que não seria difícil encontrá-las. Credo nisso, saí pelas ruas do bairro à procura dessas mulheres e quando perguntava a algum brasileiro se conhecia ou sabia onde morava alguma angolana, as respostas eram as mesmas: “tem muitas por aqui, mas não conheço. Lá na rua tal, no final do bairro têm muitos africanos”. Parti então para abordagem pessoal de africanas até que encontrei Cristina (17 anos) que concordou em me conceder entrevista. Depois cheguei a Lucinda por intermédio de sua filha pré-adolescente que me disse que sua mãe possivelmente me atenderia, o que de facto aconteceu. Por fim, numa abordagem pessoal conheci a entrevistada Ruth que demonstrou ser a mais articulada e dinâmica das entrevistadas, foi através dela que cheguei às outras seis angolanas.

4.2 Da realização das entrevistas

Ao todo foram realizadas 17 entrevistas, contudo 2 foram descartadas por não atenderem aos critérios propostos para validação, ou seja, ter nacionalidade angolana, estar estudando ou residindo no Brasil por outro motivo, no segundo caso necessariamente morar no Jardim Piratininga. Constatámos que uma entrevistada apesar de ter vivido muito tempo em Angola era de nacionalidade congoleza e outra

³¹ Nome fictício

que não residia no Jardim Piratininga: ambas foram descartadas para fins de análise. Foram validadas 15 (quinze) entrevistas realizadas entre março e novembro de 2017, realizadas a mulheres com idades compreendidas entre 17 e 43 anos. As entrevistas foram previamente agendadas, atentando sempre para a disponibilidade das entrevistadas. Adaptámos a agenda pessoal priorizando os dias e horários que as entrevistadas pudessem nos atender. Em duas ocasiões as entrevistadas queriam conceder entrevista de imediato, mas pedi a elas que avaliassem se dispunham de tempo e condições tranquilas e se nenhum evento poderia ocorrer naquele dia que pudesse atrapalhar essa atividade. Após breve reflexão concordaram que o meu retorno em outro dia seria melhor, pois de facto tinham coisas para fazer que possivelmente não as deixassem tão disponíveis assim. O tempo médio das entrevistas variou entre 50 minutos a 1h20 minutos de conteúdo gravado. Porém, em alguns casos, a conversa se estendeu por mais alguns minutos após o gravador ser desligado, isso por conta de agradecimento, despedida ou algum comentário trivial da entrevistada ou da entrevistadora. Quanto aos locais de realização das entrevistas pode-se afirmar que as entrevistas concedidas pelas estudantes transcorreram num clima de mais calma do que aos locais de entrevista das demais mulheres. Duas estudantes concederam-me entrevista a partir do campus da faculdade, uma na Universidade Mackenzie, a entrevistada garantiu-me que não haveria problema (não gostaria de causar-lhe inconvenientes, preocupação com tempo em virtude das aulas que deveria assistir, etc.) e após questioná-la se de facto ela se sentia confortável ali, se não gostaria de estar em outro lugar, a opção pelo campus prevaleceu e realmente a entrevista realizada em dois dias foi muito produtiva e agradável, sem grandes intercorrências, apenas dois colegas que a procuraram para fazer-lhe breves perguntas, nada que tenha comprometido a essência da entrevista. Outra entrevista realizada no campus da faculdade teve carácter bem diferenciado, pois a faculdade é também a residência da estudante; ela recebeu-me em seu momento de folga, na ocasião apenas ela e um colega encontravam-se no local cada um em seu dormitório, os outros alunos haviam saído para aproveitar a folga e os não internos só viriam à noite. A serenidade do lugar contribuiu sobremaneira para captar cada resposta, gesto e emoção da entrevistada. Uma estudante preferiu vir até mim, na ocasião

tomei o devido cuidado para recebê-la e mantê-la num ambiente reservado e agradável. As demais estudantes foram entrevistadas em suas casas, num clima muito favorável e colaborativo.

As entrevistas realizadas no Jardim Piratininga diferenciaram-se das outras, não por culpa das entrevistadas, mas pela estrutura do bairro e de suas moradias. As casas do Jardim Piratininga são aglutinadas, ou seja, não há muito espaço entre uma casa e outra, portanto, um momento de silêncio pode ser rompido pelo som da música da casa do vizinho ou pelo grito das crianças no quintal, ou ainda pelos carros com som estridente que vendem ovos e produtos de limpeza e dos jovens “desocupados”, alucinados pela batida musical das periferias de São Paulo: o *funk*. Algo a acrescentar é que algumas entrevistadas ao concederem-me a entrevista estavam na companhia de seus filhos, em sua maioria crianças, que precisavam uma vez por outra do auxílio da mãe ou mesmo de uma chamada de atenção dela para permanecer em silêncio, isso ressalta a diferença entre o contexto das entrevistas concedidas pelas estudantes e pelas mulheres residentes do Jardim Piratininga. Num primeiro momento isso nos pareceu preocupante, ou seja, a impressão de que as entrevistas dessas mulheres poderiam ficar prejudicadas em termos de conteúdo para análise, mas ao contrário, o ambiente aparentemente desfavorável não impediu que o material necessário fosse coletado, pois em todo o tempo as entrevistadas mostraram-se atenciosas e envolvidas com o processo de sua entrevista, e num esforço mútuo não se pode negar que os resultados desejados foram obtidos. Primámos pelo desenvolvimento de confiança entre entrevistadora e entrevistadas, mais facilmente alcançada entre as estudantes, talvez pelo facto de ser estudante também, este pode ter sido um ponto de apoio e um caminho aberto para o diálogo. Ainda assim, anunciar às entrevistadas que já estive algumas vezes em Angola parece ter acelerado o processo de confiabilidade e ter sido a razão, em alguns casos da conversa não findar imediatamente ao *stop* dado no gravador. Às entrevistadas, desde o início, foram explicados os objetivos que me conduziam ali, depois de explicitá-los perguntava se diante do exposto gostariam de continuar a cooperar comigo e após as respostas eu antecipava meu agradecimento. Quanto à utilização do gravador este pode ser um instrumento inibidor; por isso, tomamos o devido cuidado de não enfatizá-lo durante a entrevista,

ou seja, todas as mulheres sabiam que estavam sendo gravadas, mas procurei deixá-las o mais confortável possível quanto à presença desse aparelho entre elas, ao que tudo indica nenhuma havia passado pela experiência de compartilhar sua vida com um /uma estranho/estranha quanto mais tendo informações confidenciais arquivadas; felizmente não tivemos nenhum inconveniente quanto a isso, as entrevistadas se mostraram bastante compreensivas e a condução do exercício, a entrevista em si, desfocou-se dessa ferramenta tão útil e necessária na coleta de informação. O pacto de privacidade foi bem salientado às entrevistadas, a manutenção do sigilo e a ocultação de suas identidades foi garantia dada desde os primeiros minutos do encontro. Durante os encontros esforçamo-nos para manter o equilíbrio consoante ao fluxo de informação, ou seja, por vezes foi necessário reconduzir a entrevistada para o centro das atenções e intenções do trabalho; é comum após um aquecimento, quando a entrevistadora conquista a confiança da entrevistada e a entrevistada recebe a atenção da entrevistadora, que a entrevistada divague por caminhos que se vão distanciando dos objetivos propostos, a recondução é uma tarefa que deve ser feita com muita gentileza e sensibilidade. Outras vezes, ocorrido em menor escala neste trabalho, a entrevistadora precisa alavancar a entrevistada, ajudá-la em certa medida a compreender as questões, se este for o caso, incentivá-la a falar sem oprimi-la, pois isso seria um desastre, mas também pedir para silenciar quando perceber que o assunto causa tristeza, evoca lembranças ruins e que a entrevistada está sofrendo por demais naquele instante, isso seria desumano. Enfim, designo estas questões como os tempos da entrevista ou como na afirmação de Portelli (2010, p.5) “logo, não há técnicas de entrevista, mas éticas na entrevista: respeito, paciência, flexibilidade, paixão autêntica de conhecer os outros e de estar com eles em uma história compartilhada”. Os exemplos mencionados ocorreram durante algumas entrevistas: emoções à flor da pele e mulheres que apenas precisavam de um incentivo para falar, tanto umas quanto outras precisavam naquele momento de uma única coisa: respeito e compreensão. Em geral, as mulheres entrevistadas neste trabalho são dotadas de uma alegria indizível, e apesar de circunstâncias desfavoráveis que por vezes as cercam são amáveis, atenciosas e inteligentes.

5. Jardim Piratininga – SP (um bairro de imigração)

O Jardim Piratininga constituiu um lugar distinto nessa pesquisa, e sem demérito às demais localidades onde realizámos entrevistas, descrevemos e apresentámos através de imagens esta localidade que revela uma expressiva presença de imigrantes africanos na cidade de São Paulo.

Ao chegar no Jardim Piratininga (comunidade onde vivem hoje cerca de 150 famílias de imigrantes³²) mesmo os mais desatentos serão capazes de perceber que o bairro abriga pessoas diferentes, ou seja, advindas de outros países, sobretudo de África. De acordo com dados obtidos junto à prefeitura de São Paulo, pode-se encontrar a população e densidade demográfica (habitante/Km²) do bairro do Cangaíba, um dos Distritos da Prefeitura Regional da Penha, que abrange o bairro do Jardim Piratininga, a saber: população 136.623 habitantes; densidade demográfica 8.539/km². Estima-se que a área do Jardim Piratininga tenha, aproximadamente 20.000 habitantes, divididos em 3.399 família/moradias. As disputas dos pedestres pelas calçadas estreitas comprovam a densidade populacional do bairro que se caracteriza pelo alto grau de vulnerabilidade social. O distrito do Cangaíba no qual está inserido o Jardim Piratininga está presente no mapa de exclusão social (2001) e “é considerado um dos lugares onde a desigualdade e a vulnerabilidade social estão associadas à violência. Esses fatores são decorrentes da ausência de serviços públicos e da oferta de empregos”. (Rubio, 2014.p.47). O bairro desenvolveu-se numa área de várzea com o crescimento dos aglomerados urbanos em condições precárias. Os espaços foram preenchidos pela ocupação informal, com casas autoconstruídas, comércio precário e fluxo inadequado. Surgiu sem nenhuma orientação ou organização espacial “Este espaço configura-se em um ambiente hostil, pouco favorável à constituição de uma área urbanizada” (idem). As favelas existentes no Jardim Piratininga estão enquadradas como ZEIS 1(zonas especiais de interesse social) que são áreas demarcadas no território de uma cidade, para assentamentos habitacionais de

³² <http://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/183141/imigrantes-se-multiplicam-em-favelas-e-ocupacoes-n.htm>



Figura 2 (casas construídas de modo desordenado)



Figura 3 as casas são construídas de acordo com as necessidades sem orientação técnica. São os famosos "puxadinhos" que compõem o cenário habitacional do Jardim Piratininga



Figura 4 casas construídas em becos e vielas- 1



Figura 5 casas construídas em becos e vielas - 2



Figura 6 mulher angolana caminha no bairro com seu bebê



Figura 7 africanos andando pela avenida principal do Jardim Piratininga



Figura 8 cena comum no Jardim Piratininga: mulher africana com vestido típico



Figura 9 mais africanos andando pelo bairro



Figura 10 mulher imigrante com sua banquinha de vendas



Figura 11 túnel de acesso ao bairro



Figura 12 vista da entrada e saída do bairro



Figura 13 no túnel de acesso a passagem é a mesma
para pedestres e automóveis



Figura 14 Loja de móveis usados. Há muitas espalhadas pelo bairro



Figura 15 o bairro é bem movimentado durante todo o dia

CAPÍTULO VI – Apresentação e análise dos dados

1. Caracterização sociodemográfica das entrevistadas

A imigração angolana para o Estado de São Paulo foi a segunda maior em termos numéricos no ano de 2016, isto pode ser explicado pelo colapso económico pelo qual Angola vem passando nos últimos anos. A queda do preço do petróleo no mercado internacional teve forte impacto na economia e num contexto de crise económica as pessoas menos favorecidas social e economicamente são as primeiras a sofrerem as consequências. Muitos veículos de comunicação ao longo dos últimos três anos acompanham e noticiam a situação dramática vivida pelo povo angolano. “Angola vive uma profunda crise financeira, económica e cambial decorrente da forte quebra nas receitas com a exportação de petróleo desde finais de 2014”. (Observador, 26/10/2017). No contexto migratório em pauta interessou-nos conhecer mulheres angolanas vindas para o Brasil por questões de estudo (formação académica, especializações, etc.) e também as que vieram por motivos diversos explicitados anteriormente. A composição etária das mulheres entrevistadas variou entre os 17 e os 43 anos. Para fins de análise convencionamos que as entrevistadas deveriam ter nascido em qualquer uma das dezoito províncias do país, possuir qualquer nível de escolaridade, pertencer a qualquer classe social, ter migrado após o ano de 2002 (ano que marca o fim da guerra civil em Angola) para a cidade de São Paulo. Foram entrevistadas 17 (dezessete) mulheres, contudo, duas entrevistas foram excluídas após verificarmos que o perfil das entrevistadas não coadunava com a proposta. Foram realizadas e validadas 15 entrevistas em profundidade das quais 7 realizadas com estudantes do ensino superior e 8 entre mulheres residentes no bairro Jardim Piratininga /Cangaíba, zona leste de São Paulo. As entrevistas decorreram entre março e novembro de 2017. Sete mulheres têm idade entre os 15 e os 25 anos. Cinco mulheres têm idades compreendidas entre os 25 e os 35 anos e três mulheres entre os 35 e os 45 anos. Dentre as estudantes (que migraram exclusivamente por motivo de estudo), 5 fazem curso de radiologia em nível superior, 1 faz mestrado em Ciências da Religião e 1 bacharelado em Teologia. Entre as entrevistadas residentes no Jardim Piratininga, encontramos: 2 mulheres com curso superior incompleto; 2 que

concluíram curso técnico: contabilidade e eletricidade; 1 concluiu o ensino médio; 1 está cursando último ano do ensino médio no Brasil; 1 estudou até a 7ª classe e 1 até a 9ª classe. As entrevistas com as estudantes decorreram em quatro bairros distintos de São Paulo: Centro (Santa Cecília), Jardim Aracília, Belém e Artur Alvim. Sobre o local de nascimento 10 mulheres nasceram em Luanda, capital de Angola, 2 na província do Uíge, 2 na província de Cabinda e 1 na província de Benguela. Entre o menor e o maior tempo de permanência no Brasil detectámos que a entrevistada que se encontrava há menos tempo estava desde há 6 meses e a que estava há mais tempo, há 6 anos. Em relação ao estado civil das entrevistadas apontamos entre as estudantes: 1 casada (cônjuge está em Angola), 6 solteiras, (1 esta noiva, o noivo reside em Angola). Dentre as mulheres que migraram por questões diversas encontramos: 3 casadas e 5 solteiras. A estudante casada que também é a mais velha (43) mora em São Paulo com dois filhos e uma sobrinha (considerada como filha) que também são estudantes, o apartamento onde moram é alugado, o marido encontra-se em Angola desenvolvendo um trabalho de pesquisa para o doutorado. Uma das entrevistadas mora na residência estudantil da faculdade, 5 moram em casas alugadas que se transformam em repúblicas estudantis chegando a abrigar de 8 a 10 estudantes. Tendo em consideração o compromisso que firmámos com as entrevistadas quanto à confidencialidade, ocultaremos os nomes próprios utilizando nomes fictícios, no entanto, por entender que não haverá nenhum tipo de afetação às entrevistadas mencionaremos sempre que preciso o local (nome do bairro em que a entrevista foi realizada), isto se justifica pelo opção que fizemos em trabalhar com dois grupos: estudantes e não estudantes; no segundo caso, dirigimos o olhar para uma comunidade específica onde vivem centenas de africanos dentre os quais as mulheres angolanas com quais interagimos, refiro-me ao Jardim Piratininga.

As mulheres entrevistadas por ordem cronológica da entrevista foram:

1. Francisca, 43 anos. Estudante (pós graduação). Casada, mãe de três filhos. Natural da Província de Benguela. Reside na região central da cidade de São Paulo com os três filhos que também são estudantes.

2. Débora, 23 anos. Estudante (graduação). Solteira. Natural da Província de Cabinda. Mora com outras estudantes angolanas no bairro Arthur Alvim, zona leste de São Paulo.
3. Maria, 38 anos. Casada. Dona de casa. Natural da Província do Uíge. Mora no Jardim Piratininga com o marido e um filho. Estudou até a 7ª classe. Era comerciante em Angola.
4. Cristina, 17 anos. Estudante (ensino médio). Solteira. Natural de Luanda. Mora no Jardim Piratininga com a família: pai, mãe e três irmãos.
5. Lucinda, 31 anos. Casada. Natural de Luanda. Dona de casa (cabeleireira). Concluiu o ensino médio em Angola. Mora no Jardim Piratininga com marido e três filhos.
6. Janete, 34 anos. Estudante (graduação). Solteira. Natural de Cabinda. Mora na cidade de Arujá.
7. Rosana, 23 anos. Estudante (graduação). Solteira. Natural de Luanda. Mora com outras estudantes angolanas no bairro Arthur Alvim, zona leste de São Paulo.
8. Elisa, 22 anos. Estudante (graduação). Solteira. Natural de Luanda. Mora com outras estudantes angolanas no bairro do Belém, zona leste de São Paulo.
9. Beatriz, 25 anos. Estudante (graduação). Solteira. Natural de Luanda. Mora com outras estudantes angolanas no bairro do Belém, zona leste de São Paulo.
10. Marta, 22 anos. Estudante (graduação). Solteira. Natural de Luanda. Mora com outras estudantes angolanas no bairro do Belém, zona leste de São Paulo.
11. Ruth, 26 anos. Solteira. Natural de Luanda. Ensino superior incompleto. Mora no Jardim Piratininga com dois filhos.

12. Laura, 29 anos. Solteira. Natural de Luanda. Fez curso técnico em contabilidade em Angola. Tem uma filha recém nascida no Brasil. Mora no Jardim Piratininga com sua irmã e dois sobrinhos.
13. Paula, 37 anos. Casada. Natural da Província do Uíge. Estou até a 9ª classe em Angola. Mora no Jardim Piratininga com marido e seis filhos.
14. Mariana, 27 anos. Solteira. Natural de Luanda. Fez curso técnico em eletricidade em Angola. Mora com um filho no Jardim Piratininga.
15. Roberta, 25 anos. Solteira. Natural de Luanda. cursou 1º ano de Matemática em Angola. Mora com a mãe no Jardim Piratininga.

2. Trajetórias de vida

2.1 Infância e as sombras da guerra

De modo geral as entrevistadas relataram que tiveram uma infância tranquila, algumas, no entanto, citam o período de guerra como algo que mexeu com a estrutura do país, bem como com suas vidas, mas sem graves consequências ou traumas. Outras, em especial as mais jovens “conheceram” a guerra através dos relatos feitos pelos pais, avós ou pelas aulas de história na escola. Assim as mulheres compartilharam essa estação de suas vidas:

“Eu vivi uma infância abençoada. Eu era um pouco briguenta (risos). No dia 4 de abril de 2002 foi declarada a paz em Angola. Eu me lembro nesse dia, passou no noticiário quando o Savimbi morreu. Tantos barulhos!!! As pessoas pegavam tampa de panela e batiam: a guerra acabou, a guerra acabou” (Francisca, 43 anos, estudante).

A guerra também foi algo bem presente na vida desta imigrante:

“A vida ‘tava’ mal porque ‘tava’ muita guerra, estávamos a fugir muito. Eu vivenciei a guerra mesmo. Tava a fugir com a panela de feijão na cabeça. A UNITA ‘tava’ atacando pra entrar em Luanda. Eu fugi muito da guerra” (Paula, 37 anos).

Este depoimento foi dado em forma de dramatização, enquanto falava a entrevistada fazia gestos e emitia sons como de armas e bombas, e por um momento pairou a sensação de alívio por ter escapado com vida desse evento.

A estudante Débora, relata os prejuízos educacionais decorrentes do período de guerra:

“Eu cresci morando num lugar em cada tempo. Saindo de casa por conta da guerra. Os meus estudos, os nossos estudos, é... eles avançavam ou regrediam em função da guerra. Se na cidade que a gente estivesse morando tivesse tudo em paz, as crianças estudavam, se fosse momento pra se retirar, os estudos simplesmente paravam e a gente ia pra outro lugar, sempre foi assim”. (Débora, 23 anos, estudante).

Para algumas imigrantes o período de guerra foi período de fuga com a família:

“Eu lembro quando eu era ainda moça, fizeram um aniversário pra mim, fizeram uma surpresa. Houve um tempo em que a gente fugiu. Fugiu no Congo e depois voltámos de novo, por causa da guerra.” (Janete, 34 anos, estudante)

Se para algumas imigrantes a guerra foi sentida bem de perto quer pelos impactos da fuga ou pelos riscos de enfrentá-la, para outras a guerra é um facto histórico:

“É uma questão histórica (a guerra). Não é algo que eu tenha experiência, eu não vivenciei. Minha família sim, fugiu da guerra, mas nunca contaram com detalhes”. (Elisa, 22 anos, estudante).

Para outra estudante, a guerra é conhecida pela transmissão oral feita pelo avô e também pelo que aprendeu na escola:

“O irmão da minha avó faleceu na guerra. O meu avô sempre contava para gente como que era. Além de ser uma história contada na escola, o meu avô fazia questão de nos contar tudo quanto eles passaram na guerra”. (Beatriz, 25 anos, estudante).

Mesmo aquelas que declararam não ter sofrido diretamente os impactos da guerra, afirmaram saber de um parente ainda que distante que foi morto ou mutilado em virtude da guerra:

“A minha tia que hoje está na Bélgica foi queimada dentro do comboio na época da guerra. Ela teve que sair de Angola” (Ruth, 26 anos).

Bobbio (1997) relata que:

O lembrar é uma atividade mental que não exercitamos com frequência por que é desgastante ou embaraçosa. Mas é uma atividade salutar. Na rememoração reencontramos a nós mesmos e a nossa identidade. (Bobbio, 1997 apud Delgado, 2003, p.16).

Ao propor uma breve digressão em sua história a intenção era fazer com que as mulheres tivessem a oportunidade de reviver o tempo anterior, reativar memórias e expor heranças adquiridas ao longo do tempo junto àqueles que são sua ascendência. O risco do desgaste sempre existirá uma vez que falar do passado aciona válvulas de emoções, por outro lado, constitui uma oportunidade ímpar de olhar para dentro de si e saltar para um exercício de percepção ou reconstrução da própria identidade, o que em contexto migratório é inevitável. Partilhar alegrias e dores certamente faz parte dos anseios de qualquer imigrado, encontrar alguém disposto a ouvir suas histórias desempenhando a prática da alteridade contribui para o alento e potencializa as marcas e valores trazidos da terra natal. Mesmo falando de dificuldades algumas mulheres deixaram transparecer a viagem mental que fizeram e a emoção de “voltar à casa”.

2.2 A importância da família na hora de imigrar

Seja em África ou em qualquer lugar do mundo definir o que é família é uma tarefa íngreme, porque a família é uma instituição complexa e é impossível descrevê-la sem cair nas armadilhas das generalizações e reducionismo. No entanto, é possível dizer que falar de família é evocar um conjunto de valores que dota os indivíduos de uma identidade e a vida de um sentido (Fonseca, 2002, p.5). À família se referem qualidades e ideais relacionados ao refúgio seguro para onde se volta depois das batalhas do quotidiano, lugar de paz, amor e harmonia entre as pessoas, onde reina a camaradagem, a fraternidade (Macedo, 1994, p.63). Para além do conceito mais simples de família formada por marido, esposa e filhos é muito comum chegar a Angola e deparar com casas cheias de “família”, pessoas que vivem sob o mesmo teto, todavia têm entre si grau de parentesco diverso: avós, tios, primos e primas, irmãos e irmãs, que por sua vez podem ter filhos ou outros

parentes próximos, além dos agregados. Em Angola parece existir uma regra de que sempre é possível acolher mais um. Em comum, as mulheres entrevistadas demonstraram em menor ou maior grau total respeito, amor e valorização, tanto pela família que deixaram em Angola quanto pela que as acompanha no Brasil, no caso daquelas que as têm perto. A começar pelas estudantes, os discursos são reveladores da importância que as suas famílias exercem na trajetória de suas vidas. Os depoimentos são carregados de emoção, saudade e em muitos casos esperança de um breve reencontro. A estudante Francisca, 43 anos, relata que:

“Eu tenho um filho de 27 anos, ele está em Angola, ele nunca veio ao Brasil, ele trabalha lá, uma menina que tem 25 anos e um rapaz que tem 18 anos, a outra minha filha é filha da minha irmã mais nova que faleceu; e eu tomei pra criar, sempre considerada minha filha. Os três estão aqui no Brasil, as duas vieram antes, uma fez enfermagem a outra fez pedagogia no Mackenzie, já terminou, está fazendo pós graduação e o meu filho está fazendo enfermagem também. Vir aqui morar todo mundo foi um desafio”.

Francisca é a mais velha das estudantes, é uma mulher experiente, que faz questão de manter a unidade familiar aqui no Brasil. A sobrinha que ela tem como filha, revela um aspecto particular e muito forte em Angola, a questão da autoridade que os tios exercem sobre seus sobrinhos. Na verdade, isso acontece porque esses entes são responsáveis pela criação das crianças junto aos seus pais e na ausência destes tornam-se seus responsáveis diretos. A fala da estudante Beatriz reforça a ideia da participação ativa dos tios na vida dos sobrinhos:

“Minha tia que na verdade me criou. É minha tia, mas como a gente lá não chama de tia chama de mãe a irmã da mãe, então eu considero ela como minha mãe. Em Angola, a gente não chama a irmã da nossa mãe de tia, a gente chama de mãe. A gente chama de tia a irmã do pai”. Na verdade ficaram um pouco tristes com minha vinda, mas ao mesmo tempo felizes porque é um sonho (...) mas a saudade sempre bate, né? Eu sempre falo com eles no what’sup, facebook ou ligação normal. Sempre mandam mensagem perguntando se eu comi, se fui pra faculdade, se está faltando alguma coisa. Mesmo de longe eu sinto aquela força, aquela proteção”. (Beatriz, 25 anos, estudante).

O relato das estudantes sobre suas famílias evidenciou o quanto o apoio não apenas financeiro, mas moral de suas famílias conduziram-nas para esse universo

desafiador de imigrar para o Brasil na condição de estudante. A fala da estudante Débora confirma esta percepção:

“Os meus pais sempre me apoiaram em tudo e ainda mais quando é no campo espiritual e acadêmico. Eles fizeram tudo pra eu conseguir, né?” “Quando eu vim eu me lembro que no aeroporto, o meu pai chorou, ele ficou chorando, ficou assim a se esconder, sabe?” (Débora, estudante, 23 anos).

O apoio da família de Janete também fez toda diferença em sua vida:

“Graças a Deus disseram assim: ‘mana, vai e nós vamos te sustentar, principalmente nas nossas orações. Com o bocado que temos vamos te sustentando’. “E eu tenho visto isso. Eles perguntam: ‘como é que você tá? Como vai a escola?’ “Eu até falei com meu irmão ultimamente, ele me disse: ‘mana, falta pouco, a gente tá torcendo por você (risos), falta pouco, falta pouco’. (Janete, 34 anos, estudante).

As famílias das estudantes têm alto significado em suas vidas, na verdade funcionam como uma espécie de motor que as impulsiona para frente, com comunicações constantes através das redes sociais vão ajudando suas filhas a prosseguir. As enunciações das entrevistadas revelam princípios norteadores da cultura familiar. Um desses princípios é o “ubuntu”, ou seja, “tu és porque nós somos”; de ambos os lados esse princípio pode ser aplicado. Se por um lado as famílias se esforçam para enviar suas filhas para estudar fora, em geral a responsabilidade por um jovem que sai do seio familiar em busca de uma vida melhor é responsabilidade de todos: pais, irmãos, tios. Por outro lado, cabe às estudantes que são enviadas para estudar retribuir e isso em geral é feito através de um bom desempenho acadêmico e a promessa de retornar ao país e contribuir com seu desenvolvimento, bem como o progresso da própria família. Como mencionado, há uma promessa, isso não significa que a promessa será concretizada, ainda porque diante da situação do país de origem e as oportunidades que às vezes acabam encontrando no Brasil para prosseguir com os estudos, muitos estudantes decidem estender sua permanência e hoje sabemos que muitos que vieram apenas para estudar, ficaram de modo definitivo. Outro elemento que regula a cultura familiar é o elemento guarida: as estudantes fazem inúmeras menções ao cuidado proveniente de suas famílias, aplicáveis aos campos psicológico: as palavras de incentivo, de ânimo; espiritual: a certeza das orações

constantes e também material por intermédio da ajuda financeira que recebem. Um provérbio gikuyo³⁴ resume o sentimento de guarida: *quando a criança nasce, já não se pode abandoná-la*. Dessa forma as estudantes angolanas, apesar de estarem a alguns milhares de quilómetros distantes de casa, não se sentem abandonadas. O mesmo já não se pode afirmar em relação às imigrantes que vieram para o Brasil por outras razões que não o estudo, pois embora se possa encontrar afirmações sobre a grande dimensão das suas famílias:

“-Minha família é grande. Somos sete. Meu irmão mais velho é doutor. Ele trabalha nos Médicos sem Fronteiras, outro é professor, outro tem a empresa dele”. (Maria, 38 anos).

A relação dessas mulheres com a família soa diferente:

P- Quando você falou que viria para o Brasil, qual foi a reação da sua família?

“-Falaram que não, porque tinham muitos crimes que passavam na televisão. Eu disse que Deus ia me proteger, que meu noivo estava lá, que eu precisava ir, então falaram: ‘ah, tá bom’. Minhas irmãs disseram que eu ia ficar com medo, mais eu não fiquei”. (Maria, 38 anos).

Para esta imigrante a tomada de decisão foi um assunto particular, ou seja, o argumento das irmãs sobre os perigos que a imigração para o Brasil representava não foi suficiente para impedi-la de partir. A fala desta entrevistada, um pouco truncada, talvez reflita o pouco uso da língua portuguesa. Ela é natural do Uíge, província fronteiriça com a República Democrática do Congo, cresceu falando lingala.

Diferentemente das estudantes que imigraram, com propósitos bem definidos com aprovação familiar e demonstrando total envolvimento de suas famílias com seus projetos migratórios, as mulheres que chegaram a São Paulo e instalaram-se no bairro Jardim Piratininga apresentam histórias distintas de seu relacionamento familiar. Três delas fazem menção direta a perdas que afetaram suas vidas, Ruth é uma delas:

³⁴ Gikuyo é uma localidade populosa e está localizada em kayanza, Burundi.

“Quando a minha mãe morreu em 2013, eu fiquei sem chão. O meu pai só me apoiou, disse filha vai, se você vê que lá (Brasil) vai dar certo pra você. Eu tive totalmente o apoio do meu pai. A minha família é pequena. A minha avó só teve a minha mãe; a minha mãe também é filha única. A minha mãe só tem irmãos na parte de pai. Eu não tenho assim tios diretos”. (Ruth, 26 anos).

Laura, 29 anos, também tem um histórico de perda:

“Quando a minha mãe morreu, minha avó veio nos buscar. Doeu mesmo perder meu pai e minha mãe”.

E ainda Roberta, 25 anos:

“Sem pai, sem mãe foi um pouco complicado pra mim, porque viver na casa de outra pessoa é diferente”.

Estas três entrevistadas são ainda muito jovens, mas carregam consigo marcas de sofrimento causadas por certa ruptura familiar, ou seja, a desestabilização com a perda de um ou dos dois genitores e possivelmente a falta de amparo por outros parentes. O caso de Mariana 27 anos foi uma fuga:

“Eu sou a única filha da minha mãe. Quem me criou foi o meu padrasto. Minha mãe não sabia que eu cheguei aqui, eu fugi. (...) Quando vim para o Brasil minha mãe sentiu muito, né? Mas aconteceu, eu pedi desculpa. Ela me disse: ‘tá bom, boa sorte pra você’. Ela sempre liga pra mim”.

Paula, 37 anos, não fugiu no sentido literal da palavra, mas ao sair de Angola não avisou ninguém, uma forma inusitada de partir:

“Você falar que tá mudando ou saindo? Não, não pode. Eles ficam tristes, não ficam bem. Porque tem lá (Angola) minha mãe, meus irmãos. Não teve despedida (risos). Ficámos com medo do coração deles ficar apertado: vão pensar muito, por que ela foi e nós ficámos”.

A família, nesse caso, não teve participação nenhuma nessa decisão de imigrar. Uma maneira muito curiosa de despedir-se do país, não há possibilidade de saber se a atitude denota realmente uma ação cujo objetivo era a preservação emocional dos membros da família que ficariam em Angola ou se há fatores implícitos para a não comunicação.

Cristina, 17 anos, apesar de ser estudante não compõe o grupo exclusivo das estudantes que vieram com esta finalidade; ela veio para o Brasil junto com a família:

“Hoje eu tô muito bem. Aqui tenho a minha família, que é o mais importante pra mim. Tenho formado amizades. E acho que o mais importante é isso. Que eu estou bem a cada dia que passa.” (Cristina, 17 anos)

Diferentemente das estudantes, as mulheres que imigraram por motivos que não o estudo apresentam aspectos diferenciados de lidar com o assunto família. Em primeiro lugar excetuando-se duas mulheres Maria e Paula que têm respectivamente 38 e 37 anos de idade, casadas e que vivem com marido e filhos, as demais podem ser consideradas jovens, suas idades variam entre 17 e 29 anos. Às famílias são atribuídos valores como cuidado, confiança, estabilidade, no entanto, as mulheres do segundo grupo não conseguem expressá-los como no primeiro, denotando diferenças que podem ter sido ocasionadas por experiências de vida mais duras, de dor e perda: orfandade, conflitos familiares e busca por independência. Apenas Ruth faz referência ao apoio recebido para migrar, contudo, não se sabe se o apoio foi somente consensual ou também econômico. Paula e Mariana saíram de Angola sem comunicar à família: uma justifica o ato pelo desejo de poupar a família pela tristeza da separação, a outra fugiu e só revelou à mãe quando já estava em solo brasileiro. Laura, Ruth e Roberta acentuam em suas falas a questão da orfandade configurando um fator de transtorno em suas vidas. Uma das entrevistadas, Lucinda não encontrou palavras para falar sobre sua família, permanecendo em silêncio por alguns segundos. Em relação a indivíduos e família envolvidos em processos de deslocamento, Dantas, Ueno, Leifert & Suguiur (2010), afirmam que:

Ao fazer um deslocamento o indivíduo se vê diante de uma revisão em relação à sua condição de maturidade em relação a seu grupo familiar. Portanto é nesta dança de proximidade e afastamento que o indivíduo desenvolve sua identidade e constrói o seu caminho (Dantas, Ueno, Leifert & Suguiur, 2010, p.53).

A migração das mulheres estudantes apresenta-se mais estável no quesito laço familiar. As migrações ocorrem em clima de concordância e assistência. Nos demais casos observa-se que as mulheres partem mais “independentes”, não

porque queiram fazê-lo, mas porque o laço familiar pode apresentar rupturas ou simplesmente nem mais existir.

2.3 Condições socioeconómicas antecedentes à partida

Tentando perceber os motivos que estiveram na origem da migração, procurámos perceber como é que as entrevistadas viviam antes de imigrar em termos socioeconómicos. Quanto às condições socioeconómicas de origem, observa-se uma linearidade, ou seja, as imigrantes são de origem pobre. Nas narrativas das entrevistadas encontramos material suficiente para comprovar que apesar de não pertencerem à categoria de pobreza extrema que segundo Lúcio (2007, p.82) é caracterizada por famílias que não conseguem o básico para sobreviver. A pobreza relativa geralmente tem a ver com nível de rendimento gerado pelas famílias que está abaixo daquilo que se entende como média necessária para a sobrevivência comparada com as medias nacionais, regionais e mundiais. A pobreza relaciona-se com uma “dimensão económica”, onde o poder aquisitivo não satisfaz os anseios das pessoas, ou seja, os seus rendimentos não lhes dão capacidades de aquisição com o fim de satisfazer as necessidades, tendo aqui presente a ideia de exclusão social (Lúcio, 2007, p.83). Nos depoimentos colhidos não detectámos nenhum caso declarado de pobreza extrema por parte das entrevistadas, por outro lado, as mulheres fazem menção a algum tipo de dificuldade económica que viviam em Angola ou ainda do esforço no caso de algumas estudantes que a família fez para enviá-las ao Brasil. A tabela a seguir elucida a condição escolar e socioeconómica dos progenitores das entrevistadas traçando assim um perfil das condições precedentes das migrantes.

Tabela 1

Perfil socioeconômico dos/as progenitores/as das entrevistadas

NOME	ESCOLARIDADE DO PAI	ESCOLARIDADE DA MÃE	PROFISSÃO DO PAI	PROFISSÃO DA MÃE
Francisca	Nenhuma	Ensino Médio Completo	Operário	Doméstica. Enfermeira
Débora	Ensino Superior	Ensino Médio	Engenheiro Mecânico	Doméstica. Enfermeira
Janete	Ensino Médio	Ensino Fundamental	Pedreiro	Enfermeira
Rosana	Não Declarada	Não Declarada	Motorista	Vendedora
Elisa	4ª Classe	4ª Classe	Empresário	Vendedora
Beatriz	Ensino Médio	Ensino Médio	Camponês	Vendedora
Marta	Ensino Médio	Ensino Médio	Pastor	Pastora
Maria	Não Declarada	Não Declarada	Costureiro	Vendedora
Cristina	Ensino Médio	Ensino Médio Incompleto	_____	_____
Lucinda	Não Declarada	Não Declarada	Motorista	Enfermeira
Ruth	Não Declarada	Não Declarada	Eletricista	Costureira
Laura	Não Declarada	Não Declarada	Comerciante	Comerciante
Paula	Não Declarada	Não Declarada	Agricultor	Agricultora
Mariana	Não Declarada	Não Declarada	_____	Vendedora
Roberta	Não Declarada	Nenhuma	_____	Comerciante

As informações constantes na tabela atestam que a escolaridade dos pais das mulheres entrevistadas é, em geral, reduzida. Embora o questionamento sobre a escolaridade dos pais tenha sido dirigido a todas as imigrantes, algumas não souberam responder, alegando serem órfãs desde pequenas, portanto, não dispunham desta informação. Entretanto, foram capazes de dizer o que os pais faziam profissionalmente, e a inferir pelas informações reveladas alguns dos pais e mães são ou foram pessoas que não tiveram acesso ao ensino superior. As estudantes, porém, dispuseram mais referências do que as demais. Sobre a questão da educação em Angola gostaria de num parêntese ressaltar que a educação formal durante séculos, restringiu-se aos interesses do colonizador sendo direcionada a grupos específicos que atendessem diretamente aos interesses da coroa, de sorte que a grande maioria da população angolana viveu no obscurantismo do analfabetismo durante o período de colonização. Após a independência que se deu em novembro de 1975, a situação permaneceu muito difícil e isso porque o longo período colonial produziu a falta de uma intelectualidade nacional, ou seja, falta de capital humano apto para promover uma educação

diversificada e universal, que abrangesse toda a população angolana (Neto, 2005, p.162). A inferir pela idade das mulheres entrevistadas, entre os 17 e os 43 anos de idade, estima-se que seus pais e mães compõem uma geração que viveu durante o período crítico das lutas por libertação e no caso das mais jovens, os pais sofreram os danos por ocasião da guerra civil. A consequência imediata disso pode ter refletido diretamente na educação ou na falta dela, de modo sistemático para os cidadãos que viveram durante esses anos. Ainda como reflexo da guerra, Angola pode ser considerado o país da informalidade do trabalho. Isso se confirma no enunciado de Lopes (2014):

A economia informal em Angola integra uma vasta gama de atividades que atravessam praticamente todos os sectores, com extensas e diversificadas áreas de intersecção com a economia formal e com a economia ilegal. Setorialmente, o comércio, retalhista, semi-grossista e grossista, é a atividade informal dominante; Outros segmentos importantes: transporte de passageiros e de mercadorias, a produção artesanal de bebidas alcoólicas e de bens alimentares confeccionados, a prestação serviços (entre os quais, o trabalho doméstico/ao domicílio), a agricultura e a pesca bem como o segmento financeiro informal que se faz sentir através do comércio ilegal de divisas e das associações de rotação de poupanças. (Lopes, 2014, p. 68).

Um dado que chama atenção na tabela 1 diz respeito às profissões das mães. Nota-se que a atividade “vendedora” e aqui se acrescenta comerciante é a mais indicada. Apesar dos mecanismos que buscam regular o mercado interno, fomentar a economia e gerar empregos, as baixas condições de vida, a diminuição dos rendimentos das famílias faz com que os cidadãos procurem alternativas de sobrevivência no setor informal. De acordo com o diagnóstico de gênero de Angola elaborado pelo PAANE II, 2015:

A face mais visível do mercado de trabalho informal é o setor comercial retalhista. Este setor é composto por vendedores pobres em situação de luta pela sobrevivência. Os seus atores têm pouca capacidade de poupança e investimento, e baixo ou nenhum nível de escolaridade. No mercado informal, de forma geral, homens e mulheres empreendem atividades diferenciadas, de tal forma que prolongam a divisão sexual do ambiente doméstico. As atividades exercidas pelas mulheres neste setor não exigem qualificações e são de baixo investimento. Consequentemente são aquelas ⁴⁴que proporcionam os mais baixos rendimentos.

A descrição feita pelas entrevistadas no tocante à escolaridade e trabalho de seus pais as dispõe num *status* social de origem modesta, em que os pais e mães têm pouca escolaridade e não ocupam posição de relevância econômica.

3. Integração na sociedade brasileira de São Paulo

3.1 Expressões culturais: a identificação com a cultura angolana no dia-a-dia (comer, vestir e falar)

Os angolanos têm um jeito particular de demonstrar o orgulho que sentem por sua nação. A ideia de contribuir para o crescimento de seu país é recorrente no discurso de estudantes que saem de Angola em busca de formação acadêmica de boa qualidade que ainda não é fornecida no país de origem. Não obstante, os que migram por outros motivos trazem consigo as marcas de uma nacionalidade que se pretende única:

Interessante é ver a maneira simultânea (ou preferível a uma opção) como os angolanos mostram o afecto perante o seu Estado/Angola (pátria) e as suas 'nações identitárias' (étnicas), e isso servirá de amostra para compreender as diferentes noções de nacionalidade. Parece que o Estado angolano consolida a cidadania no aglomerado cultural, ao passo que os angolanos que consultamos, manifestam (na sua maioria) suas identidades individuais a partir do espaço ou herança sociocultural (Cipriano, 2015. p.142).

Esta postura de defesa pela pertença identitária angolana é tomada pela entrevistada que defende:

“Eu nasci em Cabinda (...) o povo cabindiano guarda, cuida da sua cultura (é um povo que se preserva muito (...))eu vou me acostumar com a cultura daqui porque estou aqui e convivo com as pessoas daqui né, eu vou ganhando hábito mas tenho que preservar aquilo que é meu de raiz que é a minha cultura que é aquilo que é, como é que eu posso falar? Aquilo que é a raiz né, comportamento, linguagem” (Débora, 23 anos, estudante).

Para esta estudante estar num ambiente diferente do originário implica o exercício de habituar-se ao meio como factor de sobrevivência, contudo o uso do possessivo *meu, minha* carrega a ideia de pertencimento, estar momentaneamente ausente do seu lugar não invalida sua pertença. Outra entrevistada demonstra o quanto a questão da preservação e perpetuação da identidade é um valor absoluto:

“Eu sou Muoio. Lá em Cabinda quando alguém falar, você vai perceber, essa é muoio. Essa aqui é da aldeia, você vai perceber. Esses dias eu estava falando “fiote” com meu irmão, e ele me disse: “Mana, você tá a falar a nossa língua?”

(Risos). Eu disse: sim. Eu não posso abrir mão, né? É a nossa cultura. Eu posso esquecer outras coisas, né? Mas isso eu não vou esquecer, tenho que guardar, preservar para dar aos meus filhos” (Janete, 34 anos, estudante).

Também a entrevistada Francisca, 43 anos, estudante, oriunda de Benguela salienta que:

“Eu sou natural de Benguela que é uma província centro sul de Angola, mas eu me identifico mais sendo natural de Lubango porque é a província na qual eu passei a maior parte da minha vida”.

No caso desta entrevistada vemos o factor tempo contribuindo para a construção de sua identificação com o local de acolhimento, o passar do tempo deixou o território de nascimento como registro documental. Observamos que entre a primeira, a segunda e terceira entrevistadas há uma diferença de 10 e de 20 anos respectivamente, dessa forma o depoimento da jovem Débora (23 anos, estudante) ratifica que a preservação da identidade cultural é algo que se mantém em Angola. Entretanto, quando saímos das províncias e adentramos a capital Luanda verificamos que o entusiasmo em falar de suas origens se torna minguado, parece que não há o que se dizer:

“Mas eu também posso falar que o Brasil é um pouquinho idêntico a Angola, um pouquinho idêntico. No vestuário, no comportamento, e tal. Acho que não têm muitas diferenças” (Cristina, 17 anos, de Luanda).

Esta é a entrevistada mais jovem, em sua entrevista declarou nunca ter saído de Luanda, ou seja, sua referência de país, de comportamento cultural está circunscrito à capital; nota-se certa limitação em sua abordagem, as expressões “pouquinho idêntico” e “acho” comprovam isso. Na mesma direção Elisa, 22 anos, estudante, natural de Luanda afirma que:

“mas é que como agora o mundo está a mudar então existe essa ligação entre Angola e Brasil angolano copia muito brasileiro”.

Ao que parece para essas jovens luandenses “até certo ponto os espaços sociais angolanos confinam-se em Luanda, e circula a ideia de que esta cidade-capital seria um resumo geográfico social de Angola” (Cipriano, 2015, p.146).

Miranda (2000, p.83) afirma que “identidade cultural” é a soma dos significados que estruturam a vida de um indivíduo ou de um povo”. Assim sendo, as mulheres imigrantes trazem consigo marcas bem definidas dessa identidade e não se intimidam em revelar aspectos singulares de sua cultura. Indagadas sobre algo que apreciassem em sua cultura de origem algumas mulheres não demoraram em mencionar as saudades que sentem da gastronomia, da música e roupas típicas do seu país. Francisca, 43 anos, estudante, refere que:

“Conforme os dias passavam a gente pensava que ia melhorar, mas não melhorava não. Porque conforme os dias iam passando a gente sentia a necessidade das nossas coisas, do nosso lugar, do nosso cheiro, da nossa cultura, da nossa comida. Começamos a andar feito doidos nos lugares procurando as coisas. É terrível, você vai num lugar: eu quero, eu quero, eu quero kizaca, kizaca, kizaca³⁵, aonde tem kizaca, meu Deus?” A sensação dessa imigrante é de total desapossamento, ou seja, não existe mais o nosso/nossa: lugar, cheiro, comida, cultura, mas o lugar, cheiro, comida e cultural deles.

Outra estudante defende a exclusividade da comida angolana:

“a comida angolana é única”(risos) (Elisa, 22 anos, estudante).

P- Qual a comida que você gosta de comer?

“Fumbua” ³⁶

A gastronomia é um ponto de identificação cultural, a ausência de um alimento típico da terra de origem reflete a situação de imigração:

³⁵ Kizaca: é o nome pelo qual é conhecido um prato típico da gastronomia angolana, feito com folhas de um pequeno arbusto com raízes comestíveis chamada mandioca.

³⁶ Fumbuá, prato típico africano consiste um creme de amendoim com camarão seco, acompanhado de mandioca cozida e frango frito.

“É difícil ver alguma comida de Angola aqui no Brasil.”. Às vezes me dá vontade de comer alguma comida de lá, e pode até ter alguém aqui que faz, mas tipo, não têm todas. Couve com muamba. “É tipo um amendoim moído”. (Cristina, 17 anos imigrou com a família).

Na mesma direção de Cristina, Roberta, 25 anos, estudante, diz que:

“alguns tipos de comida, peixe aqui no Brasil tem, mas não é igual de Angola”.

Mais uma vez observamos a noção de originalidade dos alimentos, ou seja, há comidas tipicamente angolanas, portanto, não encontradas nem consumidas no Brasil. Para além da gastronomia algumas angolanas salientaram o vestuário como elemento de sua identidade cultural. No depoimento a seguir constatamos a importância desse aspecto cultural:

*“ o que eu mais aprecio além da nossa própria comida, é o vestuário(...) Cabinda é uma província em que todas as segundas-feiras e todas as sextas-feiras todas as meninas e os rapazes são obrigados a ir *trajados na escola. E eu crescendo nessa altura me acostumei e amo estar trajada. Eu aprendi amarrar pano, porque hoje em Angola né, principalmente as meninas lá de Luanda são poucas as que sabem amarrar pano. Outra coisa que procuro preservar lá no nosso país são nossas músicas” (Débora, 23 anos, estudante).*

*Ir trajado para escola significa vestir-se com as roupas típicas africanas: panos coloridos, estampados. Nesse relato observamos uma crítica velada às meninas de Luanda que não sabem amarrar o pano, revelando-se ignorantes quanto a este aspecto tão importante da cultura angolana que é preservado por muitas mulheres, sobre isso outra estudante afirma:

“Eu gosto, por exemplo, da nossa roupa. Nossa!!! Nossa roupa, a roupa africana, eu gosto muito.” (Janete, 34, estudante) Diante da admiração a estudante foi questionada:

P- O que representa esse traje pra você?

R- *“Ah, esse traje representa alegria, representa a nossa cultura, né? A nossa identidade, entendeu? Por exemplo, usar a nossa roupa, diretamente significa que é africana”*. (Janete, 34 anos, estudante).

Com o mesmo raciocínio de Janete captamos na fala de outra entrevistada a satisfação de ser “diferente”, ou seja, para as estudantes os panos africanos as tornam exclusivas diante de outras culturas:

“Roupas africanas nos torna pessoas diferentes”. A forma de vestir nossos panos. Não assim diferente. Diferente, entre aspas, é algo muito lindo. Eu amo. “Isso surgiu desde os nossos antepassados; então a gente deve mostrar nossa origem e não esconder dela” (Beatriz, 25 anos, estudante).

Ao mencionar os seus antepassados a estudante revela a face tradicional da cultura arraigada em si e sem temor de demonstrá-la. Um facto que se vai afigurando entre as imigrantes é o orgulho de serem portadoras de uma cultura única, dividida na verdade com mulheres do continente africano, mas com a certeza de que são singulares dentro da diversidade porque como se lerá a seguir “o pano tem vida” e a interpretação da vida em Angola é diferente da interpretação de qualquer outro país de África. Outra entrevistada fez referência ao vestuário:

“Nossas mães nos mostraram estávamos pequenas, né? Usar o pano é orgulho na nossa cultura, né?” (Paula, 37 anos).

Uma menção ao pano africano diz que:

O pano então constitui uma presença, que atenua a dor da separação, um sinal de presença e de proximidade. Em suma, o pano é um excelente meio de comunicação e um código através do qual se ensina e se aprende, embora a comunicação que proporciona seja indireta e muda. Os motivos estampados que ultrapassam a simples ornamentação, podem também construir provérbios. Logo, para a pessoa que o saiba interpretar, o pano tem vida (Austral, 2011).

Das imagens mais fascinantes e enigmáticas, o colorido dos panos africanos têm estimulado olhares curiosos nos bairros de São Paulo, isso porque são milhares os africanos que vivem nessa metrópole oriundos de muitos países africanos e exibem com orgulho suas roupas tipicamente coloridas. Numa caminhada pelas ruas do Jardim Piratininga, local onde entrevistamos 8 das 15

mulheres, é possível sentir que os moradores locais/nacionais estão familiarizados com o cenário multicolorido, isso porque na dinamicidade do dia a dia as pessoas se misturam por ali, o vai e vem parece não dispor de tempo para contemplação do diferente ou porque este diferente não seja mais tão diferente assim. As mulheres angolanas reproduzem entre si os espaços, sentimentos e peculiaridades de sua terra de origem através de suas vestes, língua e gastronomia e delas não abrem mão. As angolanas estudantes não se vestem diária e totalmente com roupas típicas, mas quase sempre estão com algum adereço desta vestimenta, como um lenço amarrado a cabeça, por exemplo. O traje total é indumentária para reuniões religiosas e encontros entre africanos. Entre as mulheres não estudantes, usar a roupa típica diariamente também não é regra, no entanto, é mais comum entre elas, sobretudo entre as mais velhas. As imigrantes do Jardim Piratininga moram em casas pequenas que às vezes se transformam em verdadeiros guetos, lugar de encontro para dividir o funge e falar lingala com a família ou com algumas compatriotas. Entre as estudantes as reuniões acontecem com mais frequência aos fins de semana e feriados; entre as mulheres não estudantes não existe esse rigor, ou seja, elas se reúnem durante a semana mesmo, sempre que possível. A referência feita à comida como instrumento de cultura faz concordar que:

comer é mais que ingerir um alimento, significa também as relações pessoais, sociais e culturais que estão envolvidas naquele ato. A cultura alimentar está diretamente ligada com manifestação desta pessoa na sociedade (Leonardo, 2009, p.2).

Os angolanos gostam de comer em grupo, as famílias angolanas em geral são grandes, daí o momento da refeição ser uma oportunidade de festejar, relacionar, comunicar. No caso específico das mulheres entrevistadas consideramos as dificuldades e a falta de recursos econômicos como fatores que têm condicionado o acesso à comida como subsistência. Nessa perspectiva as imigrantes vão se virando como podem para ter pelo menos o funge que é uma de suas comidas mais tradicionais e baratas e na medida do possível não deixam faltar o peixe, um dos alimentos mais consumidos em Angola e que buscam consumir também no Brasil. A entrevistada Marta, 22 anos, estudante trouxe como aspecto positivo da cultura angolana a alegria do seu povo. Mas nem todas partilham da mesma perspectiva sobre a valorização de aspetos culturais angolanos. Maria, 38

anos mencionou de forma brevíssima a questão da comida como marca da cultura. As entrevistadas Rosana, Ruth e Laura não citaram música, comida e roupas como indicativos de algo que apreciassem em sua cultura. E há uma entrevistada Mariana, 27 anos, estudante, que refere não haver nada que aprecie na cultura angolana. O “não” de sua resposta foi seguido por alguns segundos de total silêncio. De modo geral percebe-se que as estudantes falaram com mais propriedade sobre sua identidade cultural, apresentaram melhores subsídios para esta temática, enquanto entre as mulheres não estudantes verificou-se certa limitação para tratar o assunto.

Uma das características mais acentuadas das “culturas angolanas” é a sua multiplicidade linguística. “A língua é um fator de cultura, é uma forma de inserção e de manutenção da cultura. A sua função é expressar a cultura para permitir a comunicação social (Junior, 1955, p.54). Para além da língua portuguesa, entre as mulheres entrevistadas detectamos que:

Francisca, 43 anos estudante, fala umbundo, kikongo, tchokwe e ganguela. Débora, 23 anos, estudante fala lingala e embora não tenha fluência afirma compreender bem a língua kikongo originária da tribo dos seus pais. A entrevistada Janete, 34 anos, estudante, fala com fluência francês, lingala e fiote. Rosana, 23 anos, estudante fala lingala e compreende a língua materna dos pais, o kikongo. Lingala e kikongo são as línguas de domínio de Beatriz, 25 anos, estudante; Marta, 22 anos, estudante fala lingala e compreende kikongo; Maria 38 anos compreende a língua francesa e é fluente em lingala e kikongo; Cristina, 17 anos fala apenas o português; Lucinda, 31 anos fala francês e lingala; Ruth, 26 anos é fluente em francês, lingala e kikongo, e compreende muito bem a língua inglesa; Laura, 29 anos fala francês, lingala e kikongo; Paula, 37 anos é fluente em francês e kikongo; Mariana, 27 anos fala francês, inglês, lingala e kikongo; por fim Roberta, 25 anos fala francês e lingala. Apenas uma entrevistada, a mais jovem, fala apenas o português, e duas falam cinco línguas Francisca e Mariana. 10 das 15 mulheres entrevistadas falam lingala, que apesar de não ser uma língua oficial de Angola, é falada por muitos angolanos em virtude da proximidade com a República Democrática do Congo país onde o lingala é o idioma materno e que faz fronteira

com Angola. Em virtude do número de falantes de Lingala oriundos do Congo que têm chegado à cidade de São Paulo, o Centro de Referência e Atendimentos para Imigrantes de São Paulo (CRAI) realiza atendimentos nessa língua. Ainda sobre a questão lingüística das entrevistadas perguntamos a uma jovem:

P: “Quando os seus pais falam nas línguas locais você entende”?

R: *“Não entendo. Só falo português mesmo. É difícil falar outra língua em Luanda (...) Porque a língua oficial já é o português(...) Uma coisa que não me agrada muito é ter de aprender as línguas locais”* (Cristina, 17 anos, imigrou junto com a família).

A resposta dada por Cristina configura uma exceção quanto ao conhecimento de línguas. O plurilinguismo dos africanos por vezes causa admiração na sociedade brasileira que expressa em sua cultura linguística o monolinguismo, apesar de o Brasil ser o quinto país de maior diversidade linguística do mundo por causa das línguas indígenas (minoritárias) faladas em território nacional (Bagno, 2009, p.10).O que pode gerar, por exemplo, situações vivencias por (Débora, 23 anos, estudante) ao perguntar para um rapaz brasileiro onde ficava a rua X, obteve como resposta: *“não “tô” entendendo seu inglês”*, apesar de obviamente Débora ter falado em português. Refere esta entrevistada : *“não sei porquê a maioria dos brasileiros ‘pensam’ que quando é um africano não ‘falam’ português”*. Outro episódio ocorreu com a mesma entrevistada desta feita dentro do metrô. Algumas jovens passageiras sem suspeitar que Débora era angolana e por isso falante da língua portuguesa, não se intimidaram ao bradar em alta voz:

“Nossa, gente estranha. Veio da África. Nossa tá me arrepiando ficar ao lado dela, hein? Nossa, que nojo”.

Para além de uma questão de descredenciamento linguístico por parte das jovens brasileiras o que ocorre nessa cena é um ato de racismo, sobre isso falaremos mais adiante. Não são poucas às vezes em que cidadãos brasileiros justificam seu distanciamento dos imigrantes africanos por não ‘compreender’ sua língua, ou seja, africanos e africanas oriundos dos PALOP são enquadrados aos

grupos que chegam de países de língua francesa como Mali, Senegal, Congo, Costa do Marfim ou de língua inglesa, caso dos imigrantes que vêm da Nigéria. As imigrantes angolanas utilizam-se das línguas maternas de Angola e/ou do lingala que exerce a função de língua franca em boa parte do país com destaque para a região norte quando querem tratar de assuntos particulares. Durante a entrevista com Maria, 38 anos uma vizinha chega ao portão e inicia um diálogo (do lado de fora mesmo) em lingala, tudo muito rápido; em seguida ela compartilha o assunto com a entrevistadora: *“Ela queria cebola, eu falei que não tenho, disse que fui ao mercado, mas estava muito caro e eu não comprei, disse pra ela ver o preço lá no Extra³⁷”*.

Dez das quinze entrevistadas dominam esse código linguístico (lingala) e o utilizam quando desejam expressar algo privativo ou simplesmente para desfrutar de “seus direitos linguísticos” (Songa & Dias, 2013). Falar uma língua que não seja o português promove privacidade e em boa medida certo *“status”* perante a sociedade de acolhimento, uma forma de afirmação e proteção também. Um morador do bairro Jardim Piratininga, proprietário de uma sapataria diz que os angolanos só se fazem entender quando querem:

“quando eles querem falar o português deles você sabe que é angolano; quando eles não querem, eles falam francês e te complica todinho. Aí você não sabe quem é quem”.

Nesse sentido a língua torna-se ainda mais forte no novo contexto, pois além de remontar às raízes, transforma-se numa espécie de lembrete de procedência para os imigrantes. Na expressão do morador “o português deles”, infere-se o distanciamento do morador com os imigrantes, apesar de ser falante da língua portuguesa tanto quanto eles, o homem parece não identificar nada em comum entre si e “eles”.

³⁷ Nome do maior supermercado da região.

3.2 Partida e chegada: o processo

Este trabalho sob a temática da imigração de mulheres angolanas em São Paulo trabalhou com a identificação de dois grupos de mulheres: o primeiro envolve as migrações temporárias e específicas das estudantes angolanas, o segundo é composto por mulheres que migraram por razões variadas descritas a seguir em uma tabela que demonstrará os motivos da migração e das redes de apoio utilizadas no processo de saída do país de origem.

As sete primeiras entrevistadas (estudantes) migraram por motivo bem definido: obter formação académica. No entanto, o plano inicial de algumas não incluía o Brasil como destino para realização deste projeto, mas diante das dificuldades encontradas para consecução de visto e fatores financeiros para outros destinos, a opção foi refazer os planos e desembarcar em solo brasileiro. O Brasil aparece como alternativa, um plano B nesse quadro. No caso das estudantes muitas vezes pesam os acordos e protocolos estabelecidos entre as instituições de ensino superior (IES) no Brasil e o governo angolano. Estudar fora do país é o sonho acalentado por muitos jovens angolanos e suas respectivas famílias. O sistema educacional em Angola ainda é muito limitado, fazendo com que se estabeleça um temor entre os estudantes de que seu currículo não será bem visto entre os empregadores, ou seja, há uma queixa de que os quadros formados fora do país têm mais oportunidades de serem colocados no mercado de trabalho do que os formados no próprio país. A predileção pela Europa é destacada pelas estudantes bem como por algumas outras migrantes, ao mesmo tempo, é possível sentir certa frustração na fala das entrevistas por não conseguir atingir o *“European Dream”*.³⁸ *“European dream is powerful because it dares to suggest a new history, with an attention to quality of life, sustainability, and peace and harmony. The European Dream, in short, creates a new history”* (Rifkin, 2004). É justamente atrás de uma nova história que milhões de pessoas ao redor do mundo estão se

³⁸ O sonho europeu é poderoso porque ousa sugerir uma nova história. Com atenção para qualidade de vida, sustentabilidade, paz e harmonia. Em resumo o sonho europeu cria uma nova história.

Tabela 2
motivos da imigração

NOME	MOTIVO DA IMIGRAÇÃO	REDE/APOIO BRASIL	REDE/APOIO ANGOLA
Francisca	Estudo	(convênio entre universidade e Igreja)	Igreja Presbiteriana e Governo de Angola
Débora	Estudo	(Convênio com faculdade)	Representante da faculdade indicou a instituição à estudante.
Janete	Estudo	Rede formada entre os colegas de migração.	Representante da faculdade indicou a instituição à estudante.
Rosana	Estudo	Rede formada entre os colegas de migração.	Representante da faculdade indicou a instituição à estudante.
Elisa	Estudo	Rede formada entre os colegas de migração.	Representante da faculdade indicou a instituição à estudante.
Beatriz	Estudo	Rede formada entre os colegas de migração.	Representante da faculdade indicou a instituição à estudante.
Marta	Estudo	Rede formada entre os colegas de migração.	Representante da faculdade indicou a instituição à estudante.
Maria	Acompanhar futuro marido que estava morando em São Paulo.	O noivo, atual marido.	Viajou com recursos próprios.
Cristina	A mãe estava gestante, a e família veio em busca de ajuda.	Ao chegar morou por 6 meses num abrigo (casa do imigrante)	Família não recebeu apoio financeiro para viagem.
Lucinda	Precisou fugir por causa de uma perseguição	Veio sem nenhum contato. Não conhecia ninguém no Brasil.	A família ajudou com as despesas da viagem.
Ruth	Após romper o casamento decidiu refazer a vida no Brasil.	Veio sem referência, morou num abrigo, em seguida foi acolhida por uma nigeriana.	O pai de sua filha e o seu pai ajudaram com as despesas da viagem.
Laura	Pressionada a praticar um aborto, veio para o Brasil ganhar o bebê e refazer a vida.	Uma irmã morava no Rio de Janeiro, com sua chegada ambas vieram pra São Paulo.	Veio com recursos próprios (trabalhou na feira e juntou o dinheiro da passagem).
Paula	Veio para o Brasil em busca de ensino gratuito para os filhos	A família do esposo já morava em São Paulo e incentivou a vinda da entrevistada.	Família não recebeu apoio financeiro para viagem.
Mariana	Perdeu um filho de 5 anos em Angola, não conseguiu permanecer no país.	Um tio estava morando em São Paulo.	Veio com recursos próprios.
Roberta	Muita dificuldade financeira em Angola, veio em busca de oportunidade.	A mãe já estava morando em São Paulo.	A mãe enviou dinheiro para Angola para compra da passagem.

despreendendo de seus lugares de origem e encaminhando-se para lugares que lhes ofereça segurança, estabilidade e paz. Em geral as entrevistadas têm algum parente vivendo na Europa; por isso, em muitos casos não está descartada a possibilidade de futuramente unirem-se à família em outro país. Os depoimentos a seguir traduzem o desejo e também evidenciam certa frustração pelo objetivo não alcançado:

“Sempre pensei me formar em outro país, mas nunca me veio à mente que seria o Brasil, minha expectativa não era o Brasil nem tão pouco São Paulo” (Débora, 23 anos, estudante).

A mesma esperança era nutrida por outras estudantes. Beatriz, 25 anos, estudante refere:

“Tinha outro destino na verdade, estava a pensar Portugal ou França, mas como apareceu a oportunidade de vir para o Brasil”.

De igual modo, Marta não tinha o Brasil em seus planos:

“Era outro país. Tipo Canadá, Estados Unidos... era esse o meu sonho”. (Marta, 22 anos, estudante).

Estudar em países do norte global era o sonho de algumas estudantes angolanas, a percepção do *prestígio* que se pode obter a partir de uma certificação conquistada num desses países é o fator que desperta o desejo por essa conquista, em outras palavras é como se internamente as estudantes dissessem: *“ora, estou falando de França, Portugal, Canadá e Estados Unidos, países de primeiro mundo”*. Esta é uma cultura calcificada pela ideia de superior (norte) e inferior (sul). Chegar a destinos que não o Brasil, era desejo de imigrantes como Lucinda que após quatro tentativas de acesso negadas até mesmo dentro do continente africano, acomodou-se no Brasil:

“Na França não dava o visto. Depois a Nigéria. Mas não consegui. Depois para África do Sul, e não consegui também. Mesma coisa. Depois para Portugal também, mas não consegui”. O Brasil era mais fácil”. (...) (Lucinda, 31 anos).

Entrar no Brasil também foi mais fácil para Laura, 27 anos:

“Eu estava pensando ir para Europa, mas não ia conseguir o dinheiro. O Brasil é melhor. O visto foi fácil. Pedi o visto, fiz entrevista e depois de dez dias me chamaram”.

Em disparada a Europa era a aspiração migratória de muitas mulheres:

“Eu queria ir na Europa - Paris. Eu peguei o visto, daí minha mãe ficou doente, perdi o visto e já não havia mais condição pra viajar”. Depois consegui o visto para o Brasil. (Mariana, 27 anos).

A relativa facilidade com que se pode conseguir um visto para o Brasil, coloca o país na rota das opções migratórias dos angolanos.

3.3 Das circunstâncias da migração: chegando ao Brasil

Ao contrário das estudantes que demonstraram certa estrutura pré-viagem, ou seja, ainda que para algumas o Brasil não fosse o destino desejado, não havendo outra oportunidade, apoiaram-se em suas redes e organizaram suas viagens; as demais mulheres evidenciaram maior vulnerabilidade, quer pelas circunstâncias que as impulsionaram para saída, quer pela ausência de apoio financeiro e/ou de contatos sólidos no Brasil. Facto que envolveu a vida de Lucinda (31 anos):

“Eu fugi, eu tinha um salão próprio, uma menina veio no meu salão fazer cabelo, mas um acidente de energia fez a menina queimar a cabeça, a família da menina se queixou na polícia, a polícia me seguiu. Eu fugi!”.

Esta entrevistada não entrou em detalhes sobre o facto ocorrido em Angola, limitou-se a dizer que teve este problema e fugiu. Às vezes há a sensação de que algo ainda precisa ser dito, melhor explicado, por outro lado, as imigrantes reservam-se o direito de falar apenas o que julgam conveniente. A imigração para o Brasil não fazia parte dos projetos da jovem Cristina, 17 anos, que saiu de Angola acompanhando a família:

“Eu não estava preparada pra encarar uma viagem e vir para o Brasil. Minha mãe teve alguns problemas por causa da saúde. E eu tive de vir pra cá terminar os estudos, porque não havia mais a possibilidade de pagar”. (Cristina, 17 anos).

Um agravo a educação em Angola é a arbitrária e ilegal cobrança de “gasosa”, um pagamento que muitas vezes é feito a professores, diretores e outros agentes da rede escolar para ter garantida uma vaga no sistema público de ensino, isso porque o país não oferece vagas suficientes para atender a demanda de estudantes, cria-se então um sistema de corrupção que compromete a vida e o futuro de milhares de crianças, jovens e adolescentes, principalmente os menos favorecidos economicamente. O governo se mostra contrário a este tipo de crime, ainda assim, ele é frequente em Angola.

Quando chegou a São Paulo, Ruth, 26 anos sentiu-se só: “*Quando cheguei aqui em São Paulo eu não tinha ninguém, nenhuma amizade, não tinha ninguém que ia me acolher aqui no Brasil*”. Não houve muita diferença entre ela e Mariana, 27 anos: “*Tinha meu tio, depois de meses ele morreu, eu fiquei sozinha, sem ninguém. Ele morreu aqui e seu corpo foi pra África*”.

Os depoimentos de algumas mulheres referem um assunto indispensável à temática das migrações, trata-se da desorganização psíquica que pode emergir dos movimentos migratórios. A solidão pode ser apontada como um dos elementos de desarranjo emocional na vida do migrante. Nas palavras de Maalouf (2005):

Um aspecto importante vivido na imigração é a solidão. Solidão sem sustentação, sem *holding*, é muita aflição, desespero. Sentir-se esmagado por uma situação de ter ido a um país estrangeiro e em ter imaginado tanto sofrimento, solidão, desamparo, esgarça a alma, as raízes podem se partir (Maalouf, 2005, p.41).

O desembarque no país de acolhimento pode ser considerado o início do processo de integração, antecedido em certa medida pelos trâmites da aquisição da documentação necessária para validação da ação migratória iniciada nos consulados e embaixadas dos países para os quais se pretende ir. Os primeiros passos das migrantes foram rastreados na expectativa de encontrar pistas reveladoras de sensações, desconfortos e indagações que pudessem lhes ter sucedido nos momentos iniciais em território brasileiro. Encontrámos uma diversidade de procedimentos em relação à recepção e acolhimento que as imigrantes receberam nos primeiros dias em território brasileiro.

“Chegámos aqui, não tinha ninguém esperando a gente não. Fomos para um hotelzinho na Martins Fontes e dormimos ali (longo suspiro), foi a pior noite das nossas vidas. Vazio imenso, sentir-se perdida. No dia seguinte falei: vamos procurar lugar para comer, ao sairmos na rua meu filho falou: ‘mãe, aqui ninguém cumprimenta na rua’. “É filho, chegamos noutra terra, aí eu chorei mesmo”. (Francisca, 43 anos, estudante).

As sensações de vulnerabilidade e perda de localização geográfica são notórias na narrativa de Francisca: **“vazio imenso; sentir-se perdida”** **“procurar um lugar pra comer”**. A atual esfera de vida sugere que novos endereços devem ser descobertos. O choro por vezes faz parte dos processos migratórios, é um recurso externalizador denunciante do medo que pode envolver as pessoas inseridas na situação migratória. Facto é que diante de um novo espaço social os imigrantes precisarão ressituar-se buscando novos referentes geográficos.

O impacto com o inesperado, com o novo trouxe uma preocupação imediata para a estudante Débora:

“A gente não tinha crédito para acessar a internet. Eu falei, meu Deus como é que a gente vai fazer? Isso aqui é grande (referindo-se ao aeroporto internacional de São Paulo), tem tantas saídas, mas a gente manteve a calma. O que nos confortou foi que a gente encontrou vários angolanos, né, que foram buscar os seus parentes (...). quando a gente chegou lá em casa começamos a chorar”. (Débora, 23 anos, estudante).

A expressão ‘a gente’ repetida quatro vezes pela estudante Débora refere-se a ela e mais três amigos: um rapaz e duas moças que vieram com ela e que dividiriam a mesma casa em São Paulo. Os estudantes geralmente viajam e moram em grupos o que de alguma forma acaba por ser uma situação reconfortante porque se podem apoiar uns aos outros. Mas nem sempre a chegada ao novo país acontece de forma traumática. Por exemplo, a estudante Janete, 34 anos relata:

“O Rafael foi me pegar lá no aeroporto. Eles já estavam por dentro da minha vinda, então mandaram me buscar”.

Para esta entrevistada as coisas estavam mais claras e definidas. Sua fala foi segura e tranquila, tanto quanto o ambiente para o qual ela sabia que iria, ou seja, partiu de Angola com destino à faculdade onde passaria os próximos quatro

anos estudando em sistema de internato. Rafael, quem a imigrante menciona era um estudante veterano da faculdade e que a apoiou quando de sua chegada a São Paulo.

Algumas entrevistas foram acolhidas por familiares. Maria, 38 anos foi recepcionada por alguns parentes:

“Foram alguns parentes lá me receber. O meu tio por parte de mãe, que mora em Belém. A esposa vive aqui há 12 anos e é do Congo”.

No caso da Laura, 29 anos, foi amparada pela irmã que já estava morando no Brasil: *“A minha irmã estava me esperando no Rio de Janeiro. Depois viemos pra São Paulo”.*

Algumas entrevistadas vieram para o Brasil sem terem preparado previamente as condições de alojamento. É o caso da família de Cristina (17 anos) que até estabilizar-se, alojou-se em dois lugares:

“Quando chegamos, a gente ficou na casa de um amigo que acolheu a gente. Mas no dia seguinte já tínhamos de ir e declarar onde a gente ia morar. Depois nos mandaram pra uma casa imigrante”.

O mesmo aconteceu, em termos de não planejamento prévio com Ruth (26 anos) e com a Paula (37 anos), que ficaram na Casa Abrigo até conseguirem os documentos.

O relato de chegada das entrevistadas Cristina, Ruth e Paula é sintomático do que acontece com muitos imigrantes que desembarcam em São Paulo, sem lugar definido para morar, sem contatos relevantes na cidade, têm de passar os primeiros dias e até meses em um dos abrigos que trabalham especificamente no acolhimento de imigrantes indocumentados, desabrigados e doentes³⁹. Muitos

³⁹ A prefeitura municipal de São Paulo tem atualmente 540 vagas destinadas para imigrantes e refugiados. As vagas estão distribuídas nos centros de acolhida para imigrantes. Para além dessas vagas destacamos o trabalho da Missão Paz, do CAMI que promovem acolhimento para os imigrantes que tem a cidade de São Paulo como destino e/ou passagem.

centros de acolhimento, além de abrigo e alimentação oferecem apoio jurídico e atendimento socioassistencial, através do qual os migrantes podem ter acesso à rede assistencial pública e benefícios sociais. No caso de Paula (37 anos) isso fica evidente, antes de ir morar no Jardim Piratininga, ela passou um período no abrigo porque sabia que de lá seus filhos seriam encaminhados para escola; sem esse apoio, ou seja, tentando resolver por sua conta a situação escolar das crianças o caso se tornaria mais difícil ou até impossível.

3.4 Habitação e relações interpessoais

O processo de integração do imigrante em um novo contexto passa necessariamente pela questão de acesso a uma habitação ou espaço para morar e dos relacionamentos que surgem a partir de então com vizinhos e contactos que vão estabelecendo ao longo da estadia. Das 15 mulheres entrevistadas, 14 vivem em casas alugadas e 1 mora em residência estudantil. São Paulo é uma cidade com alto nível de desigualdade social, uma das manifestações desta desigualdade pode ser vista na questão da habitação, os bairros periféricos são os que abrigam grande contingente das camadas pobres da sociedade. O Jardim Piratininga é um desses bairros onde residem 8 mulheres entrevistadas neste trabalho. Estas mulheres pagam em média R\$700,00 ou €160 de aluguer mensalmente para ocupar uma pequena casa com 1 quarto, sala, cozinha e banheiro não inclusos água e energia elétrica, o que eleva o custo com moradia para aproximadamente R\$1000,00 mensais, equivalente a € 250. O que se vê no Jardim Piratininga é o que Smolka (2002 apud Sabatini & Sierralta, 2006, p.172) afirma: “A ilegalidade, a irregularidade e a informalidade são características peculiares do mercado imobiliário e dos assentamentos pobres das cidades da América Latina”. As construções das casas do Jardim Piratininga são fruto de uma ocupação ocorrida há décadas na região.

O bairro foi construído numa área de várzea, caracterizando a irregularidade de construções feitas nesse local, muitas delas oferecidas hoje como casas de

aluguer ocupadas por pessoas de baixa renda dentre as quais muitos imigrantes haitianos e africanos que chegam à cidade de São Paulo. O preço do aluguer é elevadíssimo levando-se em conta a estrutura, o lugar e as condições socioeconómicas dos locatários que muitas vezes por falta de opção e desconhecimento de outras possibilidades submetem-se a essa exploração. Quanto às estudantes, as condições de moradia são um pouco melhores. Duas moram em Arthur Alvim num apartamento com dois quartos, sala, cozinha e banheiro, o apartamento é dividido por quatro pessoas. Apesar de ser um bairro periférico, Arthur Alvim é visivelmente um bairro com melhores infraestruturas do que o Jardim Piratininga. Três estudantes moram no bairro do Belém um dos mais antigos e tradicionais bairros da zona leste da cidade. A casa onde moram é antiga, a arquitetura é característica das construções do início do século XX. Pagam R\$1200,00 (€ 260) de aluguer o que, segundo as estudantes, está muito difícil, pois no momento nenhum dos oito moradores está trabalhando. Durante a visita para a entrevista pudémos observar que não existem muitos móveis na casa e nesse dia estavam sem água: a distribuidora havia cortado por falta de pagamento. Não conheci pessoalmente a condição de habitação da estudante que mora com os filhos num apartamento no bairro Santa Cecília, mas, a julgar pelo bairro, é a estudante que melhor está localizada dentro da cidade de São Paulo, ou seja, vive numa área central que dispõe de muitas infraestruturas, com muitas opções de lazer e cultura. Por fim, a estudante que vive em regime de internato tem um quarto com banheiro exclusivo, ambos bem pequenos. A cozinha é comunitária, uma pequena sala com uma televisão antiga também é partilhada pelos estudantes em seu tempo livre. O prédio da faculdade é relativamente grande, mas carece de reformas. O bairro Jardim Aracília é tranqüilo, não é populoso, tem aspecto e clima de cidade interiorana.

Em termos de relacionamentos sociais, a maioria das entrevistadas têm um círculo restrito de relacionamento que se manifesta, sobretudo de forma intracomunitário, ou seja, relacionam-se mais no interior de suas comunidades e por vezes com seus pares. O depoimento captado sobre esta dimensão permite-nos inferir que há graus de interação social, exemplificados pelas declarações desde não conhecer praticamente ninguém a declarar conhecer bastante gente;

mas, ao que tudo indica, há uma acentuada fragilidade dos vínculos entre as imigrantes e o seu entorno social.

“Não conheço ninguém. Eu vi só uma vez uma criança nos prédios, não sabia que vivia criança lá, nunca vi grito, nunca vi ninguém correr, jogando bola, criança nada. Nunca fui a casa de nenhum, nenhum, nenhum... cruzamos uma vez com o vizinho que tinha um cachorro grande que pulou no nosso colo e entrou no nosso apartamento correndo, brincando, foi a única vez.” (Francisca, 43 anos, estudante).

Apesar de morar há mais de um ano num prédio com 12 andares, a mesma entrevistada enfatiza conhecer apenas uma pessoa. Ainda que o tipo de moradia “apartamento” apresente um padrão mais reservado de habitação e que em certa medida dificulte o contato, o encontro e por conseguinte o convívio das pessoas, não pode por si só, justificar a falta de interação da entrevistada com mais pessoas:

“Só conheço o dono do prédio, ele mora lá e já me emprestou um fogão elétrico quando o meu fogão estragou (risos). Mas sei que moram lá judeus e uma senhora baiana, os outros vizinhos, não sei, não conheço” (Francisca, 43 anos, estudante).

No mesmo sentido colhemos a seguinte declaração:

“A gente não interage muito com os vizinhos, né? Quando a gente sai e vê os vizinhos, cumprimentamos... mas ir na casa do vizinho, conversar, não. Eu só fui na casa da Carol, eu ia a casa dela quando ela precisava de uma oração, de uma ajuda. Mas depois de um tempo, eu já não fui mais” (Janete, 34 anos, estudante).

Na maioria das vezes e em qualquer lugar do mundo, a chegada de um novo vizinho desperta curiosidade e até solicitude dos moradores mais antigos, mas com o passar do tempo habitua-se ambos com a situação presente. Em relação aos imigrantes, via de regra também é assim, a chegada de um imigrante africano na sociedade brasileira ainda desperta curiosidade, laços podem ser imediatamente constituídos entre estrangeiros e nacionais, mas com a mesma velocidade que se constroem podem se dissolver quando o “encanto” pelo novo arrefece. Por exemplo, Lucinda (31 anos) observa:

“Conheço as pessoas só de vista”. “É só cumprimentar bom dia, boa tarde”.

Indo nesta perspectiva, também Elisa (estudante, 22 anos) refere que:

“Conheço o Júnior, esse vizinho que mora aqui ao lado e essa vizinha que tem um salão. Não conheço muita gente. Com o Júnior a gente para na porta e conversa, mas também só isso”.

Cristina vive no Brasil há 2 anos, Lucinda há 1 ano e 6 meses, Elisa há 3 anos e Roberta há 7 meses. O que têm em comum com Francisca que chegou há 1 ano e Janete que vieram há 3 anos e 10 meses? Estas mulheres demonstram bastante limitação no tocante ao seu convívio local, melhor dizendo, estão inseridas numa conjuntura local, num bairro, entretanto, parece que não fazem parte dela no sentido estrito de interação afetiva e efetiva com os demais moradores. Este facto pode ser decorrente da falta de preparo que boa parte da sociedade brasileira tem para lidar com as ondas migratórias contemporâneas que vêm modificando o cenário das cidades, São Paulo em particular ou por outro lado pode ser um fator ligado a um aspecto cultural relacionado à própria cultura angolana. Nas narrativas de algumas entrevistadas identificámos algumas expressões relacionadas ao lar, no sentido de que foram criadas dentro de casa, não foram acostumadas a freqüentar a casa de outras pessoas, diante disso podemos pensar que em Angola em certa medida como declara Silva (2011):

A socialização comunitária é realizada sob consideração da diferenciação de papéis, atribuindo-se a rapazes e raparigas tarefas distintas. Assim, as tarefas desempenhadas pelas raparigas relacionam-se com actividades domésticas femininas. Elas distraem-se com jogos e brincadeiras relacionados com os “ofícios femininos” e restringem-se a ambientes que têm como referência o lar e os futuros papéis de esposa e mãe. Elas estão em estreita interacção com as mães pois é imperioso que assimilem os comportamentos próprios de quem está destinada a ser esposa e mãe (Silva, 2011, p.24).

A afirmativa de Silva sustenta a ideia de que em Angola desde cedo as meninas são “treinadas ou induzidas” a permanecer em casa, envolvidas nos assuntos e tarefas “próprias” das meninas. Por certo, esta não é a mentalidade que rege o comportamento e o pensamento das mulheres angolanas de forma totalizante na atualidade, no entanto, ainda é um aspecto bem presente na cultura.

Ainda em busca de perceber a relação das imigrantes com seu espaço local, obtivemos a declaração de Rosana, 23 anos, estudante que diz o seguinte: *“Os vizinhos, você se encontra com eles na porta não te cumprimentam. Cada um na sua casa”*.

Percebemos uma inquietação da estudante Rosana ocasionada por essa falta de simpatia dos vizinhos. A inquietação parece ecoar no discurso Laura (29 anos): *“Na nossa rua mora ali aquela vizinha, se você não cumprimentar ela, ela também não vai te cumprimentar, não cumprimenta a gente, falar bom dia não custa nada, nem todo brasileiro tem gentileza”*.

Na contrapartida das imigrantes que declararam ser quase nulo seu nível de contacto com o corpo social onde vivem, há angolanas que alegaram maior envolvimento com sua comunidade, no entanto, é possível observar ambiguidades em suas respostas:

“Oh, conheço, apesar que não são todos, o povo brasileiro é meio esquisito, né? E quando você dá um bom dia já acha que ya, mas eu conheço, conheço tanta gente”. (...) “Na minha rua, não. A única que eu vou é na casa da minha irmã da igreja porque a gente já se conhece, mas na casa de outros brasileiros não vou não”. (Débora, 23 anos, estudante).

Esta estudante afirma conhecer muita gente, mas, ao mesmo declara frequentar, apenas a casa de uma pessoa. Além de adjetivar o brasileiro como povo estranho a estudante Beatriz refere que:

“Conheço bastante gente, até brincam comigo que sou amiguinha de todos. Todo mundo aqui me conhece, eu estou sempre passando e mesmo que não me cumprimentem, não me respondam hoje, amanhã terão de responder porque eu vou continuar a cumprimentar”. (Beatriz, 25 anos, estudante).

Esta estudante declara conhecer *bastante gente*, apesar de não encontrar reciprocidade por parte de algumas pessoas que simplesmente não respondem aos seus cumprimentos, como que ignorando a sua presença. O ato de cumprimentar as pessoas sejam elas conhecidas ou não, denota respeito ao próximo. No entanto, para muitos cidadãos, deixar de cumprimentar ou de ser cumprimentado por alguém pode passar despercebido sem provocar grande afetação, para outros isso

pode ser levado mais a sério (caso de algumas entrevistadas,) é uma falta grave, todavia não se deve universalizar este comportamento como característico dos brasileiros. Se não, vejamos: Maria (38 anos) parece não ter problemas com isso: *“Eu fui a primeira (africana) a chegar aqui no bairro. Há quase seis anos! Todos me cumprimentam”. “Tenho três amigas brasileiras próximas”*. Maria é uma espécie de “Mama Grande” dos africanos que moram no bairro. Sente-se muito a vontade para falar e inclusive elogiar o local: *“Muitas pessoas falam o que não sabem sobre o lugar, acho bom viver aqui”*.

Outras duas entrevistadas demonstram satisfação pela vida no Brasil, sobretudo porque seus filhos foram acolhidos no bairro:

Eu converso com brasileiros aqui. Tem muita gente aqui. Eles gostam do meu filho” (Mariana, 27 anos). Também Ruth ,26 anos declara:

“Quando eu vim aqui pro Pira, eu cheguei numa época que eu não tinha nada pra dar na minha filha, eram brasileiras que chegavam e davam comida pra minha filha, convidavam pra tomar café, pra sair com a minha menina, indo assim pro parque”.

Apesar de residirem em bairros residenciais e populosos o que poderia constituir uma oportunidade de expansão e interação social, as entrevistadas explicitam a existência de um bloqueio entre elas e os vizinhos brasileiros. Seus depoimentos refletem a conjuntura não só do perímetro onde estão inseridos seus locais de habitação, mas de uma sociedade altamente marcada pela individualização; pela liquidez das relações e pelo distanciamento do “diferente”. Daí que esta situação pode provocar naqueles que se sentem “solitários, dessocializados para os quais os grandes portos foram fechados o desejo de construir e cercar os pequenos refúgios onde possam ancorar e depositar as suas destituídas e frágeis identidades” (Bauman, 2005).

3.5 Estranhamento e identidade social (diferenças culturais, género: mulher angolana/ mulher brasileira)

De acordo com a perspectiva de Bauman, a “A identidade é um monte de problemas” (2005, p.18). A identidade em si não constitui problema, no entanto, a manifestação da identidade dos imigrantes nas sociedades de acolhimento pode suscitar grandes desafios e provocar tensões e, por outro lado, a identidade local pode transtornar e promover inquietações no imigrante também. Exemplo disso pode ser percebido no seguinte relato:

“Tem aspectos que só são dessa cultura que sempre vão chocar com os nossos princípios étnicos, culturais. Estamos noutra lugar totalmente diferente do nosso, foi muita mudança, é terrível psicologicamente. Foi um choque mesmo, conforme os dias passavam a gente pensava que ia melhorar mas não melhorava não” (Francisca, 43 anos, estudante).

Francisca é a mais velha das entrevistadas, uma mulher que foi totalmente criada sob as regras da cultura angolana. Durante a entrevista deixa transparecer a sua origem de modo contundente e diz que procura se adaptar à cultura brasileira. Sobre o convívio com os filhos que estão junto dela no Brasil declara:

“no dia a dia precisam se comunicar com os brasileiros, mas adentrou a porta de casa, é angolano: fala como angolano, se comporta como angolano, procura as coisas de angolano, tudo, tudo, tudo...”

Francisca propõe a manutenção da identidade angolana ao afirmar “tudo angolano”. Parece haver um resgate diário da família no sentido de preservação cultural. A fala da estudante configura a ideia de que enquanto permanecerem no Brasil negociarão com a cultura local, mas a ela não se renderão em detrimento da origem africana. Todavia, considerando que os contactos culturais fazem-se diariamente, nas interações sociais, é certo dizer que não é possível isolar-se da cultura a qual se está inserido. Nesse sentido, o fechar de portas e o imergir no universo cultural angolano não anulará as construções e as influências culturais

que esta família recebe enquanto cidadãos integrados à sociedade e cultura brasileiras.

Ao chegar ao novo contexto cultural algumas imigrantes chocaram-se com comportamento dos brasileiros, no caso da estudante Elisa:

“Na minha casa meus pais me criaram assim, eu não poderia colocar o calção curto para sair para rua, mas aqui é normal” (Elisa, 22 anos, estudante).

O estranhamento deu-se aqui, no Brasil, pelo modo liberal (caso específico do vestuário) como as pessoas se comportam, contrapondo-se ao que indicam os hábitos do país de origem da estudante.

No caso da estudante Marta, também ela observou essa marca no comportamento de seu novo grupo social:

“Difícilmente vestimos roupas curtas onde tem muita gente, onde têm mais velhos. Mas aqui é normal (risos) alguém usar shorts e sair andando na rua. Pra nós já não é muito normal” (Marta, 22 anos, estudante).

A respeito desse comportamento detectado pelas imigrantes sobre a forma de vestir das mulheres brasileiras, Goldenberg (2011) explica que:

No Brasil é o corpo que está no centro das estratégias do vestir. As francesas procuram se produzir com roupas cujas cores, estampas e formas reestruturam artificialmente seus corpos, disfarçando algumas formas graças ao seu formato. Por outro lado, as brasileiras expõem o corpo e frequentemente reduzem a roupa a um simples instrumento de sua valorização: em uma espécie de ornamento (Goldenberg, 2011, p.55).

Não apenas a vestimenta, mas a falta de cordialidade do brasileiro é algo que sempre vem à tona nos discursos das entrevistadas:

“Então, a gente cresce com aquele bom dia papá, bom dia mamã, e também não importa qual a pessoa que você encontrar na rua, a pessoa com quem você deparar é bom dia... Aqui uma coisa que eu vejo: vem aqui um senhor que pode ser meu pai, meu avô, me encontra aqui sentada sozinha nesse sofá, entra, nem fala boa tarde”. (Débora, 23 anos, estudante).

A estudante Beatriz chega a generalizar o comportamento inadequado dos brasileiros:

“Até mesmo no metrô o povo fica se empurrando. Pede licença, que não custa nada, peça desculpa, não é necessário xingar a outra pessoa. Esses pequenos gestos ajudam muito numa boa convivência, né”? Na verdade eu não reclamo porque isso é cultura desse país, acho que o que a gente deve fazer é respeitar, né? Cresceu assim mesmo! Eu acho que todo brasileiro é assim, desculpa por falar isso...”

Mais uma vez a reação reprobatória do comportamento dos brasileiros é trazida para o centro da reflexão, evidenciando um ponto crítico onde se pode observar a diferença não como fator de aproximação, mas de distanciamento.

“Ninguém quer saber de ninguém”. Esta expressão tem caráter imperativo e encerra pelo menos três particularidades: súplica, conselho e orientação. Foi proferida no contexto do depoimento da estudante Marta:

“Eu sinto que nós, como angolanos, como africanos, somos mais afetivos. Você vê outra pessoa a chorar e você quer saber o porquê. Você vê alguém a lutar, passando por uma necessidade, e você quer saber o porquê da coisa. Mas aqui eu não vejo isso. Cada um tá no celular, no whatsapp com a sua vida, com a cabeça abaixada. Ninguém quer saber de ninguém!”. (Marta, 22 anos, estudante)

Em sua declaração, Marta faz uma metonimização, ou seja, toma a parte pelo todo, obviamente sua afirmação encontra respaldo em possíveis situações vividas por ela, por amigos e tantos outros imigrantes que vivem em São Paulo, todavia há de se considerar que sua denúncia não é regra de um comportamento social generalizado, mas é elementar interpretarmos o “ninguém quer saber de ninguém” como súplica daqueles que se sentem invisíveis mesmo as vezes estando em meio à multidão, conselho e orientação a fim de repensarmos nosso modo de ver e estar no mundo que deve ser compartilhando com todas as pessoas sem distinção e baseado nos pilares da justiça e da equidade social.

Os imigrantes enfrentam muitas dificuldades em seu processo de incursão numa nova sociedade o que, por vezes, acarreta adversidades em torno das questões identitárias; se não vejamos: se um dos princípios que sedimenta e reorganiza a identidade migrante é a relação estabelecida com a sociedade de acolhimento qualquer desequilíbrio entre esta e aquela pode frustrar o projeto de

integração e aniquilar totalmente o sentimento de pertença e expor as múltiplas fraturas existentes que constituem uma barreira para o fluir da alteridade.

Os estranhamentos sentidos pelas imigrantes são também relativos a outros comportamentos vigentes na sociedade brasileira e a que se refere Cristina, 17 anos:

“Uma coisa que eu não consigo admirar é essa coisa de ser gay (risos). Não consigo admirar, é muito diferente. Fiquei surpresa de ver isso aqui”.

P- Em Angola não existem gays?

R- *“Têm, mas não se manifestam. Eles sabem que é proibido”.*

P- É proibido?

R- *“ Sim, se você se manifestar vai ter de ser apedrejado ou sair do bairro”.*

P- E você já ouviu histórias de pessoas que foram apedrejadas?

R- *“ Já ouvi, já vi!”.*

A intolerância e punição por razões de orientação sexual é realidade em muitos países do mundo. No caso de África, o homossexualismo é considerado crime em 38 países, condição vivida em Uganda, Libéria e Nigéria, por exemplo. Cristina é uma jovem prestes a completar 18 anos, demonstra espanto em sua fala justificado pelo facto de ao chegar no Brasil deparar-se com um país em que a ⁴⁰celebração de casamento civil ou de conversão de união estável e casamento entre pessoas de mesmo sexo é permitida desde 14 de maio de 2013, conforme decisão do plenário do Conselho Nacional de Justiça. Observámos ainda que coisas consideradas corriqueiras e naturais na cidade de São Paulo podem despertar a curiosidade de imigrantes, esse foi o caso de Maria, 38 anos:

“Eu estranhei muito o metrô e aquela coisa que sobe no metrô. Tem no Kero, já viste no Kero, né?”

⁴⁰Internacional.estadao.com.br/noticias/geral,ira-ameaca-acusar-manifestantes-de-crimes-punidos-com-pena-de-morte,70002136152

P- Escada rolante?

R- “já”.

A entrevistada surpreendera-se com algumas infraestruturas encontradas no Brasil como o metrô. Apesar de Angola ser um país em desenvolvimento, os acessos a bens e serviços são ainda muito restritos para a maioria da população. O “Kero” a que a entrevistada se refere é a maior cadeia de hipermercados de Angola.

A fim de perceber como as imigrantes vêem as mulheres brasileiras, com pontos de convergência e/ou divergência em relação as angolanas, alguns aspectos reforçam a visão de que as angolanas estranham alguns comportamentos das mulheres brasileiras. A estudante Beatriz, 25 anos afirmou que:

“as mulheres brasileiras não são reservadas”.

Essa falta de “reserva” talvez esteja relacionada às características atribuídas por Cristina, 17 anos ao dizer que:

“a mulher brasileira é mais solta, livre, mais alegre”.

E também à declaração espantada da estudante Marta, 22 anos ao afirmar que:

“a mulher brasileira fala muito palavrão” e acrescentada pelas falas de Lucinda, 31 anos:

“a mulher brasileira gosta de mostrar o corpo”.

Para Laura, 29 anos:

“mulher brasileira mete calça, fica com a barriga de fora”.

Para as entrevistadas há uma diferenciação entre a mulher angolana e a brasileira e que se situa, sobretudo ao nível da forma de vestir e à linguagem usada. Para além dessa percepção sobre a mulher brasileira, não faltaram, afirmativas de que a mulher brasileira é batalhadora, corajosa e carinhosa, mas estas declarações

tiveram menor ênfase numa demonstração de que elementos de ordem exterior são os que as imigrantes previamente identificam. As diferenças que encontram nesse exercício de comparação causam estranhamento nas imigrantes uma vez que a forma de se vestir e de se portar socialmente das brasileiras se opõe ao perfil recatado das angolanas.

3.6 Quotidiano das entrevistadas

Na continuidade do processo de busca sobre a forma de integração na nova sociedade por parte das mulheres imigrantes angolanas fizemos uma análise sobre o cotidiano das entrevistadas, sendo notória desde logo uma diferença entre o cotidiano das mulheres estudantes e das não estudantes.

Francisca, 43 anos, estudante, é também mãe e dona de casa, sua rotina é organizada em função das múltiplas tarefas que precisa realizar:

“Segunda, quinta e sexta eu acordo às 5h30. Às 6h eu vou no parque e volto às 7h30. Depois é arrumar a casa, lavar roupa, passar e quinta à noite temos culto de oração numa casa perto aqui mesmo no nosso bairro. Terça e quarta eu acordo 5h30 faço meu devocional, depois disso tomo café e venho para aqui (referindo-se à faculdade) e só volto à noite”.

Através do discurso da estudante Débora, 23 anos, é possível detectar a dinamicidade do seu dia a dia, entre a faculdade, a procura de emprego e a vida social:

*“Agora eu **to** a estudar de noite, né? De manhã eu sempre saio à procura de emprego, de vez em quando tem uma atividade dentro da igreja, às vezes tem alguma saída em particular com alguém que me pediu ajuda que é pra acompanhar e de noite eu já vou pra faculdade, nos fins de semana é uma correria sempre. Todos os fins de semana eu não passo em casa, eu vou ensaiar com a banda. Então, minha rotina é sempre essa: escola, casa, igreja, procura de emprego. Quando saio com o pessoal, com os amigos, a gente vai ao shopping”.*

Apesar do visto que dispõem não permitir que trabalhem regularmente no Brasil, ainda assim, algumas estudantes saem em busca de “qualquer coisa”, ou seja, de uma atividade que mesmo informal possa garantir algum dinheiro para a sobrevivência.

A estudante Janete, 34 anos tem uma rotina de internato:

“É o seguinte, nesse período de aula, a gente de manhã tem culto das 7h30 às 8h em ponto. De 8 às 8h30 é hora de café. 8h30 a gente vai fazer trabalho, né? Na manutenção da faculdade. Por exemplo, eu cozinho, faço comida, e 12h é hora de almoço. Depois sempre tem tempo livre. Nesse tempo sempre tem alguma coisa pra fazer em Arujá. A gente vai, volta e tiramos 30, 40 minutos pra orar, e depois a gente fica estudando porque à tarde vai entrar na aula”.

No momento Janete é a única estudante do sexo feminino na instituição; a missão de cozinhar é dela enquanto a dos rapazes é cuidar do jardim e auxiliar em serviços de limpeza. Um quotidiano aparentemente menos agitado é o da estudante Rosana, 23 anos:

“Eu fico em casa quando chega a hora de ir pra faculdade, vai pra faculdade. Faculdade-casa, faculdade-casa. Tem sempre um dia assim que a gente sai”.

Rosana é acompanhada pelas estudantes Elisa e Beatriz em seus depoimentos:

“Eu praticamente não faço nada. Estou desempregada. Sou muito caseira, né? Passo o dia todo em casa e depois vou para faculdade. Não sou muito de sair” (Elisa, 22 anos, estudante).

Também Beatriz, 25 anos, estudante refere que a sua vida é:

“faculdade - igreja - casa. Às vezes eu vou para o cinema com meu namorado”.

O facto de sete entrevistadas serem estudantes imprime-lhes uma rotina de certa forma previsível, pois como estudantes seu visto não lhes outorga o direito de trabalhar oficialmente no Brasil, não lhes resta muita opção a não ser dedicarem-se aos estudos. O sair, como forma de passeio, o encontro com amigos (geralmente angolanos) é algo esporádico, considerando a utilização da ideia temporal que expressam em suas falas “às vezes”, “quando”, “um dia”. A este propósito um apontamento de Azanha diz que:

investigar o cotidiano de imigrantes deve superar o nível de registro de banalidades, ao contrário, a de se ter em conta que “o resultado principal da socialização é instalar o homem numa cotidianidade, por isso podemos dizer que a cotidianidade é a própria condição humana fundamental. (Azanha, 1994, p.32).

O cotidiano dessas entrevistadas revela um perfil temporário de suas vidas enquanto imigrantes, sem, contudo, subtrair a certeza de que “a cotidianidade inclui uma tal multiplicidade de aspectos, de elementos, de episódios e de suas inter-relações” (Azanha, 1994, p.32) das quais as estudantes certamente desfrutaram no contacto com as pessoas que as cercam diária e constantemente.

Entre as mulheres entrevistadas não estudantes temos a descrição de seis delas sobre seu cotidiano. Cinco fizeram menção direta a ficar em casa, ou seja, para além das atividades inevitáveis que precisam ser realizadas fora de casa como levar uma criança à escola, fazer compras, ir ao médico, etc., as imigrantes passam parte do seu dia em casa, nenhuma delas trabalha formalmente. *Como nos refere Maria, 38 anos,*

“Eu acordo, arrumo a casa, quando é dia de compras, faço compras, volto, deixo a criança na escola. Fico em casa mesmo. Não gosto de andar muito, prefiro ficar em casa”.

Também Ruth e Laura afirmam essas perspectivas: “Eu sou muito caseira, não sou muito de sair não, a qualquer hora você me encontra em casa” (Ruth, 26).

Laura, 29 anos, reitera: *“Eu, na minha vida não gosto de ir na casa de ninguém porque não gosto de problema”.* Essa entrevistada relaciona estar fora de casa com possíveis problemas, logo, estar em casa é sinónimo de não conflito.

Outras entrevistas manifestam o gosto por estar em casa. No caso de Paula (37 anos) ela define o seu cotidiano assim: *O meu dia a dia é cuidar da casa, das crianças, vou à creche levar e buscar as crianças, procurar trabalho”.* No caso de Mariana, 27 anos ela justifica a permanência em casa por causa do trabalho: *“Eu fico muito em casa, porque eu sou cabeleireira e os clientes vêm me procurar em casa. Se não tenho agendamento, eu saio”.* No caso de Roberta (25 anos) ela foi taxativa ao afirmar: *“Só fico em casa”.*

A única entrevistada que não mencionou diretamente ficar em casa foi Cristina (17 anos). A jovem é estudante e em sua declaração é possível perceber sua movimentação diária: *“Eu vou pra escola às 7h. Chego, almoço e vou dormir. Quando acordo vou à igreja, se tiver algum curso eu vou, se não vou dar uma lida na matéria. Depois disso eu janto, vou dormir, e no dia seguinte começa tudo de novo”*.

Uma vertente intimista do cotidiano das mulheres entrevistadas explicitou-se através das múltiplas referências a “ficar em casa”. Tanto as estudantes quanto as demais mulheres deliberaram a respeito dessa introspecção domiciliar. Este posicionamento pode ter origem e justificar-se por pelo menos dois fatores: o primeiro postula sobre a falta de recursos financeiros que possibilitem melhor e maior fluidez dessas mulheres na sociedade, restringindo o seu cotidiano a tarefas domésticas e afins. Há muito para se fazer, ver e desfrutar em uma cidade como São Paulo, todavia, isso exige uma condição mínima de investimento e de conhecimento sobre o que se passa na cidade também. O segundo motivo pode estar associado a uma questão psicocultural. As entrevistadas transmitem certo resguardo em seus movimentos e pensamentos, isso faz com que suas ações sejam motivadas por propósitos bem definidos, ou seja, o caso específico de preferir ficar em casa coaduna com a ideia de que uma coisa que todo migrante busca é um lugar para estar, para se enraizar e por mais singelo que seja esse lugar, é plausível acreditar que: “o homem nunca abandona a busca de seu lugar. E o mais próximo é a sua casa habitada, a qual está sempre ligada à possibilidade de segurança e proteção” (Gonçalves, 2014, p.86). Embora não se sintam plenamente confortáveis na nova dimensão social, as migrantes vão se refugiando em suas casas que, por vezes, são o lugar que abrigam suas dores e fortalecem seus corações.

3.7 Sobrevivência

A cidade destino “escolhida” pelas entrevistadas, a despeito de ser aclamada cidade-global, por possuir atributos que assim a classificam: novas dinâmicas econômicas, aumento dos fluxos de capital, fortalecimento da economia de serviços, etc., é marcada por níveis elevadíssimos de desigualdade social. As

políticas públicas de saúde, educação e habitação têm-se mostrado débeis e a parcela mais empobrecida da população sente na pele os revezes da desigualdade. No início de 2017, 13,5 milhões de pessoas encontravam-se desempregadas no Brasil, dessas, 2 milhões em São Paulo. Um estudo elaborado pela ⁴¹*EconomistIntelligence Unit* constatou que Rio de Janeiro e São Paulo foram as cidades que mais subiram no ranking das cidades mais caras do mundo para se viver em 2017. Obviamente essa realidade atinge não só os cidadãos paulistanos, mas com muito ímpeto os milhares de imigrantes que voluntária ou involuntariamente têm procurado sobreviver nessa metrópole. Questionadas a respeito dos meios de sobrevivência que dispõem em São Paulo, as entrevistadas relataram suas dificuldades, sancionando uma das faces mais difíceis da imigração: conseguir se manter com dignidade no país de acolhida. Nenhuma das 15 entrevistadas trabalha formalmente, ou seja, com carteira registrada e direitos trabalhistas garantidos. Apenas 3 declararam trabalhar de modo informal para obtenção de renda financeira. Passemos a analisar a situação de cada uma dessas mulheres nesse contexto migratória na cidade de São Paulo.

⁴¹www.bbc.com/portuguese/brasil-39335278. Acesso 04/01/2017.

Tabela 3

Situação presente das imigrantes (trabalho)

NOME	TRABALHA INFORMALMENTE	TRABALHA FORMALMENTE	ONDE? EM QUE?	RECEBE AJUDA EXTERNA
Francisca	Não	Não	_____	Sim
Débora	Não	Não	_____	Ocasionalmente
Janete	Não	Não	_____	Ocasionalmente
Rosana	Não	Não	_____	Ocasionalmente
Elisa	Não	Não	_____	Ocasionalmente
Beatriz	Não	Não	_____	Ocasionalmente
Marta	Não	Não	_____	Sim
Maria	Não	Não	_____	Não
Cristina	Não	Não	_____	Não
Lucinda	Sim	Não	Faz serviços gerais em restaurantes: limpeza, etc.	Sim. Recebe uma cesta básica da igreja católica mensalmente.
Ruth	Sim	Não	Faz tranças e cabelo africano.	Não
Laura	Não	Não	_____	Ocasionalmente vem ajuda de Angola.
Paula	Não	Não	_____	Não
Mariana	Sim	Não	É cabeleireira. Trabalha em casa.	Ocasionalmente vem ajuda de Angola.
Roberta	Não	Não	_____	Não

Apenas as entrevistadas Francisca, 43 anos e Marta, 22 anos ambas estudantes apresentam uma situação económica um pouco mais estável, demonstram dispor de certa segurança financeira, pois como declarado recebem

auxílio direto de Angola: Francisca, da igreja e do salário de professora licenciada e Marta de sua família. Ainda assim, em seus depoimentos deixam transparecer as dificuldades enfrentadas no dia a dia para garantir a sobrevivência.

“Esporadicamente recebemos auxílio aqui da igreja brasileira. Agora tá chegando o frio, já ofereceram roupa de frio. A igreja da Vila Mariana nos dá uma cesta básica, o Mackenzie também nos dá uma cesta básica e outros amigos esporadicamente passam para ajudar”. (Francisca, 43 anos, estudante).

A entrevistada queixou-se de que os valores que saem de Angola chegam bem menores no Brasil por conta dos trâmites da transferência:

“O dinheiro tem que ser trocado em euros, depositado no banco de Portugal e o banco de Portugal transfere para o Banco do Brasil, esse movimento demora mais ou menos um mês, um mês e meio. Os valores chegam pequeninos, mas dá para cobrir as despesas, algumas ficam penduradas, estamos aprendendo com o brasileiro: paga uma conta e deixa outra (risos). A princípio nós íamos comer no restaurante todo domingo, todos os finais de semana, agora só uma vez por mês e vamos diminuindo contas”.

A estudante Marta, 22 anos conta com o apoio que vem de Angola:

“Apesar da crise econômica que o país está passando, o dinheiro ainda está chegando. Meus pais dão dinheiro, nas mãos deles, e eu recebo aqui”.

O dinheiro chega às mãos de Marta por intermédio de terceiros, ou seja, pessoas que viajam de Angola para o Brasil. Isso fica melhor entendido no depoimento da estudante Débora, 23 anos:

“A questão financeira tá meio difícil. Alguns cartões visa pararam de funcionar, agora você tem que esperar alguém que vem de Angola trazer dinheiro em mãos, que é muito arriscado, às vezes são pessoas que a gente não conhece, que nunca viu na vida”.

O relato de Débora repete-se ao longo de outros depoimentos, acrescentando-se que essa ajuda que vem de Angola não é frequente. Esse mecanismo de solicitar um favor para alguém que está vindo ao Brasil tem sido utilizado por muitos angolanos que residem no Brasil. Durante um período, especialmente entre 2015 e primeiro semestre de 2017, enviar dinheiro para fora de Angola tornou-se uma missão quase impossível através das agências

especializadas, a queda da cotação do petróleo significou menos entrada de dólares no país ocasionando restrições cambiais.

A estudante Janete, 34 anos conta como tem sobrevivido no Brasil:

“Na verdade quando eu cheguei, o meu tio me ajudou, me sustentou, pagou o primeiro semestre. Comprei o meu computador. Mas o resto, eu consegui pela fé. Porque eu não vim com muito dinheiro, vim com o dinheiro que meu tio me deu. (...) Uma dica que eu vou querer dar: mesmo se uma mulher estrangeira não tiver profissão, ela deve fazer um curso, algo que lhe possa ajudar, como eu fiz o curso de manicure aqui no Brasil com duração de dois, três meses. Isso me ajudou muito, eu fazia unha, aí eu arrecadava um dinheiro que ajudava pra comprar os livros. De Angola dificilmente vem recurso. Porque o governo angolano, você sabe, né? (...) A igreja ajuda com algumas coisinhas, como coisas de mulher. Às vezes eu recebo umas coisas da Igreja Congregação. “Eles têm trazido até hoje cestas básicas. Deus abre as portas da forma dele, tem de viver confiando”.

A falta de apoio financeiro regular impulsionou a entrevista a desenvolver mecanismos de manutenção própria, ou seja, chegando ao Brasil buscou um curso profissionalizante de curta duração, o qual lhe proporcionou trabalhar e conseguir dinheiro para aquisição de material de estudo. A estudante usa essa experiência para aconselhar futuras imigrantes a fazer o mesmo. Na condição de interna da faculdade Janete tem direito à moradia e alimentação diárias. Outras necessidades são supridas, segundo a entrevistada com ajuda da igreja, mas deixa transparecer que essa ajuda é pontual: “às vezes”. De facto um/a imigrante estudante que vier ao Brasil supondo encontrar apoio integral e permanente se deparará com a fragilidade de uma sociedade que apesar de ter boas iniciativas não consegue ser perseverante em suas ações. A estudante Rosana, 23 anos de modo objetivo disse: *“Eu recebo dinheiro lá de Angola”*. A estudante Elisa relata suas dificuldades:

“Os meus pais mandavam alguma coisa pra mim, mas devido à crise econômica, fechou as agências em Angola, aí tem essa dificuldade. Pra mandar alguma coisa só se for por alguém que saia de Angola. Quando eu trabalhava, era bem legal, entendeu? Porque dava para pagar a conta de quase tudo, pelo menos coisas básicas não faltavam”.

A entrevistada trabalhou durante nove meses num *callcenter*, mas seu contrato foi cancelado devido ao visto de estudante. Ela ainda acrescenta: *“É só*

Deus, porque é muita dificuldade entendeu? Somos 8 aqui. Tá todo mundo desempregado”.

A estudante Beatriz, 25 anos não foge à regra ao argumentar como tem lidado com a situação económica:

“Tenho recebido recurso (de Angola), mas não é aquele recurso que dá para cobrir todos os gastos exatamente. (...) Às vezes aparecem pessoas solidárias tentando nos ajudar. Estou a falar da minha pessoa. Têm alguns irmãos que gostam de mim, que perguntam: ‘você tá precisando de alguma coisa?’”.

Beatriz refere que algumas pessoas são solidárias a ela de modo particular. Quando utiliza a palavra “irmãos” faz menção à igreja, ou seja, a comunidade de fé da qual faz parte.

A sobrevivência de Maria (38 anos) vem por intermédio do marido que trabalha como electricista e o sustento de Cristina (17 anos) bem como da sua família é garantida por dois irmãos que trabalham:

“Quando morávamos na casa de imigrantes, ninguém trabalhava. Aí alguns começaram a trabalhar. Um como auxiliar administrativo, e o outro na área de construção civil. A gente economizava e viu que dava pra alugar uma casa, aí a gente saiu de lá”.

Lucinda, 31 anos vive com marido e filhos. O sustento da família viabiliza-se pelos eventuais trabalhos que realizam, ou seja, todo tipo de trabalho que gere rendimento: limpeza, manutenções, etc. A família também recebe ajuda da igreja católica. “Meu marido faz tudo o que aparece. *A igreja católica me ajuda. Todo mês a gente recebe cesta básica. Mas falta muita coisa! Eu ajudo em restaurantes (...) aqui pra ser cabeleireira tem de fazer curso primeiro”.*

Muitas angolanas são dotadas de habilidade para fazer penteados africanos e só encontrariam trabalho em salões especializados, um nicho ainda restrito no Brasil se comparado aos salões tradicionais, que exigem profissionais com amplo conhecimento no assunto. Ruth, 26 anos apresenta uma situação crítica:

“ Eu não tô trabalhando não. Você pode ver o jeito que está a minha casa”, (na casa da entrevistada praticamente não há móveis, a água está cortada e os alimentos são escassos). Eu tenho o meu espaço que eu divido com uma prima

minha, e a gente associa dinheiro, mas não tá sendo fácil, não. Me mantenho trançando. “Trançando, se aparecer aqui alguém, solicita: ‘você faz trança na minha filha ou pra mim’, é assim que eu me viro” (Ruth, 26 anos).

A situação de Laura, 29 anos também é bem delicada: *“A igreja ajuda um pouco, não é todos os meses. Minha tia mandou \$100, troquei ficou R\$300,00 é pouco, o aluguer é R\$550,00”.*

Na casa de Paula, 37 anos o sustento é garantido pelo filho e pelo marido: *“Eu tenho um filho que trabalha. Ele que já sustenta a casa. O pai também faz serviços, graças a Deus! Ainda assim o que ganham não é suficiente para a família composta por oito pessoas, tanto que a imigrante afirma: “Eu penso em trabalhar, fico o dia procurando trabalho”.*

Mariana, 27 anos sobrevive com o único filho por meio do trabalho de cabeleireira *“Não tenho trabalho não, só em casa. Eu faço cabelo quatro vezes por semana. No José Bonifácio⁴² me procuram muito. Às vezes é fraco, outros dias Deus ajuda, né? Se eu vejo que não vou conseguir pagar casa, vou ligar na minha família. Tem o pai do menino, ele ajuda, mas eu não quero mais. Eu quero criar meu filho sozinha”.*

Roberta, 25 anos mora com a mãe e um irmão. O sustento da família é garantido pela mãe que vende roupas no bairro do Brás. A entrevista foi realizada um dia antes da jovem iniciar o mesmo trabalho:

“Amanhã começo a vender roupas no Brás”.

Mesmo as imigrantes que sinalizaram relativa tranquilidade denotam fragilidade e preocupação em relação às condições de vida no contexto em que estão inseridas. O cenário é de insegurança diante da falta de emprego, de auxílio externo e diante do momento crítico pelo qual o Brasil atravessa na conjuntura

⁴² José Bonifácio é um bairro próximo com uma expressiva comunidade africana a residir ali.

social, política e económica. O modo de sobrevivência das entrevistadas foge à regra do trabalho- rendimento- sobrevivência, ou seja, os depoimentos coletados expuseram que as imigrantes não dispõem de uma forma regular de subsistência. No caso das estudantes dependem de gestos solidários na maioria das vezes praticados por pessoas ligadas às igrejas das quais fazem parte, de ajuda esporádica vinda de Angola e de apoio mútuo entre os membros da república, no caso das que vivem coletivamente. Entre as não estudantes a situação assemelha-se pela irregularidade das formas de subsistência que varia de ajudas extemporâneas de terceiros à informalidade de trabalhos pouco rentáveis.

3.8 Aspectos da integração

Questionadas sobre como percebem a sua participação na sociedade, como se sentem no novo contexto, ou seja, qual a imagem que têm de si mesmas, quais os maiores desafios que enfrentam na nova composição social, as entrevistadas revelaram várias dimensões que devem ser analisadas por servirem de diretriz não só para reflexão, mas, sobretudo para elaboração de uma agenda que produza mecanismos efetivos de integração social por parte da sociedade acolhedora.

Participação social ou cultural

P- Além da igreja, você participa de algum projeto social, cultural?

“Não, não. Eu fui uma vez na Consolação. Era a apresentação de uma peça teatral que fazia referência à África, organizada pelo consulado do Mali, só foi uma vez que eles convidaram. (...) Me sinto bem, bem, imigrante. Até por causa do contexto geográfico, né? Nunca me sinto parte daqui, em nenhum momento. Todos os dias acordámos nos sentindo bem, bem, estrangeiros mesmo” (Francisca, 43 anos, estudante).

Francisca é incisiva em sua afirmação, a estudante parece focar-se em seu objetivo, concluir seus estudos e retornar ao seu país. As expressões: *“bem, bem imigrante”* e *“nunca me sinto parte daqui”*, acentuam a ideia de que a entrevistada tem consciência de sua condição temporária no Brasil. A expressão forasteira revela o grau de deslocamento sentido pela estudante Débora quando de sua chegada. Nesse caso forasteira pode ser uma palavra usada pela imigrante na

intenção de denotar estranhamento bem como acentuar sua condição de estrangeira:

” Antes eu participava de uma instituição: Dom Bosco, não sei se já ouviu falar a Valéria, eu fazia curso lá o ano passado, até já terminei, eu fiz estética, e também a gente tinha um grupo de associação de trabalhos sociais, mas depois eu parei por causa de alguns assuntos pessoais”. (...) A princípio eu me sentia forasteira. Hoje eu não sinto tanto. Eu fui aprendendo como é a cultura daqui. Apesar que tanto em Angola como aqui a gente fala português, mas é um português meio que diferenciado no sotaque e algumas palavras diferenciam o significado”. “Não sinto tanto” (Débora, 23 anos, estudante).

Na expressão “hoje eu não sinto tanto”, referindo-se a sensação que tinha quando chegou (forasteira) é como se implicitamente Débora dissesse: mas é impossível não sentir-se de fora, estrangeira. Por seu lado, a estudante Marta, 22 anos afirmou nunca ter participado de um projeto ou evento social idealizado para imigrantes ou não no Brasil, mas declara que se tivesse oportunidade participaria.

Na cidade de São Paulo há muitas iniciativas sócio culturais para imigrantes ou para sociedade de modo geral, entretanto grande parte dessas produções ficam circunscritas às regiões centrais e acabam se tornando inacessíveis àqueles que vivem nas periferias ou que por falta de informação não se apropriaram dos aparelhos culturais, sociais e educacionais que lhes são de direito.

Questões de adaptação

No que se refere ao processo de adaptação, na perspectiva da estudante Elisa, a maior dificuldade sentida por ser estrangeira é não poder trabalhar:

“Não poder trabalhar por causa do visto”. (...) Já não choro mais, já me adaptei, já se sinto adaptada aqui, a princípio foi difícil, mas agora estou “de boa” (Elisa, 22 anos, estudante).

Sobre a questão da adaptação, a estudante Janete, 34 anos defende que: *“Ser uma imigrante, uma estrangeira, principalmente nos primeiros tempos, fica difícil porque você não conhece ninguém, e você tem de interagir, ganhar confiança das pessoas”.*

Foi isso que tentou fazer Cristina, 17 anos desde que chegou ao Brasil:

“No princípio quando eu vim, eu me sentia muito, muito como uma imigrante. Eu entrei no meio do ano, todos já tinham amizades. Eu ficava isolada, mas a partir de 2016 entraram pessoas novas. Agora eu consegui me adaptar. Me sinto mais livre, mais espontânea. Me sinto como uma pessoa do país. Eu tô de boa. Eu daria nota 10 para minha integração”.

O convívio com jovens brasileiros, o encontro com novas pessoas associados ao dinamismo pessoal desta entrevistada cooperaram para construção de laços sociais refletidos na nota que atribuiu à sua integração.

Enquanto Cristina revelou grau máximo de integração ao atribuir 10 a sua dinâmica de integração, Lucinda, 31 anos, conferiu nota 4 à mesma questão:

“Eu fui bem acolhida cá no Brasil. Tô gostando de estar aqui. Daria 4”.

Lucinda foi a que mais demonstrou dificuldade em expressar-se. Apesar de reconhecer pontos positivos no local onde vive como o facto de ter escola para os filhos, refletiu em sua resposta certo desencanto pela situação e as condições em que está vivendo, durante sua narrativa deixou implícito o desejo de um dia ter essa nota aumentada, talvez isso aconteça quando se sentir mais amparada economicamente. Da mesma maneira Maria, 38 anos enfatiza que gosta de viver no Brasil: *“A vida é muito diferente, acho bom viver aqui. Estou muito feliz. Só falta trabalho”.*

Esta imigrante (Maria) apresenta um perfil de integração diferente das demais, é a que está há mais tempo no Brasil; infere-se que nesse período identificou o funcionamento da engrenagem social do país de acolhida sendo capaz de avaliá-la e compará-la ao país de origem decidindo permanecer no país para o qual veio.

Diante das adversidades que enfrenta em sua nova vida fora de Angola a estudante Elisa, 22 anos relata:

“Eu me identifico como uma mulher que além de ser estudante é uma guerreira, porque esse tempo todo em que estamos aqui temos passado por muitas dificuldades. Então me sinto uma mulher guerreira que está a vencer os obstáculos”.

De facto muitos são os obstáculos postos diante dessas mulheres em seu contexto de imigração: lutam pela sobrevivência diária, para alcançar os objetivos propostos quer sejam a conquista de um diploma ou simplesmente manterem-se com dignidade no país que escolheram para viver nesse tempo de suas vidas.

No caso de Ruth, 26 anos, ela refere ao processo de familiarização e de adversidades enfrentadas deixando explícita a necessidade e a busca pela inserção na sociedade ainda que esta não lhe seja fácil nem plenamente favorável.

“Eu já trabalhei aqui no Brasil, né? Eu trabalhei no Mc Donalds e foi normal, posso bem dizer que ao mesmo tempo posso me considerar imigrante, porque há outras coisas que eu me limito, né? Por causa assim, em termos de trabalho, que a pessoa não te valoriza, mas quando ela pega o teu diploma e vê o seu passaporte e vê outra coisa lá, ela fica te considerando, mas no princípio não é fácil não. Te olham com um olho que você se sente diferente. Mas agora eu me sinto de casa mesmo” (Ruth, 26 anos).

Por sua vez, Laura, 29 anos deixa transparecer como segue seu processo de integração:

“Lá no hospital tem uma doutora que me recebe com muito carinho, mas na rua... Você é a primeira pessoa que está se interessando em saber da minha vida”.

A declaração dessa imigrante remete a uma versão proferida anteriormente por uma estudante ao dizer que “ninguém liga pra ninguém”. Laura traz à tona a questão do interesse pelo outro. A alteridade deve ser um princípio norteador nas relações interculturais que se multiplicam no mundo globalizado em que vivemos.

Indagadas sobre o seu processo de integração, desafios e percepção de si mesmas no cenário social em que estão inseridas, as entrevistadas apresentam semelhanças e diferenças que permitem entrever marcas da individualidade de cada mulher: desde a que se sente feliz por estar na sociedade brasileira àquela

que considera não ter atingido nem a metade do desejável no que tange à sua integração. É ainda possível distinguirmos outras posturas como o caso de entrevistadas que sabem que estão de passagem no país e outras que entendem terem alcançado o conforto da adaptação: *“eu me sinto de casa mesmo”*

3.9 Impressão positiva do Brasil/ Brasileiros

Alguns imigrantes têm a oportunidade de escolher o destino de sua imigração considerando previamente variáveis como facilidade de idioma, política de acolhimento, condições socioeconômicas e oportunidade de trabalho no país para o qual seguirão. Isso não é uma regra, mesmo neste trabalho já podemos atestar que o Brasil não era a opção para algumas entrevistadas. Mas o facto é que elas aqui chegaram (por vontade primeira ou não) e permanecem no Brasil, em São Paulo. À vista disso procurámos saber qual a impressão que têm do Brasil no tocante a política social e dos brasileiros de modo particular. Na primeira abordagem descobrimos que as imigrantes consideram que a educação no Brasil é superior à de Angola, com melhor qualidade e mais oportunidades de ensino-aprendizagem: Na perspectiva de Francisca a *“Educação no Brasil tem um leque muito grande de oportunidades desde os cursos à distância, presenciais, semipresenciais; cursos gratuitos” (estudante)*. O mesmo entendimento tem Janete que refere *“Aqui tem muito recurso, principalmente na área teológica”*. Já a jovem Cristina (17 anos) estabelece uma comparação entre os dois países ao dizer que *“aqui os estudos são diferentes, você tem de se esforçar mais.” Na condição de mãe Lucinda afirmou: “as crianças estudam aqui, então é melhor”*.

No caso de Paula, 37 anos a gratuidade do ensino básico no Brasil foi responsável pela vinda coletiva da família para São Paulo. Mesmo com uma série de ajustes e melhorias pelas quais a educação no Brasil precisa passar, ainda assim essas imigrantes fizeram menção positiva a esta política pública do Estado brasileiro, fazendo-nos pensar que a educação em Angola tem muito que avançar. Se tivéssemos estabelecido um ranking nessa temática, ou seja, política pública positiva, a saúde viria em segundo lugar na opinião das entrevistadas: *“os médicos daqui são muito bons”* Maria, 38 anos. Para Mariana, 27 anos *“Há bom atendimento nos hospitais”*. Cristina, 17 anos admira-se quanto ao tipo de salubridade existente

ao dizer “aqui dificilmente você pega doenças por comer alimentos ou tomar água”, hábitos que apesar de corriqueiros em tantas partes do mundo podem ser um grande problema em Angola.

No que se refere ao acesso a outros bens essenciais e infraestruturas Laura, 29 anos sente-se muito feliz por poder usufruir de luz elétrica diariamente sem interrupções e se locomover através do metrô. Roberta, 25 anos fez uma declaração chocante: “Comer aqui é uma coisa normal, lá em Angola não. Aqui tem muita oportunidade!”. Ou seja, há uma diferença enorme entre a generalização de acesso a bens de sobrevivência no Brasil e em Angola.

A percepção que as imigrantes têm do Brasil ou pelo menos da região em que estão inseridas e pelas quais circulam é de um lugar que oferece boas condições em preceitos básicos para crescimento e desenvolvimento humanos que são saúde e educação. Sobre os brasileiros, a opinião das imigrantes caracteriza-se por “compaixão” na visão da estudante Débora. Na perspectiva de Beatriz “O povo brasileiro é acolhedor”. A Marta acrescenta que o brasileiro é “Um povo alegre, sabe receber bem as pessoas”.

3.10 Racismo/preconceito

Tarefa delicada e indispensável à compreensão de fatores de integração, a apuração relacionada às questões de racismo e preconceito sofridos pelas imigrantes revela a face complexa de um tema que deve ser exaustiva e seriamente tratado no intuito de dirimir os danos que têm causado à vida de milhares de pessoas oriundas do continente africano, notoriamente homens e mulheres negros que chegam todos os dias à cidade de São Paulo em busca de uma vida melhor supondo usufruir o direito de ir, vir, permanecer e sair do território brasileiro sem quaisquer restrições. Nem todas as entrevistadas “denunciaram” explicitamente ter sofrido algum tipo de preconceito e/ou racismo no período em que estão vivendo em São Paulo; no entanto, este infortúnio muitas vezes está camuflado em outras circunstâncias da integração.

Em resposta à indagação feita nas entrevistas “Em relação ao bairro onde mora e a cidade de São Paulo como um todo, você alguma vez sofreu algum tipo de preconceito sutil ou aberto? Foi possível obter informação muito rica e diversa sobre os sentimentos de racismo vivenciados por estas mulheres imigrantes angolanas.

Racismo pela cor da pele

“Sim, já. Eu vejo assim, é uma discriminação bem sutil mesmo. Principalmente a minha filha, ela sofre muito. Ela diz: ‘mãe, aqui todo mundo me persegue’. Eu falo: você é negra! Nós sentimos muito quando vamos ao shopping: você entra numa loja, ninguém se interessa em perguntar o que você quer; parece que você não vai comprar. Nas lojas do shopping parece que as pessoas são medidas por sua cor, sua posição social. Se você quer comprar uma coisa, você tem de chamar a atendente. Parece que negro não compra nada, negro não tem dinheiro, não gasta, não compra nada. Isso é um tipo de discriminação. Sentimos isso mesmo” (Francisa, 43 anos, estudante).

A mesma entrevistada prossegue:

“A sociedade no geral não tolera negros, eu sinto isso. Especialmente São Paulo é uma cidade muito preconceituosa, é uma cidade muito preconceituosa. As pessoas são muito apáticas em relação aos negros”.

O uso do verbo tolerar vem carregado da angustiante sensação de se estar num lugar apertado e bastante incómodo. A entrevistada conclui dizendo que até *“Na igreja têm pessoas que se esforçam para conviver com a gente, tem pessoas que simplesmente não gostam mesmo da gente. A gente vê, dá pra notar”.*

O depoimento de Francisca foi regado com um misto de emoção e frustração e também certo alívio pela oportunidade de desabafar sobre algo que lhe é incómodo. “o caráter perverso do racismo brasileiro se situa exatamente na sua invisibilidade. Ele se mantém como algo que socialmente não é falado, não é ecoado” (Sampaio, 2011).

No caso de Débora, 23 anos, estudante, ela foi vítima de racismo diversas vezes desde que chegou à São Paulo:

“Tem vezes no ônibus eu me assento e fica um lugar livre ao meu lado, eu digo para alguém que está em pé: ei, tem lugar. A resposta: não, não obrigado! Mas levanta outra pessoa e imediatamente o lugar é ocupado por quem estava de pé. Isso dói, né? Nós somos pessoas, né?”

O preconceito se manifesta em diferentes meios e modos. Dentro de transportes públicos, por exemplo, atos de racismo são recorrentes. Débora prossegue:

“Uma vez eu entrei no metrô encontrei uma mulher com seu bebê no colo, ela estava sentada, aí eu sentei, de repente a mulher levantou e ficou de pé. Outra pessoa veio e se sentou normalmente. Do outro lado, levantou-se alguém, ela foi lá e sentou. Eu fiquei nossa..., mas por que ela fez isso?”

Como utiliza com frequência esse transporte para ir à faculdade a estudante expõe-se diariamente a ataques xenófobos:

“Uma vez eu subi no metrô e um senhor branco, brasileiro, chegou, olhou pra mim e falou: ‘vixe Maria, em nome de Jesus, chegaram aqui esses candomblés, esses bruxos. Vai lá para o vosso país na África, ele ficou falando um bocado de coisas...”

Débora compartilha mais um insulto do qual foi vítima:

Ainda no metrô um grupo de estudantes brancas falavam em voz alta: *“Nossa, tá fazendo engarrafamento no país dos outros querendo emprego, a gente não consegue, eles vêm aqui de boa e conseguem”. Isso dói no coração, né?”*

Uma fala que além de discriminatória revela a falta de conhecimento de quem a proferiu em relação à vida dos estudantes imigrantes que chegam à cidade, tais pessoas reproduzem o que o senso comum diz a respeito dos imigrantes, que vêm para “tomar” o emprego dos brasileiros. Não só no transporte público, mas em outros lugares Débora foi vítima de discriminação em virtude de sua negritude: *“No mercado uma moça passou a minha frente. Eu disse: ‘moça eu cheguei primeiro’. Ela respondeu: ‘quem é a dona do país eu ou você’? Vai lá para vossa terra”.*

A situação se agrava quando para além da agressão moral os imigrantes são fisicamente agredidos:

“Uma vez uma moça, não sei, acho que tem uma cicatriz aqui no braço, uma moça me queimou com cigarro no Brás. Queimou meu braço. Eu fui atrás dela e disse: moça, você me queimou de propósito. Ela respondeu: o quê? Que cor preta, suja!!!” (Depoimentos da estudante Débora, 23 anos).

Hoje as pessoas e instituições democráticas discriminam outras pessoas pertencentes a grupos sociais diferentes, no entanto, muitas vezes, não são formalmente acusadas de preconceito. Isso se dá pelo facto do sujeito que pratica o ato discriminatório “usar alguma estratégia que lhe permite discriminar sem ser socialmente condenado” (Pereira & Vala, 2010). Por exemplo, a esse propósito, a estudante Janete, 34 anos relata:

“Vemos isso muito no ônibus. Nós somos africanos e no ônibus às vezes as pessoas não querem sentar do seu lado, entendeu? Nem te olha na cara. Nem quer te dar conversa, entendeu? Mas a gente... Não colocamos isso no coração, né? Sabemos que nem todo brasileiro é assim. Sabemos que o Brasil é uma mistura de muitos povos. Talvez a pessoa que estava errada não era um brasileiro”.

Janete procurou ser gentil nesse depoimento, não querendo enquadrar todos os brasileiros na categoria de preconceituosos, sugestionou que talvez quem cometa essas infrações não seja brasileiro, numa tentativa de amenizar a questão, mas pressupõe-se que a entrevistada tem capacidade para distinguir plenamente cidadãos brasileiros e estrangeiros.. A estudante Rosana também já passou por constrangimentos no transporte público: *“ No ônibus, no metrô, às vezes quando você chega tem gente sentada e se levanta”.*

A estudante Elisa, 22 anos relata situações delicadas por que passou:

“Já foram várias vezes que eu saí pela rua andando, indo para a estação e as pessoas olhavam pra mim e corriam, não sei se com medo de que eu pudesse fazer alguma coisa. Medo ou preconceito, né? No metrô as pessoas olham daquele jeito meio arrogante. Já outro dia aqui na São Bento a pessoa chegou a me ofender mesmo, começou a xingar, só que eu não liguei e saí andando”.

A estudante Marta, 22 anos não hesitou em compartilhar alguns dos momentos em que foi vítima de racismo:

Tem! Tem preconceito. Tem medo também. Aqui dizem que negro é bandido. E a gente já vivenciou isso muitas vezes. Certa vez a gente tava aqui

nessa rua... conversando normalmente, apareceu uma moça que olhou pra gente e ficou com medo de nós, voltou pra trás. Pensou que a gente era bandido. Ela ficou com medo e voltou. Recuou”.

Ela faz questão de enfatizar o facto por ser quase difícil acreditar que as pessoas simplesmente fujam para não estarem próximas de pessoas negras:

“Sério mesmo, isso acontece muito. Às vezes quando a gente sai pra fazer entrevista de trabalho, a gente quer saber o endereço, nos aproximamos de alguém, a pessoa muda de caminho, fala que não quer... ‘não vou nem olhar na cara de vocês’. Logo se afasta” (Marta, 22 anos, estudante).

Mas o sentimento de discriminação se estende também aos espaços escolares. No caso de Elisa, ela lamenta a mudança de comportamento dos colegas da faculdade:

“Na faculdade a princípio era bom, a gente chegou foi acolhido. Depois de um tempo as pessoas se afastaram da gente; então era assim a gente só falava entre nós (angolanos) e eles só falavam entre eles (...) Mudou um pouquinho, a escola percebeu, vieram psicólogos para conversar. Mas já não é a mesma coisa. (Elisa, 22 anos, estudante).

Há também denúncia de situações de discriminação na procura de emprego como a situação relatada por Elisa:

“Outro preconceito que sofri foi quando fui procurar emprego, eu estava com uma amiga angolana. Estava ainda acontecendo um processo seletivo; quando a gente chegou e perguntou na recepção, a moça disse que já havia terminado, mas o pessoal entrava para fazer o processo seletivo para nós já não tinha” (Elisa, 22 anos, estudante).

Nas palavras de Sampaio:

O racismo é uma chaga que desencadeia o adoecimento seja psíquico ou físico, porém que não mina apenas as pessoas de cor preta ou parda, mais que isso é capaz de solapar o conjunto da sociedade, uma vez que dela são retiradas as muitas oportunidades de engrandecimento por intermédio do talento que emana da diversidade. (Sampaio, 2011, p.57).

O mesmo acontece em contexto hospitalar. Marta mencionou um dia em que sofreu racismo sozinha, não estava em companhia dos seus amigos e amigas angolanas:

“Sozinha... eu sofri quando estava fazendo estágio. No hospital... Ah, esqueci o nome... Hospital Santana. Eu estava estagiando no curso de radiologia. Chegou uma paciente. Eu expliquei pra ela como ia ser o procedimento, e ela simplesmente me disse que não. Eu disse que precisava tirar o sutiã ou iria atrapalhar na imagem. Ela ficou me olhando... E me perguntou: ‘quando você vai embora daqui?’. Eu fiquei assim, nossa que pergunta e respondi: quando eu terminar minha formação, e ela disse ‘ah, tá’ com aquela voz de arrogância. Aí eu expliquei como seria o procedimento do exame. Ela falou que não ia tirar o sutiã. Eu tive que chamar o técnico, explicar a situação. Quando o técnico foi falar com ela, aceitou, ficou sorrindo... Deu pra ver que não queria que eu me aproximasse dela porque eu era africana. Notou que eu era africana, e era negra, né? Tipo, foi um caso de preconceito mesmo” (Marta, 22 anos, estudante).

Sim, foi um caso de preconceito e de crime também. Os atos de discriminação por raça e cor são considerados crimes no Brasil desde 1989. Além dos crimes de racismo, também há a conduta chamada de injúria racial (artigo 140 do Código Penal), que se configura pelo ato de ofender a honra de alguém se valendo de elementos referentes à raça, cor, etnia, religião ou origem. Assim sendo, os depoimentos transcritos até aqui configuram crime de racismo ou injúria racial, mas nenhum deles foi denunciado, isso porque:

O “silêncio alienado diante do racismo” (muitos imigrantes ao chegarem ao país destino não encontram respaldo que lhes permita “falar” ou reagir diante da adversidade do preconceito) “mostra o quanto a naturalização de discriminações acabam por minar os seres humanos”. Estes imigrantes têm a sua condição de existência amplamente vulnerabilizada, devido a uma contínua retroalimentação do trauma. (Sampaio, 2011, p.56).

Sofrem com a legitimação da discriminação, ou seja, “o processo através do qual comportamentos discriminatórios são justificados” (Jorge & Vala, 2010). Os relatos continuam e a voz de Mariana, 27 anos também se faz ouvir:

“Eu senti porque onde eu morava tem uma senhora (a dona da casa) como você é negra é maltratada, né? Porque você é africana. A senhora era um pouco ruim. Ela me maltratou muito por eu não ser do Brasil. Também no metrô, você anda com o bebê, pra sentar é difícil, por quê? Porque podem ver você com o bebê, ninguém levanta, mesmo o bebê estando a chorar”.

Roberta, 25 anos não soube falar sobre o assunto, mas apoiou-se na experiência da mãe:

“Eu não sei não, porque eu não sou muito de sair, por enquanto só estou em casa. Os vizinhos cumprimentam normalmente: oi, oi, estás boa? Não sei, né? Mas minha mãe diz que eles são muito diferentes com pessoas negras”.

Se por um lado as estudantes expuseram com detalhes circunstâncias que as envolveram num enredo de preconceito e discriminação, outras mulheres de modo objetivo alegaram não ter sofrido preconceito racial, é o caso de Maria, Cristina, Lucinda, Ruth, Paula e Laura.

Quando comparados, o quotidiano das imigrantes estudantes e o das mulheres não estudantes constata-se que as primeiras apresentam maior dinamismo, quer dizer, no sentido de locomoção, por exemplo, as estudantes estão diariamente expostas aos transportes e espaços públicos de grande circulação de pessoas como a faculdade, por exemplo, enquanto as mulheres não estudantes declararam passar boa parte do tempo em casa ou na circunvizinhança por conta da escola dos filhos e das compras para casa. O grau de exposição pode refletir o nível de ataques sofridos, ou seja, quanto mais se expõe, mais se está vulnerável. As estudantes circulam pelo centro da cidade e lidam com pessoas diferentes todos os dias, as mulheres não estudantes moram no mesmo bairro, pode-se dizer que convivem com as mesmas pessoas o que pode favorecê-las no sentido de que as pessoas já estejam acostumadas com a presença delas na comunidade. Por outro lado essas mulheres podem simplesmente serem vítimas do silêncio alienado do racismo. De qualquer forma a lacuna entre as que falaram abertamente sobre o assunto numa demonstração de plena consciência do que acontece na sociedade brasileira e as que optaram por uma resposta curta e simples, é muito grande, a impressão é de que não estão na mesma cidade nem enfrentam os mesmos dilemas.

4. Projetos para o Futuro

Diante da circunstância migratória para além das motivações originárias da partida nascem expectativas, sonhos e projetos futuros os quais se fortalecem ou fragilizam-se com a passagem do tempo. Os planos da estudante Francisca, 43 anos são definidos em sua declaração:

“Minha alma é bem africana, bem angolana e a minha maior alegria é contribuir com alguma coisa para o meu país. Lá no meu país que precisa de quadros bem formados, porque têm pessoas formadas lá, mas não têm as possibilidades que eu tenho de estudar numa Mackenzie, com uma estrutura dessa”.

Essa estudante revela o profundo vínculo que tem com sua terra de origem. A ruptura é momentânea, basicamente geográfica, o futuro é projetado na expectativa do retorno solidário, ou seja, compartilhar o que aprendera para engrandecimento da nação. A estudante Débora, 23 anos espera obter sucesso profissional:

“Eu acho que é a visão de qualquer profissional formado em uma área: estudar, ajudar no seu país, ajudar as pessoas e a si mesmo e conseguir alguma coisa que possa render”.

A estudante Janete, 34 anos, já está na expectativa do retorno: *“Estão esperando o meu regresso lá”.*

A estudante Rosana, 23 anos voltará para Angola ao fim da sua formação:

“Não quero morar aqui, mas voltaria pro Brasil pra passear, depois que estiver em Angola trabalhando, voltaria sem problema”.

Este não é o caso de Elisa, 22 anos, estudante que pretende estender sua estadia no Brasil: *“Vou ficar por um tempo talvez 5, 10 anos mais (risos), porque conheci alguém, então essa coisa, né? É algo que a gente precisa decidir juntos”.*

A estudante Beatriz, 25 anos também pretende prolongar os dias no Brasil:

“Vou ficar mais um pouco, fazer especialidade se Deus ajudar eu faço. Também pretendo fazer outra formação além da especialidade. Estou pensando em fazer radiologia industrial e mamografia. O mercado está muito forte então quem tiver mais curso tem mais oportunidades”.

Marta, 22 anos, estudante quer aproveitar a oportunidade de já estar no Brasil e se especializar em outras áreas para então regressar a Angola:

“Eu queria fazer estética, só que lá na minha faculdade não tinha esse curso, só tinha radiologia e segurança do trabalho. Então optei por fazer radiologia, mas a estética ainda não é um sonho esquecido, eu ainda vou fazer, depois meu objetivo é voltar para trabalhar.”

Maria, 38 anos não pretende voltar para Angola. *“Estou muito feliz. Só falta trabalho. Estou sossegada”*. ~

Os planos de Mariana, 27 anos são ficar no Brasil:

“A vida não tem lugar ruim para gente. Você vai colocar o seu pé se você disser vai dar certo, tudo dá certo. Pode ser sofrimento, mas eu não vou colocar sofrimento na minha cabeça. Eu sei que Deus amanhã vai ter outra história, né? Assim que eu for na minha mãe, eu quero lhe ver, mas volto eu quero ficar”.

Ruth, 26 anos aparenta certa indecisão quanto ao seu futuro:

“por enquanto estou aqui no Brasil, se eu conseguir como, eu saio porque eu passei muita coisa aqui no Brasil, eu aprendi muito, mas eu também sofri muito. Teve uma época que eu sentava e chorava, minha filha perguntava se não tinha nada pra comer, quando eu penso no que eu passei eu até choro (...) conseguindo pagar um aluguer, manter os meus filhos, eu ficaria no Brasil.

Lucinda, 31 anos com sua peculiar objetividade disse: “tenho esperança de me dar bem aqui no Brasil”.

Em suma, as entrevistadas dividem-se entre o desejo de voltar para Angola e o de permanecer no Brasil o que traduz o apego desenvolvido em relação à sociedade de acolhimento onde encontram de um modo geral, melhores condições do que em Angola.

CAPÍTULO VII- Discussão dos resultados

Esta dissertação teve por objetivo estudar o processo de integração social das mulheres angolanas em São Paulo. Os dados foram colhidos através de entrevistas semi-estruturadas em profundidade. As entrevistas foram colhidas entre dois grupos: o primeiro de mulheres imigrantes estudantes e o segundo de angolanas que migraram por outros motivos relacionados, sobretudo pela busca de uma vida melhor. A entrevista foi pautada por questões que permitiram descobrir os percursos de vida das entrevistadas pré e pós chegada ao Brasil e detectar a diversidade de histórias que dispúnhamos. O material resultante das entrevistas abriu o caminho para a análise e reflexão do processo de integração das angolanas na sociedade acolhimento. Quanto ao enquadramento geográfico de nossas entrevistas, explicitamos que as estudantes entrevistadas residem em 4 bairros diferentes de São Paulo: Arthur Alvim, Belém, Centro e Jardim Aracília, enquanto as mulheres não estudantes foram entrevistadas no mesmo bairro Jardim Piratininga. Das 15 entrevistadas, 10 são oriundas de Luanda, capital de Angola as demais são de: Cabinda, Benguela e Uíge. O processo de integração das imigrantes foi refletido a partir das trajetórias de vida de cada uma delas, apuradas através de sua identidade e origem social, condições socioeconómicas, escolaridade, atividades profissionais, projeto de vida (pré e pós imigração), relacionamentos sociais. As entrevistadas apresentaram diversidade quanto ao tempo de escolaridade que varia da 7ª classe à pós graduação (Mestrado), independentemente desse facto, as mulheres angolanas estão imigrando e o Brasil é uma opção para esta imigração. As situações que envolveram a saída de Angola também foram distintas. No caso das estudantes, a saída foi compartilhada e aprovada pela família e no caso das não estudantes houve casos de fuga e/ou forçada.

Na questão de acomodação no país de acolhida, as mulheres assemelham-se no modo como fizeram esse processo: vivem em casas arrendadas, mas divergem na estrutura, as não estudantes vivem num bairro precarizado enquanto as demais moram em lugares com melhor estrutura.

De um modo geral, as mulheres valorizam a cultura de origem, preservam traços culturais como o apreço pelas roupas tradicionais, comida típica, música e a fluência de várias línguas angolanas. As condições de sobrevivência das imigrantes na cidade de São Paulo são imprecisas na maioria dos casos, apenas duas estudantes recebem ajuda regular vinda de Angola para sua subsistência no Brasil, entre as mulheres não estudantes três declararam trabalhar de modo informal, ou seja, sem registro em carteira e esporadicamente como cabeleireira ou ajudante de serviços gerais. A integração das mulheres entrevistadas pode ser considerada parcial devido a inexistência ou enfraquecimento de fatores imprescindíveis na construção e manutenção de um processo integrativo legítimo. Dessa maneira elencamos: falta de trabalho, fragilidade de laços comunitários, racismo excludente e vulnerabilidade social.

As mulheres angolanas estão imigrando e já não é possível desconsiderar esse facto, tão pouco tratar a imigração angolana numa perspectiva geral, ou seja, falando de homens e mulheres como um todo, as especificidades da imigração feminina (angolana) no Brasil constituem material riquíssimo para ser analisado. Até onde se sabe nenhum estudo tratou essa questão de modo particular. A imigração de mulheres angolanas para o Brasil é um fenómeno do século XXI, não que isso inexistisse nos séculos anteriores, no entanto, se retrocedermos, inevitavelmente, falaremos da presença de mulheres angolanas no Brasil em consequência do período escravocrata dos séculos XVI a XIX e posteriormente no século XX, em situação de refúgio, em virtude da guerra civil em Angola que obrigou milhares de seus cidadãos a deixarem o país para salvar as suas vidas. Atualmente essas mulheres estão imigrando por decisão própria, ainda que motivadas por situações de adversidade, mas são elas as protagonistas de seus projetos imigratórios. A literatura oferece vasto material que sustenta a intrínseca aptidão do ser humano para deslocar-se, mover-se, mudar, ou seja, imigrar é coisa de humano, não obstante é um direito humano por vezes mal entendido em sociedades que adotam uma postura rígida com o propósito de se auto-protegerem e assim, sonégam ao outro (imigrante) o direito universal de ir e vir. Com base no entendimento da disposição natural das pessoas em removerem-se de um lugar para outro sempre que desejarem ou forem forçadas a fazê-lo compreendemos

perfeitamente a aspiração das angolanas em saírem de seu lugar de origem para se estabelecer em outra terra e nela desfrutar de novas “oportunidades, possibilidades, construção de um futuro sem a mediação do passado” (Garcia, 2007). Por tratar de algo subjetivo, portanto, de caráter privado a imigração das angolanas demonstrou diversidade entre estas mulheres, ou seja, mulheres com histórias de vida, níveis de educação formal e relações familiares distintas. Marinuci (2007) fala do aumento da imigração feminina que vem ocorrendo no continente africano, diante disso é possível afirmar que as mulheres angolanas enquadram-se nas estatísticas e para mais a cidade de São Paulo tem recebido um fluxo de mulheres africanas que vêm modificando não só a paisagem urbana como indicando que a cidade precisa ajustar-se a essa nova realidade social.

Ao abordarmos questões relacionadas com a trajetória social detectamos que até certa altura, tanto as estudantes, quanto as demais mulheres apresentaram características assimétricas quanto valorização da cultura, infância e condições socioeconômicas de origem, mas quando trazidas para o centro da reflexão as temáticas da participação da família no momento presente associada ao nível de escolaridade das imigrantes os contrastes aparecem e refletem diretamente no processo de integração. Sobre as assimetrias concordamos com Hall:

não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça, uma cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural, para representá-los todos como pertencendo à mesma e grande família nacional (Hall, 2006, p.59).

O facto de terem nascido em Angola unifica culturalmente as entrevistadas. O que diverge entre elas é a forma de expressar teoricamente o assunto, numa clara demonstração de que em certa altura da vida, valores comuns e pertenças mútuas assumem formas de manifestação diversificadas de acordo com a competência dos agentes que as transmitem. Nesse caso, as estudantes conseguem dar um passo além do básico e refletir com mais clareza sobre os princípios culturais de seu país. A educação é uma mais valia para todo ser humano. No contexto migratório em pauta, ainda que sujeitas à mesma conjuntura posto que a condição de imigrante num primeiro momento nivela todas as entrevistadas é, a educação, um diferencial na tarefa de iniciar o complexo processo de integração. As estudantes demonstraram maior desenvoltura para

lidar com as situações do cotidiano. São mais expansivas enquanto as demais mulheres demonstram-se retraídas. Concordamos com Silva & Carvalho (2009, p.247) ao afirmarem que “a educação/ escolarização é um fator de mobilidade e afirmação social”. Detectamos neste trabalho que as mulheres estudantes possuem ferramentas que as colocam numa posição de proeminência em relação as mulheres não estudantes, e isso no sentido da escolarização, ou seja, se por um lado o facto de ser uma estudante universitária não exime as angolanas de sofrerem assédios morais, racismo e deparar com as dificuldades cotidianas relacionadas à condição de imigração, há de se admitir que as estudantes possuem recursos intelectuais capazes de interpretar mais claramente as perversões sociais praticadas na sociedade acolhedora. Algumas das entrevistadas partilharam a sua frustração por não terem obtido um nível de escolaridade mais elevado ou por não terem completado estudos. Nos discursos das entrevistadas, percebe-se que as estudantes demonstram uma maior consciência do contexto em que estão envolvidas e têm mecanismos de defesa mais arrojados para lidar com situações de preconceito.

Observamos que, mesmo distantes de sua terra, o incentivo que as estudantes recebem de suas famílias as mantém resolutas em seus propósitos. Macedo (1994, p.63) diz que: “na sociedade em geral, a família é vista como uma entidade que situa e legitima o indivíduo em seu espaço social”. Legitimidade aqui pode ser entendida como autenticação, ou seja, as estudantes vieram para o Brasil asseguradas de que suas famílias apóiam seu projeto imigratório e permanecem como base de sustentação para ele no espaço social do qual agora fazem parte. No entanto, é preciso esclarecer que quando falamos em sustentação, não referimo-nos no sentido de sustentação financeira. As entrevistas evidenciaram que as estudantes de modo geral não recebem recursos financeiros de suas famílias para suprir suas necessidades. O sustento nesse caso, é emocional, enquanto permanecem em situação de imigração as palavras de incentivo, ânimo e perseverança provenientes de suas famílias funcionam como alicerce para as construções pessoais que estão fazendo bem como de base para superar as dificuldades que encontram. Por outro lado, as mulheres não estudantes apresentam uma lacuna em suas vidas, a orfandade paterna, materna ou em

alguns casos de ambos os genitores (enfatizamos que são mulheres relativamente jovens, portanto, seria natural que seus pais pudessem estar vivos) e o distanciamento da família as coloca num nível de desamparo. Não tendo a quem recorrer, aumenta a sensação de solidão e a percepção de que precisam se “virar” para sobreviver. Em relação a estas mulheres as decisões migratórias não refletiram tanto estratégias familiares em busca de bem-estar e segurança, mas decisões mais individualizadas, enquanto entre as estudantes percebemos que assim como afirma Calegari:

as motivações e implicações do movimento estão relacionadas a toda a família durante o processo migratório. O próprio caráter individual ou familiar da migração é reflexo desse coletivo, afinal mesmo quando apenas um indivíduo migra há impacto sobre a família que ficou na origem (Calegari, 2016, p.6).

Neste trabalho descobrimos que o Brasil é um país opcional para imigração na lista de destino das imigrantes angolanas. As entrevistadas não demonstraram habilidade para argumentar ou estabelecer diferenças entre imigrar para França ou Portugal em detrimento do Brasil. Acreditamos que a imagem veiculada pela mídia pesa no momento da escolha, dito de outra maneira: Angola tem acesso a imagens do Brasil através de programas e telejornais sensacionalistas cujo conteúdo é composto por todo tipo de violência urbana, um destes canais e bem conhecido pelas angolanas é a TV Record que apresenta o cotidiano criminal do Brasil, de São Paulo em particular, o que invariavelmente desperta uma reação de medo nas pessoas. A programação desta estação de televisão tem como “missão” apresentar o lado violento do país. Algumas entrevistadas relataram que temeram ao desembarcar no Brasil pensando que poderiam ser assaltadas de imediato. Não ignoramos a veracidade dos problemas urbanos da cidade, inclusive relacionados com a violência, entretanto, concordamos com Oliven (2010) ao dizer que:

A violência urbana foi transformada no grande tema do Brasil nos últimos tempos. Basta abrir um jornal ou assistir a um noticiário de televisão para ser bombardeado com informações sobre as mais recentes vítimas de assaltos e crimes. É, portanto, natural que o tema renda ibope e ajude a vender jornais (Oliven, 2010, p.14).

Além de vender jornais, o tema pode ser a causa de muitos imigrantes angolanos sentirem-se inibidos e procurarem outros destinos para os seus planos de imigração, uma vez que sentir-se seguro é uma necessidade latente do ser

humano, e é pouco provável que diante de iminente perigo o sujeito queira voluntariamente se submeter a ele. Temos como certo neste trabalho que a vontade de muitas entrevistadas era consolidar seu *status* de imigrante em países europeus ou da América do Norte. Isso reforça nossa visão de que há em Angola uma propensão de se valorizar a vida fora do país de origem, nesse caso, se por um lado a imigração pode ser de facto impulsionada por severas necessidades económicas, por outro o apreço por aquilo que é de fora pode se tornar um aspecto de classificação social, no caso de estudos (formação) pode contribuir para categorizar a classe de quem estudou nas instituições nacionais e quem estudou fora. Esse “out” “in” foi justificado pelas estudantes ao afirmar que em Angola o currículo construído no estrangeiro tem mais prestígio do que o conquistado em Angola. Nesse caso a fundamentação das estudantes assume caráter de necessidade, ora se a condição imposta para obter reconhecimento em sua nação é estudar fora dela, as estudantes estão percorrendo o caminho que lhes dará chance de conseguir uma posição de destaque em Angola. Mas não descartamos que muitas imigrantes, para além de uma formação buscam uma forma de destaque perante o grupo de origem. Morar fora, nesse caso, diferencia as pessoas. De igual modo, as mulheres que não são estudantes transmitem para seus familiares e/ou outras redes de relacionamentos que estão vivendo bem no Brasil, quer dizer, melhor do que em Angola. É muito comum entre as imigrantes não tornar conhecidas as dificuldades pelas quais passam no país para o qual imigraram. Essa atitude é responsável pela vinda de outros imigrantes que muitas vezes se iludem pelos relatos daqueles ou daquelas que aqui estão. Isso aconteceu com algumas das mulheres entrevistadas: ao contatarem um parente ou conhecido que já estava vivendo no Brasil (e por não conseguirem entrar em outros países) foram motivadas a imigrar para São Paulo pois, de acordo com essas pessoas, o Brasil estava muito bom. O estar bom pode ser interpretado como sinónimo de condições económicas favoráveis; mas ao chegarem ao território brasileiro depararam com a realidade que se lhes revela muitas vezes decepcionante. Depreendemos que, por vezes, as imigrantes ocultam aos seus parentes e amigos os percalços por que passam em terra estrangeira, justificam o ato com o pretexto de não causar preocupação aos que estão longe, contudo, percebemos que o que

desejam é efetivamente não serem vistas como pessoas fracas e necessitadas que não foram bem sucedidas em seu empreendimento imigratório. A proposta deste trabalho é compreender como se dá a integração de imigrantes angolanas no Brasil, estritamente na cidade de São Paulo. Tomando a acepção da palavra integração definida no português corrente como: “tornar inteiro” ou utilizando prerrogativas sociológicas que fazem referência à integração social como o processo que faz a introdução de pessoas, ou grupos na sociedade promovendo coesão social e também na definição de Pires (2012):

No plano social, integração é o modo como indivíduos autônomos são incorporados num espaço social comum através dos seus relacionamentos, isto é, como são constituídos os laços e símbolos de pertença coletiva (Pires, 2012, p.56)

É assertivo dizer que as imigrantes angolanas estudadas não estão totalmente integradas na sociedade brasileira. A nosso ver, a parcialidade da integração refugia-se no quadrilátero: falta de trabalho, fragilidade dos laços comunitários, racismo e vulnerabilidade social. As angolanas fazem parte da sociedade, posto nela viver: relacionam-se diariamente com pessoas, estudam, circulam pelo bairro, frequentam igrejas, fazem compras, trabalham informalmente, estas são atividades necessárias para sobreviver, para “tocar” a vida. As imigrantes não são pessoas neutras, têm identidade, endereço fixo na cidade e, sobretudo, uma história de vida singular, mas a cidade não as acolhe plenamente, ao contrário, suprime ou não provê oportunidades para minimizar as tensões e propiciar instrumentos que facilitem e dignifiquem o processo de integração. Uma queixa das imigrantes tanto estudantes quanto não estudantes em relação a sua vivência em São Paulo está no primeiro elemento do quadrilátero, ou seja, falta de trabalho. Sobre isso gostaríamos de enfatizar que: “O trabalho é rico de sentido individual e social, é um meio de produção da vida de cada um ao prover subsistência, criar sentidos existenciais ou contribuir na estruturação da identidade e da subjetividade” (Tolfo & Piccinini, 2007, p.40). Essencialmente no caso em que estamos analisando a falta de trabalho constitui grave problema na vida das entrevistadas, das estudantes porque não dispõem de auxílio estudantil ordinário, sua subsistência, via de regra, se dá pela ajuda de terceiros e pela colaboração de umas para com as outras, ou seja, é o que elas chamam de associar dinheiro. As estudantes vieram

para São Paulo muito confiantes de que as coisas seriam diferentes, talvez desconhecendo as impossibilidades que a condição de estudante as colocaria, trabalhar é uma delas, ou contanto com recursos que não chegaram. À exceção das universidades públicas estaduais e federais no Brasil que submetem os estudantes a tempo integral, quer pela permanência no campus por longas horas quer pela dedicação que a vida acadêmica impõe, as faculdades privadas funcionam com períodos de 3 a 4 horas diárias, após esse período o tempo se torna “aberto” para realização de outras atividades, trabalhar seria uma delas. Os depoimentos das estudantes comprovaram que a faculdade não lhes toma integralmente o tempo, daí o desejo de trabalharem. Não estamos negando que as estudantes não tenham que realizar atividades extracurriculares, estágios e aprofundar os estudos; no entanto, seria ingênuo de nossa parte nivelar as instituições de ensino. Para as mulheres não estudantes a falta de trabalho configura um drama, principalmente para as que imigraram trazendo seus filhos, nesse sentido, podemos afirmar que diante da conjuntura em que estão vivendo é improcedente a premissa defendida por grupos anti-imigração de que os imigrantes “roubam” o trabalho dos brasileiros, no caso das angolanas a exclusão do mercado de trabalho sofrida em Angola as alcançou no Brasil. A literatura que trata a essencialidade do trabalho é ampla e infinitamente discutida sinalizando que esse assunto continuará indefinidamente em pauta (Tolfo & Piccinini, 2007; Morin, 2001). Chama-nos a atenção outro aspecto envolto na questão do trabalho, refiro-me ao valor social que não pode ser desprezado. Em uma de suas pesquisas Morin (2001) questiona algumas pessoas: se você tivesse bastante dinheiro a ponto de nunca mais precisar trabalhar, o que faria com o seu trabalho? O resultado é que 80% dos entrevistados disseram que continuariam a trabalhar assim mesmo, e citam como principais razões para isso a possibilidade de se relacionar com outras pessoas e para ter o sentimento de vinculação (Morin, 2001, p.9). Dessa forma não se pode considerar integrada uma pessoa que não desfrute do direito de participar da composição social em que está inserida se não houver um trabalho que lhe garanta subsistência e dignidade tão pouco não permita sua incorporação nos núcleos por onde transita a vida social que só adquire significado na convivência, na partilha e nas trocas sociais com o outro. No ano passado (2017) foi aprovada a nova lei de

imigração no Brasil, já explicitada neste trabalho, um dos pontos elementares diz respeito a facilitação do processo para obtenção de documentos para legalizar a permanência do imigrante no Brasil, bem como o acesso ao mercado de trabalho regular e serviços públicos. Por enquanto, a lei não refletiu diretamente na vida das imigrantes angolanas.

A parcialidade da integração das entrevistadas na sociedade paulista é refletida na fragilidade dos laços comunitários; não encontramos nos relatos das entrevistadas indícios de que as angolanas possuam vínculos concretos com a comunidade onde estão inseridas. Importante notar que o quadrilátero proposto para justificar a integração limitada das entrevistas é composto por elementos não excludentes, ou seja, existe uma interação entre eles, uma completude: a falta de trabalho dialoga com a debilidade das relações sociais comunitárias que dialogará com questões pertinentes ao racismo culminando num processo de vulnerabilidade social. Ianni (1997,p.32 apud Hespanha, 2002, p.22) afirma que: “globalização rima com integração e homogeneização da mesma forma que com diferenciação e fragmentação”.

A cidade de São Paulo é conhecida como a cidade que não dorme, que não pára, onde as 24 horas de um dia parecem insuficientes para atender as exigências do sistema capital imposto. Ter uma vida própria, independente, a busca pela realização pessoal é o maior desejo das pessoas. A consequência disso nem sempre percebida, mas real é que a individualização nas palavras de Hespanha (2002, p. 26) “é a corrosão e a lenta desintegração da cidadania”. As narrativas das entrevistas são nutridas por expressões que remetem a invisibilidade, ou seja, as pessoas não se notam, não se percebem ou se o fazem, a percepção pode assumir um caráter meramente de defesa ou sem nenhuma profundidade afetiva. Citando Hespanha (2002):

A diferenciação social é um dos processos associados à globalização que permite explicar fenômenos bastante visíveis nas sociedades contemporâneas, como a acentuação das desigualdades, a crescente marginalização de certas camadas e a gradual destruição das solidariedades sociais (Hespanha, 2002, p.22)

Com base no trecho reproduzido e refletindo na situação das imigrantes angolanas, não há dificuldade em afirmar que elas fazem parte dessas ‘certas

camadas' marginalizadas na cidade de São Paulo e são vítimas da fragmentação da vida solidária que aos poucos esvazia-se de sentido em detrimento das mudanças ocorridas no cotidiano das sociedades globais. Com isso é possível depreender que entre as imigrantes sejam construídas relações de interdependência mais fortes, pois o grau de diferenciação entre elas é baixo e contraria as estruturas rígidas e impenetráveis de uma sociedade cada vez mais segregacionista.

Uma das faces mais impactantes deste trabalho foi a descoberta, não sem prévia suspeita, de uma das maiores dificuldades enfrentadas pelas imigrantes originárias de países africanos: o racismo. Vivemos no Brasil um momento singular e contraditório. Nos últimos anos, a partir de 2010 para demarcar o tempo, há uma efusão das temáticas sobre imigração e refúgio, isto por conta da chegada de milhares de imigrantes haitianos que adentraram as fronteiras nacionais após o terremoto que devastou o Haiti. Após eles, milhares de imigrantes oriundos de vários países do mundo começaram a chegar e modificar não só o cenário das cidades, mas a história da imigração no Brasil. A contradição se dá no facto de que de repente o país conhecido mundialmente como amistoso, acolhedor e aberto a todas as nações, passa a desincubar nichos de intolerância aos recém chegados (negros). As estudantes narraram histórias e situações pelas quais passaram e foram vítimas de preconceito e racismo declarados. Apesar do constrangimento do ato sofrido as estudantes não se renderam à timidez ou outro sentimento que as pudesse reprimir e assim como que numa seção de desabafo contaram suas histórias, nos fazendo refletir o quanto esta sociedade de acolhimento (São Paulo) para não dizer o Brasil, precisa avançar em sua política de recepção e integração social, especialmente porque de acordo com o censo (IBGE 2010) 50,7% da população brasileira é composta por pardos e negros, ou seja, a maioria do país, há algo que ainda não foi bem entendido ao longo de mais de 500 anos de história dessa nação. As estudantes demonstraram ter consciência do que ocorre na sociedade, mas enquanto estão vinculadas a ela por objetivos próprios lidam com o facto, não o aceitam, mas por não ter muita saída acabam por resignar-se criando mecanismos próprios de defesa: fingir que não se importou com o insulto é um desses mecanismos. Para Kaly:

O racismo e a discriminação baseada na tonalidade da cor da pele estão sempre na vida cotidiana. O estudante universitário tem sempre que mostrar ou provar que não «é aquele que pensam que é». A grande maioria deles continua sustentando que a discriminação racial no Brasil seria mais ligada à situação social das pessoas negras : «O negro vítima do racismo é o negro pobre».Por que, então, os estudantes universitários (de ambos os sexos) pretos africanos que já estão numa condição social média alta conferida pelo nível escolar sofreriam quase quotidianamente um racismo violento ? (Kaly, 2001, p.105).

Um argumento histórico pode ser evocado para dar resposta ao questionamento de Kaly: no Brasil ainda prevalece a premissa de que os descendentes de escravos devem ficar no último lugar da hierarquia social. Um dos maiores exemplos que temos é o combate a política de quotas raciais que são a reserva de vagas em instituições públicas ou privadas para grupos específicos classificados por etnia, na maioria das vezes, negros e indígenas. Entre as mulheres não estudantes predominou a negação. Ao contrário das estudantes, estas preferiram guardar para si o assunto, esquivando-se de serem personagens de qualquer episódio envolvendo situações de racismo. Afirmaram até saber de mulheres que experimentaram o preconceito, mas quanto a elas, nada havia acontecido. Estas entrevistadas demonstraram certo grau de recalçamento nesse tópico, isso pode ser perfeitamente compreendido se considerarmos que: o racismo tem “uma impiedosa tendência a destruir a identidade do sujeito negro” (Vilhena, 2006, p.4). Certamente o recolhimento, a inibição não são os melhores caminhos para tratar o assunto, por outro, revela o nível de insegurança em que essas mulheres se encontram e os conflitos psicossociais que o contexto lhes impõe. Declinam da dignidade de expressar suas angústias, medos e decepções em detrimento de ter sua identidade exposta e maculada pela vergonha de não ser o protótipo desejado pela sociedade que as “acolhe”. Temos por certo que muitos são os danos decorrentes desse silenciamento compulsório, que associados aos elementos anteriormente expostos colocam as entrevistadas na trilha da vulnerabilidade social em contexto migratório.

A vulnerabilidade social pressupõe um conjunto de características, de recursos materiais ou simbólicos e de habilidades inerentes a indivíduos ou grupos, que podem ser insuficientes ou inadequados para o aproveitamento das oportunidades disponíveis na sociedade. Assim, essa relação irá determinar maior ou menor grau de deterioração de qualidade vida dos sujeitos (Monteiro, 2011, p.35).

Katzman (1999) classifica a vulnerabilidade social como:

o desajuste entre ativos e a estrutura de oportunidades, provenientes da capacidade dos atores sociais de aproveitar oportunidades em outros âmbitos socioeconômicos e melhor sua situação, impedindo a deterioração em três principais campos: os recursos pessoais, os recursos de direitos e os recursos em relações sociais (Katzman, 1999 apud Monteiro, 2011, p.33)

Estas definições nos ajudam a compreender em que medida as imigrantes angolanas podem ser consideradas integradas ou não na sociedade de acolhimento. Ao definir vulnerabilidade social como o desajuste entre ativos Monteiro (2011, p.34) se refere a ativos “como um conjunto articulado de condições que irão implicar a qualidade, quantidade e diversidade dos recursos internos, (de cada imigrante, grifo meu) os quais devem ser avaliados a partir de quatro aspectos: físico, financeiro, humano e social”. Nesse sentido a palavra “ativos” assume o caráter de ser um conjunto de recursos materiais ou simbólicos capazes de auxiliar na mensuração do grau de vulnerabilidade social a que está exposto um indivíduo, nesse trabalho em particular, as imigrantes. Monteiro (2011) explicita quais são esses recursos:

Os ativos físicos caracterizam-se pelo meio de vida como moradia e acesso a bens duráveis. Em relação aos ativos financeiros estes estão relacionados a diferentes meios financeiros formais ou informais, de acesso a crédito, poupança, etc. Os ativos humanos dizem respeito à qualidade e quantidade de força de trabalho e por fim os ativos sociais são definidos pelas relações de confiança e reciprocidade, evidenciados em redes interpessoais (Monteiro, 2011, p.34).

Ao aplicarmos a concepção de ativos (recursos materiais e simbólicos) para aferir a situação de vulnerabilidade social das entrevistadas observamos que em todos os aspectos, tanto estudantes como não estudantes, apresentam limitações que as colocam no perímetro da vulnerabilidade enquanto imigrantes na cidade de São Paulo e mais uma vez comprovando a parcialidade de sua integração social.

Conclusão

A proposta deste trabalho foi compreender como se dá a integração social das mulheres angolanas na cidade de São Paulo. Existe uma problemática no Brasil que é homogeneização do imigrante negro, ou seja, muitas pessoas não são capazes de distinguir a origem de africanos advindos dos países de Língua Portuguesa dos que vêm do Norte de África, por exemplo, onde o francês é língua corrente em muitos países. Com isso, é comum ouvir na sociedade por onde transitam os imigrantes que são apenas “africanos”. À vista disso decidimos particularizar nossa pesquisa por não compactuar com a visão analógica do continente africano. Assim, optámos por uma análise com recorte de género e procurámos adentrar o universo das mulheres angolanas que imigram para São Paulo. A introdução no ambiente das angolanas permitiu-nos desvelar aspectos que uma visão uniforme e externa dos imigrantes africanos jamais seria capaz de mostrar. Muitas angolanas encaminham-se para fora de seu país, são mulheres que buscam auto-afirmação e não têm medo de se arriscar em busca de um ideal; faz parte desse grupo mulheres que em seu histórico trazem marcas de uma infância vivida de forma modesta que junto à família vivenciaram momentos de guerra e paz em Angola. Mulheres que reverenciam sua cultura e dela fazem uma marca distintiva por onde quer que passem. A composição de vontade, determinação e necessidade de encontrar melhores condições de vida impulsionou as angolanas a partirem de sua terra, umas, no caso das estudantes com previsão de retorno tão logo obtenham o máximo de formação académica que puderem, outras de modo indefinido buscam construir ou reconstruir sua vida no Brasil, mas não descartam a possibilidade de um dia partirem e continuar a busca pela felicidade em outro lugar, porque nem sempre o Brasil foi o país desejado para estar. Por enquanto, todas estão aqui. As trajetórias das imigrantes estudantes e não estudantes apresentaram pontos de convergência e divergência: a afinidade se dá por questões identitárias: ter nascido na mesma nação, crescer sob a mesma história política e social aproxima estas mulheres, o caminho do distanciamento surge quando as primeiras dispõem da seguridade proporcionada por vínculos

familiares fortalecidos, as narrativas captadas neste trabalho evidenciaram que as estudantes detêm uma base de sustentação em seu projeto imigratório enquanto as demais mulheres apresentaram esta fragilidade. Em relação ao processo de integração social, novamente as angolanas voltam para uma plataforma de confluência, isso porque independentemente do motivo pelo qual imigraram as relações com a cidade de acolhida coloca o grupo entrevistado na condição de integração social parcial, mas a forma de lidar com os problemas e dificuldades assumem caráter diferenciado, ou seja, as estudantes apresentam maior altivez diante da exclusão social, não se intimidam ao denunciar as falhas que encontraram na cidade para a qual vieram. Nesse aspecto o fator educação é preponderante, pois equipa os indivíduos com ferramentas que possibilitam a compreensão do mundo com suas multifacetadas formas de inclusão e exclusão construídas e sustentadas de acordo com interesses e valores dos agentes que o governam. Singularizar esta pesquisa foi uma forma de dar atenção a um fenómeno em curso na cidade de São Paulo: a imigração feminina africana, neste caso, angolana, que não pode continuar a ser incluída nos registos generalizantes das imigrações que ocorrem na cidade.

Conseguimos perceber que não obstante os diferentes tempos de estadia em São Paulo, há elementos que apontam para a parcialidade da integração social das imigrantes angolanas: falta de trabalho, fragilidade de laços comunitários, racismo culminando com vulnerabilidade social o que apela para uma discussão por parte daqueles que pensam, militam e são responsáveis pela construção de políticas públicas de acolhimento aos imigrantes. Nesse sentido, observámos que muito se tem falado a respeito das imigrações, aliás, no Brasil esta tem sido pauta de congressos, simpósios, encontros e pesquisas com variáveis de chegada, permanência, origem, etc., de imigrantes originários das mais distintas partes do mundo. Os diagnósticos são necessários, pois através deles é que o Brasil está “descobrimdo o rosto da imigração contemporânea”; contudo, é urgente que os resultados comecem a gerar ações de combate aos maus tratos que os imigrantes e as imigrantes enfrentam ao chegar no país do “sonho” ou não, mas que, de qualquer forma ,deve acolhê-los com equidade. Este trabalho aponta para uma estrada que ainda deve ser muito percorrida, contudo, os primeiros passos são

suficientes para não ignorarmos que as mulheres angolanas estão entre nós, não são invisíveis, são pessoas dotadas de carisma que escolheram voluntária ou involuntariamente esta terra para nela deixar sua marca, para fazê-la também prosperar com sua contribuição cultural, material e humana e é também visível o seu apreço pelo país, havendo casos em que já não se deseja partir para Angola. Os brasileiros devem conhecer, reconhecer e manter viva a história que une Brasil e Angola e uma das formas de fazê-lo é prover acolhimento justo e humano para todos os angolanos e angolanas que aqui chegam, fazendo isso, contribuirão efetivamente para que estes e estas imigrantes consigam elevar seu nível de identificação e por conseguinte de integração junto à sociedade de acolhimento. Vale dizer que o processo de integração demanda tempo, nesse sentido é plausível pensar que para algumas angolanas o processo pode ser mais rápido e para outras mais lento e de acordo com a disponibilidade dos mecanismos que são estruturantes no processo de integração: condições econômicas, acessibilidade a bens e serviços, e sobretudo pelo sentimento de pertença que de forma crescente deve ser gerado, desenvolvido e solidificado à medida que a permanência na sociedade de acolhimento é estendida.

Bibliografia

- Abranches, M. (2007). *Pertenças fechadas em espaços abertos: estratégias de (re)construção identitárias de mulheres muçulmanas em Portugal*. Teses. Portugal. Acidi.
- Abreu, C.C.B. (2006). *Sociedade civil em Angola. Da realidade à utopia*. Tese de doutorado. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- Almeida, M. (2017). Crise obriga Angola a introduzir IVA e outras medidas “politicamente sensíveis”. *Observador*. 26 outubro 2017, Disponível: <https://observador.pt/2017/10/26/crise-obriga-angola-a-introduzir-iva-e-outras-medidas-politicamente-sensiveis/> Acesso: 13/04/2018.
- Assis, G.O. (2007). Mulheres migrantes no passado e no presente: gênero, redes sociais e migração internacional. *Revista Estudos Feministas*.15 (3). Florianópolis. p.745-772.
- Azanha, J. M.P. (1994). O estudo cotidiano: alguns pontos a considerar. *Cadernos CERU*, 5 (2), pp. 32-35.
- Bagno, M. (2009). A falta de senso do censo. *Caros Amigos*. 8 (153), p.10.
- Baptista, D.M.T. (2008). Migração na metrópole: o caso dos angolanos em São Paulo. In XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP. Minas Gerais, p.2-3. 29 set.- 03 out. 2008. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1070.pdf.
- Baptistela, T., & Caldas, C.M.C. (2015). O discurso de ódio nas redes sociais contra migrantes internacionais: liberdade de expressão ou violação da dignidade da pessoa humana. In: *XII Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea*.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. São Paulo. Martins Fontes.
- Barros, J. (1937). Aproximação. *Diário de Lisboa*. Transcrito in: *O mundo que o português criou* (2010, p.105).

- Bauman, Z. & May, T. (2010). *Aprendendo a pensar com a sociologia*. Rio de Janeiro. Zahar.
- Bauman, Z. (2005). *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. São Paulo. Zahar.
- Bauman, Z. (2017). *Estranhos à nossa porta*. Rio de Janeiro. Zahar.
- Beck, U. (1999). *O que é globalização? Equívocos do globalismo- respostas à globalização*. São Paulo. Paz e Terra.
- Benjamim, R. (2008). Festas da afro-descendência. In: *Cultura popular e educação*. Brasília. Secretaria de educação à distância. p.241-246.
- Bosi, A. (1996). *Dialética da colonização*. São Paulo. Companhia das Letras..
- Boyd, M. (2006). Women in international migration: the context of exit and entry for empowerment and exploitation. In: High-level panel on “the gender dimensions of international migration. New York. United Nations.
- Buarque, C. (1993). *O que é apartação. O apartheid social no Brasil*. São Paulo. Brasiliense.
- Cabecinhas, R. (2010) “Expressões de racismo: mudanças e continuidades”. In: Mandarino, A.C.S. & Gomberg, E. (Eds.) *Racismos: Olhares plurais*, p.11-43. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia.
- Calegari, M. (2016) Governança e gestão da migração interna e internacional no Brasil: cenários históricos e atuais. In: *XIX Encontro Nacional de Estudos Populacionais. População, governança e bem-estar*. NEPO. Universidade Estadual de Campinas.
- Capuano, S. & Marfouk, A. (2013). African Brain Drain and Its Impact on Source Countries: What Do We Know and What Do We Need to Know? In: *Journal of comparative policy analysis: research and practice*. 15. p.297-314. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13876988.2013.813122>.
- Carciotto, S. (2014). Mobilidade humana em Angola. In: *Africanos em movimento. Mobilidade humana em Gana, Nigéria, Angola e África do Sul*. (117-160). Scalabrini Institute for Human Mobility in Africa. – SIHMA.

- Carmo, H. & Ferreira, M. M. (2008). *Metodologia da investigação. Guia para auto aprendizagem*. Universidade Aberta.
- Carneiro, M.L.T. (2003). A imagem do imigrante indesejável. In: *Revista Seminários*, (3). Universidade de São Paulo. p.23-44.
- Castelo, C. (2013). Novos Brasis em África. In: *Varia história*. Belo Horizonte. 30 (53). p.507-532.
- Castles, S. (2005). International migration at the beginning of the twenty-first century: global trends and issues. In: *International Social Science Journal*, 52 (3).
- Castro, M.G. (2005). Estranhamentos e identidades. Direitos humanos, cidadania e o sujeito migrante. Representações em textos diversos. *Revista Brasileira de Estudos de População*. 22 (1). p.5-28.
- Castro, S.A.S. & Gaspar, R.A. (2018) Refugiados sírios no Brasil. Políticas de proteção e integração. In: Migrações Sul-Sul. Núcleo de Estudos de População. São Paulo. Unicamp.
- Chaves, M.F.G. (2009). *Mulheres migrantes: senhoras de seu destino? Uma análise da migração interna feminina no Brasil: 1981/1991*. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas.
- Chiavenato, J.J. (2012). *O negro no Brasil*. São Paulo. Cortez Editora.
- Chizzotti, A. (2003). A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. *Revista Portuguesa de Educação*. 16 (2). Universidade do Minho. Braga, Portugal. p. 221-236.
- Cipriano, P.B.M. (2015). *Nação, nacionalidade e nacionalismo em Angola*. Tese de Doutorado. Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- Corralo, G.S. (2014). Corrupção: um mal a combater na democracia angolana. In: *Justiça do Direito*. 28 (2). p.425-438.
- Costa, F.T.B. (2016). Um pé lá, outro cá: as reinvenções subjetivas dos imigrantes transnacionais angolanos no Brasil. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista. São Paulo.

- Couto, M. (2012). *A confissão da leoa*. São Paulo. Companhia das Letras.
- Covre, M.L.M. (2002). *O que é cidadania*. São Paulo, Brasiliense.
- Cutti, D. (2012). Brasileiros: acolhedores porém preconceituosos. *O estrangeiro*. Disponível: <https://oestrangeiro.org/2012/09/06/brasileiros-acolhedores-porem-preconceituosos/>.
- Dahlet, V.M.B. (2002). O proceder da pesquisa: quais as relações entre problemática, dissertação e corpus: In: *Revista Letras* 21 (1), p.127-132.
- Dantas, S.D., Ueno, L., Leifert, G., & Suguiur, M. (2010). Identidade, migração e suas dimensões psicossociais. *REMHU- Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 18 (34). Centro Scalabriniano de estudos migratórios. Brasília. DF. Disponível em: <http://www.csem.org.br/remhu/index.php/remhu/article/view/208>.
- David, D.L. (2014). A representação da figura feminina nos versos de Costa alegre. In: *o feminino nas literaturas africanas em Língua Portuguesa*. Clepul. Lisboa. p.235-245.
- Decreto Lei nº528 de 28/06/1890. Acesso em 30/05/2017. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>.
- Delgado, L.A.N. (2003). História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. In: *VI Encontro Nacional de História Oral (ABHO)*. Conferência de abertura.
- Demartini, Z.B.F. (2011). Imigrantes: entre políticas, conflitos e preconceitos. In: *Cadernos Centro de Estudos Rurais e Urbanos*. Ceru. 21(2). Universidade de São Paulo.
- Dutra, D. (2013). Mulheres, migrantes, trabalhadoras: A segregação no mercado de trabalho. *Rev. Inter. Mob.Hum. Brasília*, 21 (40), p.179-180.
- Dutra, D., Santin.T. & Botega,T. (2014). *Mulher migrante: agente de resistência e transformação*. Centro Scalabriniano de Estudos Migratórios. Brasília.
- Filho, S.A.C. (2015). Predadores: quando a literatura narra as relações de poder em Angola. In: *Outros Temos*. 12 (19). p.118-134.

- Fonseca, C. (2002). Olhares antropológicos sobre a família contemporânea. / *Congresso Internacional Pesquisando a Família*. Florianópolis.
- Fonseca, D.J. (2009). A tripla perspectiva: a vinda, a permanência e a volta de estudantes angolanos no Brasil. In: *Pro-Posições*. 1 (58). Campinas.
- França, T. & Padilla, B. (2013). Mulheres imigrantes na academia. Estrutura social e sexismos. In: *XXIX Congresso Alas Chile - Crisis y Emergencias em America Latina*.
- Franken, I., Coutinho, M.P.L. & Ramos, N. (2009). Migração e qualidade de vida: um estudo psicossocial com brasileiros migrantes. *Estudos de Psicologia*-Campinas. 26 (4), out - dez. 2009.
- Freyre, B. (2010). *O mundo que o português criou*. São Paulo. É Realizações.
- Garcia, A. (2004). O exílio político dos estudante brasileiros e a criação das universidades na África. (1964-1985). In: Almeida, et all. *Circulação Internacional e Formação Intelectual das Elites Brasileiras*. Campinas. Unicamp.
- Garcia, L. (2007). Mulheres transnacionais. In: *Revista Imaginário*. USP. 13 (14), p.379-398.
- Geraldo, E. (2009). A “lei de cotas” de 1934: controle de estrangeiros no Brasil. In: *Cad. AEL*. 15 (27). p.176-207.
- Gerhardt, T.E. & Silverira, D.T.(org). (2009). Métodos de pesquisa. Série educação à distância. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Giddens, A. (1999). *O mundo na era da globalização*. Barcarena. Presença.
- Godoy, A.S. (1995), Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*. 35 (3). 20-29.
- Goldenberg, M. (2011). Afinal, o que quer a mulher brasileira? In: *Psic. Clin.* 23 (1). R.J. <http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/vulnerabilidade/index.htm>.

- Gonçalves, T.M. (2014). Habitar. A casa como contingência da condição humana. *Revista INVI* 80 (29). p.83-108.
- Gusmão, N.M.M. (2012). Africanos no Brasil, hoje: imigrantes, refugiados e estudantes. São Paulo. Unicamp.
- Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós modernidade*. Dp&a Editora. Rio de Janeiro.
- Henriques, J.G. (2015). Entre o lixo e o luxo, Angola sobrevive à crise. *Público PT*. Revista 2. Disponível em: <https://www.publico.pt/2015/04/19/mundo/noticia/entre-o-lixo--e-o-luxo-angola-sobrevive-a-crise-1692713>.
- Henriques, J.G. (2015). Angola: houve independência mas não descolonização das mentes. Disponível em: <https://acervo.publico.pt/mundo/noticia/houve-independencia-mas-nao-descolonizacao-das-mentes-1712736>.
- Hespanha, P. (2002). Individualização, fragmentação e risco social nas sociedades globalizadas. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*. Coimbra. 63.
- Holanda, S.B. (1991). Raízes do Brasil. Rio de Janeiro. José Olympio.
- Ianni, O. (1996). *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- IBGE (2017). Território Brasileiro: estatísticas do povoamento. Acesso em 31/05/2017. Disponível em: www.brasil500anos.ibge.gov.br.
- Isaac, E. (2015). Angola: houve independência mas não descolonização das mentes. In: *Público PT*. 01.11.2015. <https://acervo.publico.pt/mundo/noticia/houve-independencia-mas-nao-descolonizacao-das-mentes-1712736>.
- Jorge, S. (1961). *Angola é Portugal*. Editora José Olympio. São Paulo.
- Jr., R.C.S. (2010). Trechos de um artigo publicado na revista *The Quarterly Journal of Inter-american Relations*. In: O mundo que o português criou.
- Junior, J.M.C. (1955). Língua e cultura. *Revista Letras*. 4. Disponível em <http://revistas.ufpr.br/letras/article/view/20046>. Acesso em 19/12/2017.

- Kaly, A.P. (2001). O ser preto africano no paraíso terrestre brasileiro. Um sociólogo senegalês no Brasil. *Lusotopie*. p.105-121.
- Kolstad, I., Wiig, A. & Chivunda, V. (2017). "Making money in Angola is about connections, not hard work". In: *CMI BRIEF*. 16 (12).
- Lalanda, P. (1998). Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica. *Análise Social*. 32 (148). Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, p.871-883.
- Leonardo, M. (2009). Antropologia da alimentação. *Revista Antropos*. 3(2).
- Levy, M.S.F. (1974). O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872-1972). In: *Revista Saúde Pública*. São Paulo. p.49-90.
- Liberato, E. (2012). A formação de quadros angolanos no exterior: estudantes angolanos em Portugal e no Brasil. *Cadernos de Estudos Africanos*. Instituto Universitário de Lisboa.
- Liberato, E. (2016). 40 anos de independência. Uma reflexão em torno da condição da mulher angolana. In: *Estudos Feministas*. 24 (3). p.997-1006.
- Lopes, C.M. (2004). Angola: os desafios da (re)construção. Disponível em: www.janusonline.pt.
- Lopes, C.S.S. (2011). *Mulheres imigrantes em Portugal: vivências e percursos migratórios das mães solteiras cabo-verdianas*. Dissertação de Mestrado. Universidade da Beira Interior.
- Lúcio, J.M.R. (2007). A relatividade do conceito de pobreza e as estratégias para a sua erradicação. In: *Revista da Faculdade de Sociais e Humanas*. (19). Lisboa.
- Luna, L.E.T. (2015). *Histórias de migrantes da bíblia*. São Paulo. SBB.
- Maalouf, J.F. (2005). *O sofrimento de imigrantes: um estudo clínico sobre os efeitos do desenraizamento no self*. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

- Macedo, R.M. (1994). A família do ponto de vista psicológico: lugar seguro para crescer? In: *Cad.Pesq.* 91. São Paulo. p.62-68.
- Macedo, T. (2008). Luanda, cidade e literatura. Editora UNESP. São Paulo.
- Magalhães, F.L.A., Bógus, L., Baeninger, R. (2017). Migrantes e refugiados sul-sul na cidade de São Paulo: trabalho e espacialidades. In: *Migrações sul-sul*. Unicamp. São Paulo. p.402-419.
- Magano, O. (2010). *Tracejar vidas normais. Estudo qualitativo sobre a integração social de indivíduos de origem cigana na sociedade portuguesa*. Tese de doutorado. Universidade Aberta.
- Manzini, E.J. (2004). Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: *Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos*. 10p.
- Marinucci, R. (2007). Breve panorama das migrações internacionais. Centro scalabriniano de estudos migratórios. Disponível em: http://www.csem.org.br/artigos_port_artigos2007.html.
- Marshall, T.H. (1967). *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro. Zahar, Editores.
- Martini, G. (2005). A globalização inacabada: migrações internacionais e pobreza no século 21. *Revista São Paulo em Perspectiva*, 19 (3) p.3-22.
- McLuhan, M. (1972). *A galáxia de Gutenberg a formação do homem tipográfico*. Editora Nacional. Editora da Universidade de S. Paulo. 390p.
- Melo, J. (2009). In: *África 21*. Disponível: <https://bimbe.blogs.sapo.pt/345348.html>.
- Meneses, M.P.G. (2010). O indígena africano e o colono europeu: a construção da diferença por processos legais. *Identidades, cidadanias e estado*. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
- Milesi, R. (2007). Por uma nova lei de migração: a perspectiva dos direitos humanos. Mesa redonda: "leis e políticas migratórias: o desafio dos direitos humanos". Brasília. CEAM/UnB – CSEM e UniEURO.

- Minayo, M.C.S.(org).(2001). Pesquisa social. Teoria, método e criatividade. Petrópolis. Vozes. Disponível: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo_2001.pdf.
- Miranda, A. (2000). Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos. In: *Ci.Inf.* 29 (2). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a10v29n2>.<http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a10v29n2>.
- Monasta, A. (2010). Antonio Gramsci. Recife. Fundação Joaquim Nabuco.
- Monteiro, A.P. (2011). Migrantes somos todos: da estranheza do (des) encontro às identidades partilhadas. In: *Revista Portuguesa de Psicanálise*. 30, p.191-196.
- Monteiro, S.R.R.P. (2011). O marco conceitual da vulnerabilidade social. In: *Sociedade em Debate*. Pelotas. 17 (2).
- Morin, E.M. (2001). Os sentidos do trabalho. In: *RAE Revista de Administração de Empresas*. São Paulo. 41 (3).
- Moura, T., Roque, S., Araújo, S. Rafael, M., & Santos, R. (2009). Invisibilidades da guerra e da paz: violências contra as mulheres na Guiné Bissau em Moçambique e em Angola. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 86, p.95-122.
- Nascimento, A. (2014). Obstáculos aos direitos humanos das mulheres deslocadas internamente: o caso angolano. In: *Revista Angolana de Sociologia* 13.p.49-66.
- Nascimento, W.S. (2013). *Gentes do mato: os novos assimilados em Luanda. (1926-1961)*. Tese de doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo.
- Neto, M.B. (2005). História e educação em Angola: do colonialismo ao movimento popular de libertação de Angola (MPLA). Campinas. São Paulo.
- Neto, M.C. (1997). Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX. In: *Lusotopie*. p.327-359
- Neves, A.S.A.,Nogueira, M.C.O.C.,Topa, J.B.,& Silva, E.G. (2016). Mulheres imigrantes em Portugal: uma análise de género. *Revista Estudos de Psicologia*. 33(4), p.723-733.

- Oliveira, F.R. (2008). África ontem e hoje: uma perspectiva angolana. In: A matriz africana no mundo. *Sankofa. Matrizes africanas da cultura brasileira*. (183-189).
- Oliven, R.G. (2010). Violência e cultura no Brasil [on line]. Centro Edelstein de Pesquisa Social. Rio de Janeiro. 94p. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/b8n7j/pdf/oliven-9788579820069.pdf>.
- ONU (2015). International Migration Report. Acesso em 26/05/2017. Disponível: <http://www.un.org/en/development/desa/population/migration/publications/migrationreport/docs/MigrationReport2015>.
- Paiva, O.C. (2013). *Histórias da (l)migração: imigrantes e migrantes em São Paulo entre o final do século XIX e o início do século XXI*. Arquivo público do estado de São Paulo.
- Papademetriou, D.G. (2008). A Europa e os seus imigrantes no século XXI. Lisboa. Fundação Luso-Americana.
- Patarra, N.L., & Fernandes, D. (2011). Brasil: país de imigração? In: *Revista Internacional em Língua Portuguesa*. Migrações. 24. Lisboa.
- Pereira, C.R. & Vala, J. (2010). Do preconceito à discriminação justificada. In: *Mind-Português*. 1 (2,3). p.1-13.
- Pereira, E.C.A. (2016). As mulheres em Luanda: uma leitura do feminino na obra o tímido e as mulheres, de Pepetela. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
- Peres, R.G. (2004). As mulheres na migração internacional: as diferenças nas estratégias de homens e mulheres ao longo da trajetória migratória. In: *XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. ABEP. Caxambu. Minas Gerais.
- Pinto, A.O. (2010). A mulher em Angola na literatura colonial de Luís Figueira. In: *Via Atlântica*,17. Universidade de Lisboa.
- Pires, R.P. (2012). O problema da integração. In: *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. 24, p. 55-87.

- Portelli, A. (2010). História oral e poder. In: *Conferência no XXV Simpósio Nacional da ANPUH*. Fortaleza. Mnemosine. 6 (2).
- Quinteiro, M.C. (2016). Quero voltar para minha terra: angolanas e guineenses depois do diploma. In: *Cadernos Ceru*. 26 (1). p.127-136.
- Quivy, R. & Campenhoudt, L. (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. Trajetos. Gradiva.
- Ramos, N. (2009). Saúde, migração e direitos humanos. *Mudanças- Psicologia da Saúde*. 17(1), p.1-11, jan-jun., 2009.
- Ramos, N. (2014). Conflitos interculturais no espaço europeu: perspectivas de prevenção e intervenção. CEMRI. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p.225-245.
- Ramos, R.A. (2013). Sujeito e modernidade na perspectiva de Alain Touraine. Dissertação de Mestrado. Guarulhos. Universidade Federal de São Paulo.
- Reale, M. (2004). A imigração na cultura brasileira. *Revista de Filosofia do Direito, do estado e da sociedade (FIDES)*. Fasc. VIII, São Paulo. p.37-47.
- Ribeiro, J.T.L. (1995). Migração Internacional Brasil-África: Angola em destaque, in: imigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo. São Paulo. FNUAP.
- Ricci, C. & Silva, C.M. (2018). Atualizações da lei migratória brasileira: um novo paradigma das migrações? In: *O social em questão*. 23 (41). p.23-44.
- Rifkin, J. (2004). *The european dream: How Europe's vision of the future is quietly eclipsing the american dream*. Cambridge, UK.
- Rodrigues, G.M.A; Sala, J.B. & Siqueira, D.C. (2018) Refugiados sírios no Brasil. Políticas de proteção e integração. In: *Migrações Sul-Sul*. Núcleo de Estudos de População. São Paulo. Unicamp.
- Romio, J.A.F. (2013). A vitimização de mulheres por agressão física segundo raça/cor no Brasil. In: *Dossiê Mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil*. Ipea. Brasília.

- Sabatini, F. & S.C. (2006). Medição da segregação residencial: meandros teóricos e metodológicos e especificidade latino-americana. In: *Novas metrópoles paulistas, população e vulnerabilidade, e segregação*. Nepo. Unicamp.
- Saffioti, H.I.B. (2004). *Gênero, patriarcado, violência*. Fundação Perseu Abramo. São Paulo.
- Sampaio, A.S. (2010). Racismo e sofrimento psíquico: desafios para a psicologia. In: *I Encontro nacional de psicólogos (as) negros (as) e pesquisadores (as) sobre relações inter-raciais e subjetividade no Brasil*. PSINEP.
- Sango, A. (2008). Velhos paradigmas e novas roupagens: os critérios de justiça em Angola. In: *África: Revista do Centro de Estudos Africanos*. 13 (32). USP. São Paulo. p.13-32.
- Santos, A. L. (2005) Angolanos em São Paulo: socialização, rede familiar e suas histórias de vida e de luta. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.
- Santos, B.(org.) (2002). *A globalização e as ciências sociais*. São Paulo. Cortez.
- Santos, B.S. (2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*. (78).
- Santos, H., Oliveira, P. & Susin, P. (2014). Narrativas e pesquisa biográfica na sociologia brasileira. Revisão e perspectivas. 14 (2). Porto Alegre. p. 359-382.
- Santos, J.B. & Oliveira, R.P.S.B (2016). Mia Couto: poder e submissão feminina em um rio chamado tempo, uma casa chamada terra. UFAM. Amazonas. p.1-21.
- Santos, R.B. (1995). *Migração no Brasil*. São Paulo. Scipione.
- Schwinn, S.A. & Costa, M.M.M. (2015). Migrações contemporâneas: o Brasil e as políticas públicas para migrantes- análise a partir do projeto de lei 288/2013. In: *XI seminário nacional demandas sociais e políticas públicas na sociedade contemporânea*.
- Siciliano, A.L. (2013). *A política migratória brasileira: limites e desafios*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.

- Silva, A.C. (2012). (org.). *Imagens da África (da antiguidade ao século XIX)*. São Paulo. Penguin & Companhia das Letras.
- Silva, A.H. & Fossá, M.I.T. (2013). Análise de conteúdo: exemplo de aplicação técnica para análise de dados qualitativos. In: *IV Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade*. Brasília, DF.
- Silva, E.A. & Carvalho, M.J. (2009). Educação em Angola e (des)igualdades de gênero: quando a tradição cultural é fator de exclusão. In: *X Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia*. Universidade do Minho. Braga.
- Silva, E.A. (2011). Tradição e identidade de gênero em Angola: ser mulher no mundo rural. In: *Revista Angolana de Sociologia*, 8 | 2011, p.21-34.
- Silva, I.D. (2008). Angola ontem e hoje. In: *A matriz africana no mundo*. São Paulo. Selo Negro.
- Silva, M.N. (2003). Mulheres negras: o preço de uma trajetória de sucesso. In: *Revista Espaço Acadêmico*. 2 (22). São Paulo.
- Silva, M.V.O. (2012). Configuração do Mundo Profissional e Social para o (a) Psicólogo (a) Negro (a) no Brasil. In: *Primeiro Encontro Nacional de Psicólogos (as) Negros (as) e Pesquisadores (as) sobre Relações Interraciais e Subjetividade no Brasil*. PSINEP. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/psinep.pdf>.
- Simbologia do pano africano: o encanto e simbolismo de uma arte viva. *Revista Austral* (nov. dez. 2011). Disponível em: <http://viajar.sapo.ao/descubra-o-pais/austral/simbologia-do-pano-africano>. Acesso em 19.12.2017.
- Songa, E.N. & Dias, L.O. (2013). Língua vs Cultura: Diferenças linguísticas e a aproximação-distanciamento entre Angola e Brasil. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação *XV Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste* – Rio Verde - GO – 30/05 a 01/06/2013 Universidade Federal de Goiás.
- Souza, D.M. & Costa, M.E. (2016). A construção da identidade da mulher negra em Mia Couto. In: *Revista Fórum Identidades*. Itabaiana, Gepiadde.10 (20). p.163-180.

- Teca, A. (2015). Fenómeno gaseosa em Angola: realidade y sus implicaciones. Angola. Universidade Agostinho Neto.
- Teles, T.C. (2013). Nzambe ikale ni enhe. Histórias de vida de imigrantes angolanos em São Paulo. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo.
- Tolfo, S.R. & Piccinini, V. (2007). "Sentidos e significados do trabalho: explorando conceitos, variáveis e estudos empíricos brasileiros. [on line] In: *Psicol. Soc.* 19. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822007000400007&script=sci_abstract&tlng=PT
- Topa, J.B., Nogueira, C., & Neves, A.S.A. (2010). Inclusão/exclusão das mulheres imigrantes nos cuidados de saúde em Portugal: reflexão à luz do feminismo crítico. In: *Psico.* 41 (3). Porto Alegre, p.366-373.
- Uebel, R. (2015). *Análise do perfil sócio-espacial das migrações internacionais para o Rio Grande do Sul no início do século XXI*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Vala, J. (2003). In: *Congresso imigração em Portugal: Diversidade, cidadania, integração*. Lisboa: 2003. ACIME. p. 47-60.
- Vaz, P.G. (2013). As muambeiras nos subterrâneos das cadeias globais de mercadorias: o caso das sacoleiras africanas no circuito comercial entre São Paulo (Brás) e Angola. In: *Cadernos CERU, 24 (2)*.
- Ventura, P.P.R. (2014). A contribuição intelectual da mulher angolana no processo de independência da Angola. In: *São Leopoldo.* 19 (2). p.100-109. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/identidade>
- Vieira, R. (2008). Reconfigurações identitárias de imigrantes brasileiros em Portugal. In: *XXVI Reunião Brasileira de Antropologia*. Porto Seguro, Bahia. p. 1-4, jun.2008.
- Vilhena, J. (2006). A violência da cor: sobre racismo, alteridade e intolerância. In: *Revista Psicologia Política*. PUC. Rio de Janeiro. 6 (12).
- Wall, K., Nunes, C. & Matias, A.R. (2005). Mulheres imigrantes e novas trajectórias de migração: um crochê transnacional de serviços e cuidados no feminino. In: *Itinerários: a investigação nos 25 anos do ICS.* (603-622). Portugal.

Zamberlam, J. (2004). O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização. Porto Alegre. Pallotti.

Zorgbibe, C. (1996). *O pós- guerra fria no mundo*. Campinas. Papyrus.

ANEXOS

A- Mapa de Angola



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Subdivis%C3%B5es_de_Angola

Províncias de naturalidade das entrevistadas:

Benguela: Francisa, 43 anos estudante

Cabinda: Débora, 23 anos estudante; **Janete:** 34 anos, estudante

Luanda: Beatriz, 25 anos, estudante; **Marta,** 22 anos, estudante; **Elisa,** 22 anos, estudante; **Rosana,** 23 anos, estudante; **Ruth,** 26 anos; **Roberta,** 25 anos; **Lucinda,** 31 anos; **Cristina,** 17 anos; **Mariana,** 27 anos

Uíge: Maria, 38 anos; **Paula,** 37 anos

B- GUIÃO DE ENTREVISTA
IMIGRANTES ANGOLANAS EM SÃO PAULO

Objetivos gerais	
<ul style="list-style-type: none"> • Analisar o processo de integração e conhecer o rosto/ perfil de mulheres angolanas que migraram para o Brasil, especificamente para a cidade de São Paulo após o ano de 2002; • Identificar aspectos das políticas públicas para integração de imigrantes praticadas na cidade de São Paulo. 	
ENTREVISTA	Apresentação geral da investigação e objetivos.
Motivação	As entrevistadas serão motivadas a participar, será destacado o valor da sua colaboração para este estudo tendo em vista aprofundar o conhecimento sobre o processo de imigração de mulheres.
Confidencialidade	Às entrevistadas será assegurada a confidencialidade e anonimato das declarações prestadas.
Autorização	Nenhuma entrevista, observação, ou coleta de imagem será realizada sem a autorização prévia da entrevistada.
ENTREVISTADAS	Mulheres angolanas sem especificação de idade, que tenham imigrado e vivam na cidade de São Paulo tendo como data base para o ano de chegada 2002
CONDIÇÕES LOGÍSTICAS	As entrevistas serão colhidas através de um gravador de áudio e se necessário será utilizada uma filmadora.
TEMPO DA ENTREVISTA	De 50 a 60 minutos em local previamente definido junto à entrevistada.

VARIÁVEIS

IDENTIFICAÇÃO:

Nome:

Data de nascimento:

Local de nascimento:(cidade, estado, país, etc.)

Estado civil:

Filhos:

Irmãos:

Escolaridade:

Qual o grau de escolaridade de seus pais? E a profissão deles?

SITUAÇÃO ANTERIOR AO PROJETO MIGRATÓRIO PARA O BRASIL

1. O que você fazia em Angola antes vir para o Brasil?
2. Por que decidiu vir para o Brasil? Especificamente São Paulo?
3. Quando chegou? Veio só?
4. Já tinha saído de Angola alguma vez?
5. Como fez? A quem recorreu/pediu ajuda para sair de Angola?
6. Qual foi a reação da sua família diante de sua decisão de imigrar?

MEMÓRIAS

1. ***Por favor fale-me um pouco sobre sua infância, adolescência, juventude, etc., em Angola. (guerra, família, cultura)***
 1. Angola passou muitos anos sob um conflito armado, sobre este fato, o que você poderia dizer: você se sentiu ou se sente afetada pela guerra, de que forma? Ou, sente que a guerra civil angolana não afetou sua vida?
 2. Fale sobre a composição e características de sua família.
 3. Poderia falar sobre alguns aspectos da cultura angolana que você mais aprecia? E o que menos aprecia?
 4. Além da língua portuguesa, você fala alguma das línguas maternas do seu país?
 5. Gostaria de compartilhar um ou alguns fatos que marcaram determinada época de sua vida em Angola, no tocante à escola, família, trabalho, relacionamento, etc.

IDENTIDADE SOCIAL

1. Sente-se uma mulher diferente da mulher brasileira?

2. Em sua opinião ser uma mulher africana/angolana consiste em quê especificamente? Obviamente excetuando-se o fato de ter nascido em África, você é capaz de perceber, identificar alguma particularidade da mulher africana em relação a uma mulher brasileira, por exemplo? Pode apontar alguns exemplos?

3. Mantém relações próximas com mulheres angolanas no Brasil? E com mulheres brasileiras?

PROJETO

1. Qual é a sua condição atual no Brasil, ou seja, qual visto lhe foi concedido? De trabalho, temporário, permanente, turista, ...ou você se encontra em outra situação?
2. Quais eram os seus planos quando decidiu migrar para o Brasil? Era ter melhor rendimento? Estes planos permanecem?

SITUAÇÃO- PRESENTE

1. Atualmente o que você faz em São Paulo: Trabalha? Onde? Com quem? Em quê? Quantas horas por dia?
2. O que ganha é suficiente para assegurar as despesas?
3. Estuda? Onde? O quê? Por quê? Como? Quem suporta as despesas?

ESTRANHAMENTO

1. Poderia compartilhar um aspecto da cultura angolana que você **não** encontrou no Brasil.
2. Antes de vir o que pensava sobre o Brasil? Você buscou informações sobre o país: modo de vida, diferenças culturais, etc.
3. No presente momento você considera que há ou não muitas diferenças culturais entre Brasil e Angola? Em caso positivo, poderia mencionar pelo menos uma?
4. Há algo que admira na cultura brasileira? E algo que não aprecie?

INTEGRAÇÃO/ ACOLHIMENTO

1. Você teve algum tipo de dificuldade para conseguir o seu visto junto ao consulado do Brasil em Angola? Sabe dizer quanto tempo esse processo demorou? Por quê?
2. Quando chegou havia alguém a tua espera no aeroporto? Sabe dizer qual foi a sensação/primeira impressão que teve ao desembarcar? Por quê?
3. Tem familiares ou amigos angolanos a residir em São Paulo? Quem?
4. Tem habitação?
5. Em qual bairro reside no momento? Conhece bem o bairro? É capaz de falar sobre as infraestruturas que ele possui, por exemplo: escola, padaria, posto de saúde,

supermercado, agências bancárias, farmácia, salão de beleza, igrejas, cursos de informática, música, etc., etc.

6. Conhece os seus vizinhos? Já foi ou vai à casa de algum deles?
7. Da pessoa ou pessoas que você conheceu quantas demonstraram interesse em saber sobre sua vida, sua cultura, seu país, etc.?
8. Você já recebeu um convite para almoçar, jantar ou tomar um café na casa de algum morador do bairro?
9. Você já foi convidada a participar de algum evento na comunidade (festas, reuniões, jogos, etc.)

Por favor fale um pouco sobre sua rotina/ cotidiano

10. O que costuma fazer nos seus tempos livres?
11. Além do bairro onde vive, você conhece outros bairros e regiões da cidade? Costuma frequentá-los? Por quê?
12. Você frequenta algum clube, associação, igreja, projeto social, cultural no seu bairro ou mesmo na cidade de São Paulo?
13. Você participa de alguma atividade destinada exclusivamente para imigrantes?
14. Quando precisa ir até a Polícia Federal ou qualquer outro órgão ligado às questões migratórias, como se sente, ou seja, é apenas uma tarefa normal ou esse tipo de compromisso lhe causa algum mal estar? Por quê?
15. Infelizmente o Brasil ainda está na lista dos países onde o preconceito racial é muito grande. Isso é mais perceptível em alguns estados do que em outros. Sobre esta questão em relação ao bairro onde mora e à cidade de São Paulo como um todo, ***você alguma vez sofreu algum tipo de preconceito sutil ou aberto?***
16. Lembra de não ter sido atendida ou foi mal atendida em algum órgão público, serviço, etc.,?
17. Já ouviu alguma piada de mau gosto ou sofreu discriminação pelo fato de ser africana?
18. Você sente alguma dificuldade no seu dia-a-dia pelo fato de ser uma mulher imigrante?

Obrigada pelo seu tempo.

